

Orientação

AGRADECIMENTOS

Chegar até este momento foi difícil e para tanto foram precisas muitas renúncias, muita dedicação e muitas horas de trabalho. Mas cheguei, porque para Deus nada é impossível e considero hoje que o desafio foi superado. Mas certamente para chegar até aqui foi preciso ter as ajudas certas ao meu lado, por isso, tenho muito que agradecer.

Agradeço a Deus, a esta voz que do alto dizia “Sê Valente” pela força e motivação, por ter me ensinado valores pessoais que me motivam e me levam a querer conhecer novas culturas, diferentes lugares e pessoas, e ajudar sempre o quanto eu puder e no que eu puder.

Agradeço à minha mãe que lutou para que todo o meu caminho até aqui acontecesse e ao meu pai que sempre foi palavra de acalento nos momentos difíceis. À minha Maria Eduarda, que sempre foi razão para continuar e sempre, com uma simples palavra, me fortaleceu para lutar, espero que essa conquista, os valores com os quais ela testemunha e pelos quais eu tanto prezo sejam o melhor exemplo para você.

Ao meu baby, Daniel, por ser sempre compreensivo e por abdicar de tantos momentos nossos para que fosse possível a realização deste projeto, por sua dedicação à nossa casa, por aguentar meus quatro humores em um só dia, por ajudar tanto e estar sempre do meu lado. Obrigada baby, por acreditar em mim e não me deixar desistir, por me fazer superar todas as barreiras e por sempre me incentivar. Por ter sempre um abraço pronto e um beijo apaixonado! Agora tens de cumprir suas duas promessas! Aos pais do Daniel, Maria e Alberto, obrigada por acreditarem em mim e terem se tornado minha família.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Bertão, por ser exemplo de garra, por ser sempre tão sensível e perceptiva e por conseguir me ver. Tive sempre muitas dúvidas, mas a certeza de que havia escolhido a orientadora certa para estar comigo nessa caminhada. Obrigada pela disponibilidade e paciência, pelo apoio incondicional. Por ter me ajudado quando mais precisei e achei que não conseguiria seguir neste projeto, por ter sido mais do que professora, mais do que orientadora.

Aos demais docentes do mestrado, por me proporcionarem momentos de reflexão e aprendizagem que levarei para a vida.

Às minhas amigas M.A.R, Ana Luísa e Maria João, que tanto me motivaram e incentivaram a continuar, que responderam as mensagens tardias e desesperadas e que sempre se fizeram presentes. Obrigada pelos momentos de descontração e pela diversão garantida, pelas ajudas e suporte incondicional. As demais colegas, obrigada pelas horas de estudo e discussão, pelo aprendizado que essa turma e suas características singulares me proporcionaram e por sempre serem tão recetivas e cuidadosas comigo.

À The Inventors, à Catarina Delgado e ao António Moreira que sempre se mostraram muito compreensivos, colaborativos, dispostos a contribuir com o que pudessem e sempre me deram força para continuar.

Aos participantes neste projeto por me ensinarem tanto e terem sido exemplo de resiliência, por me permitirem experienciar um pouquinho mais do que é ser um estrangeiro, por repartirem suas vivências e fragilidades, questões tão particulares que aceitaram dividir e partilhar comigo.

Por fim, a todos os que de alguma forma estiveram comigo e se fizeram presentes. Aos amigos que ficaram no Brasil, mas sempre ofereceram uma palavra de força. Aos bons e maus exemplos e aos aprendizados e experiências, saio mais madura, humana e sensível deste trabalho.

RESUMO

O presente relatório apresenta o projeto “WITH YOU”, um projeto de intervenção psicossocial (co)construído com imigrantes e refugiados orientado pela metodologia de Investigação-Ação Participativa, e desenvolvido com a finalidade promover a inclusão e empoderamento de imigrantes e refugiados que residem em Braga e no Porto, de forma a facilitar a sua qualidade de vida e bem-estar.

O fenómeno migratório, emergente na atualidade, seja ele voluntário ou forçado, de longa ou curta duração, clandestino ou regular, exige novos olhares sobre a intervenção e a inclusão social, bem como novas dinâmicas de intervenção. Partindo da análise do fluxo migratório de refugiados para Portugal, e do conhecimento da vida de algumas famílias, das suas dificuldades e sucessos, construiu-se o projeto “WITH YOU”, numa evocação ao trabalho em colaboração, de apoio, em conjunto, “com o outro”.

A partir das necessidades e problemas identificados pelos participantes, construiu-se este projeto com o objetivo de promover estabelecimento de novas relações, aproximação aos hábitos locais, compreensão da realidade socioeconómica de Portugal, valorização do caminho e a trajetória de cada participante e a criação de uma plataforma informativa virtual que permitiu aos atores sociais traçar novas estratégias para enfrentar os desafios. O projeto potenciou os recursos pessoais e locais, incentivando o envolvimento e a participação ativa de um grupo de pessoas que acredita e deseja a mudança, impactando não só os participantes diretos como também familiares e outros refugiados e imigrantes.

Palavras chave: Investigação-Ação Participativa; Migração; Imigrantes; Refugiados; Plataforma Informativa Virtual.

ABSTRACT

This report presents the “WITH YOU” project, a psychosocial intervention project built with immigrants and refugees, guided by the Participatory Action Research methodology, and designed to promote the inclusion and empowerment of immigrants and refugees living in Braga and Porto, in order to facilitate your quality of life and well-being.

The migratory phenomenon, emerging nowadays, whether voluntary or forced, long or short term, clandestine or regular, requires new perspectives on intervention and social inclusion, as well as new dynamics of intervention. Starting from the analysis of the migrant flow of refugees to Portugal, and the knowledge of the lives of some families, their difficulties and successes, the project “WITH YOU” was built, in an evocation of collaborative work, supporting together “with the other”.

From the needs and problems identified by the participants, this project was built with the objective of promoting the establishment of new relationships, approximation to local habits, understanding of the socioeconomic reality of Portugal, appreciation of the path and the trajectory of each participant and the creation of a virtual information platform that allowed social actors to devise new strategies to meet the challenges. The project has leveraged personal and local resources by encouraging the involvement and active participation of a group of people who believe and desire change, impacting not only direct participants but also family members and other refugees and immigrants.

Keywords: Participatory Action Research Project; Migration; Immigrants; Refugees; Virtual Information Platform.

NOTA PRÉVIA

Este relatório foi escrito por uma estudante internacional, imigrante brasileira, que como todo o imigrante, ao alterar o seu local de residência habitual, deixar a sua terra, seus familiares, enfrenta o desafio de se integrar num novo contexto. Toda esta familiaridade com a instabilidade e desafios do “ser imigrante” acabaram por possibilitar à investigadora maior aproximação aos participantes, visto que muitos desafios eram comuns.

O idioma, no entanto, sempre foi um duplo desafio em minha experiência como imigrante em Portugal, isto porque, se por um lado foi um fator facilitador na adaptação da investigadora em Portugal, aproximando-a da cultura local, por outro, um simples “bom dia”, com o sotaque brasileiro, trazia também uma carga de estereótipos e impressões que, às vezes, acabavam por “definir” para o interlocutor a investigadora no diálogo.

Este desafio também se colocou à medida que redigia este relatório, tendo sido necessário tomar algumas decisões a respeito. Optou-se por manter os traços linguísticos do Português do Brasil de forma a garantir que se visse no relatório a identidade da investigadora. Assim, ao longo da escrita e das correções foi preciso algum cuidado, visto que apesar de o idioma português ser único, apresenta algumas diferenças entre português de Portugal e português do Brasil, tendo sido feitas no texto apenas as alterações linguísticas consideradas necessárias, para garantir a compreensão do texto.

Tem certos dias em que eu penso em minha gente
E sinto assim todo meu peito se apertar
Porque parece que acontece de repente
Como um desejo de eu viver sem me notar

Igual a como quando eu passo no subúrbio
Eu muito bem, vindo de trem de algum lugar
E aí me dá como uma inveja dessa gente
Que vai em frente sem nem ter com quem contar

São casas simples, com cadeiras na calçada
E na fachada escrito em cima que é um lar
Pela varanda flores tristes e baldias
Como a alegria que não tem onde encostar

E aí me dá uma tristeza no meu peito
Feito um despeito de eu não ter como lutar
E eu que não creio, peço a Deus por minha gente
É gente humilde, que vontade de chorar

(Francisco Buarque de Hollanda & Vinícius de Moraes, 1969)

ÍNDICE

Agradecimentos	I
Resumo	III
Abstract	IV
Nota Prévia	V
Lista de Abreviaturas	IX
Introdução	1
1. Projetos de Educação e Intervenção Social	4
1.1. Projetos Sociais	4
1.2. Investigação-Ação Participativa	6
1.3. A avaliação dos projetos de Investigação-Ação Participativa	10
2. Refugiados e Imigrantes	12
2.1. Fluxo Migratório: “refugiados” e “Imigrantes”	12
2.2. Estatutos e suas diferenças	17
2.3. Caracterização da População de Refugiados e Imigrantes em Portugal, em 2018	20
3. Conhecimento da Realidade e Avaliação do Contexto	24
3.1. Algumas iniciativas no acolhimento de refugiados e imigrantes	24
3.2. Participantes	29
3.3. Avaliação do contexto	36
4. Desenho do projeto “WITH YOU” e Avaliação de Entrada	41
4.1. Finalidade, objetivos, estratégias e ações	41
4.2. Recursos, Potencialidades e Constrangimentos	43
4.3. Avaliação de entrada	45
5. Desenvolvimento do projeto e avaliação do processo	48
5.1. Ação 1 – “Seguir em Frente”: Intervenção psicossocial com uma família de refugiados	48

5.2. Ação 2 – “ACHAwithYOU”: Grupo de imigrantes, refugiados e voluntários.	63
6. Avaliação de produto	72
Considerações Finais	78
Referências	81
Apêndices	88
Apêndice A: Guião de entrevista à instituições que acolheram/acolhem refugiados no distrito do Porto	88
Apêndice B: Contacto com Profissionais que trabalharam no acolhimento ou ainda a acolher refugiados	91
Apêndice C: Contacto com instituições referenciadas no site da a PAR	92
Apêndice D: Informações recolhidas em entrevista - Educadora social	93
Apêndice E: Guião Entrevista Psicóloga	95
Apêndice F: Informações recolhidas em entrevista - Psicóloga	98
Apêndice G: Quadro síntese dos problemas	99
Apêndice H: Quadro síntese dos objetivos	101
Apêndice I: Primeiro quadro Síntese dos objetivos	102
Apêndice J: Indicadores de avaliação	103
Apêndice K: Ação 2 - Quadro síntese das sessões	105
Anexos	107
Anexo A: Consentimento Informado Para Participação Num Projeto de Intervenção Social	107
Anexo B: Mapa de distribuição geográfica da população estrangeira em Portugal	109
Anexo C: Lista de Instituições Anfitriãs PAR Famílias	110
Referências	111

LISTA DE ABREVIATURAS

ACHA – Associação Cultural Harmonia e Amizade
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CIPP - Contexto Input Processo Produto
CNAIM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CPR - Conselho Português para os Refugiados
DGES – Direção Geral do Ensino Superior
ESE – Escola Superior de Educação
GP4SYS – Global Platform for Syrian Students (Plataforma Global para Estudantes Sírios)
GTAEM - Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS - Instituto de Segurança Social
MAI - Ministério da Administração Interna
MIA - Metodologia de Investigação-Ação Participativa
NIF - Número de Identificação Fiscal
NU – Nações Unidas
OE – Objetivo Específico
OG – Objetivo Geral
OIM - Organização Internacional para as Migrações
PALOPs - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados
RIFA - Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

O projeto “WITH YOU” apresentado neste relatório é um projeto de intervenção psicossocial (co)construído com imigrantes e refugiados, desenvolvido no âmbito do mestrado em Educação e Intervenção Social, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Foi desenvolvido com refugiados, migrantes, residentes em duas cidades da zona Norte do país, Braga e Porto.

A migração é um fenómeno complexo, polémico e multifacetado que se coloca à sociedade atual de forma emergente, devido à multiplicidade de causas que a originam sendo algumas delas a procura de emprego, reunificação familiar, casamento ou, ainda, circunstâncias de intolerância política, social ou cultural, violações de direitos ou motivações económicas, étnico-raciais, religiosas, linguísticas (Papademetriou, 2006; United Nations Population Fund, 2006).

O fenómeno migratório provoca ainda alterações à geografia humana, constituindo-se, por isso, uma das áreas de maior interesse dos investigadores e estimulando as ciências sociais e humanas a se dedicarem ao tema (Alvarenga, 2002; Momsen, 2000). A pertinência deste projeto justifica-se, portanto, pela atualidade e relevância mundial do assunto. Ressalta-se ainda que dado a relevância e crescimento da população imigrante em Portugal, o papel que o estado Português tem assumido no acolhimento de refugiados e o termino de alguns programas de acolhimento tornam urgente ações que, em parceria com imigrantes e refugiados, permitam refletir e gerar uma mudança nas práticas da ação social atender a essas pessoas, que zelem pelos seus direitos civis, sociais e políticos e procurem garantir o bem estar de todos os imigrantes e refugiados.

Por isso, tendo como princípio o paradigma sócio crítico e a orientação da metodologia da Investigação-Ação Participativa, este projeto se propôs, a partir da realidade de um grupo de imigrantes e refugiados em Portugal, construir com esses diferentes sujeitos migrantes estratégias que possibilitassem melhor qualidade de vida e bem estar, promovendo, uma melhor inclusão na comunidade local.

É importante ainda ressaltar que o projeto em questão foi denominado “WITH YOU”, por, em função da metodologia adotada, ter procurado promover “com e para os participantes” mudanças que se basearam nas potencialidades existentes e prevaleceram apesar dos constrangimentos. Vale ressaltar ainda que o nome do projeto surge em inglês por grande parte do projeto ter sido desenvolvida nessa língua, já que os imigrantes e os refugiados não falam muito bem Português.

Este relatório inclui 6 capítulos e se organiza da seguinte maneira: capítulo 1, designado “Projetos de Educação e Intervenção Social”, apresenta-se uma abordagem teórica acerca dos projetos sociais, da metodologia de Investigação-Ação Participativa e da avaliação de projetos. No capítulo 2, “Refugiados e Imigrantes”, aborda-se o tema da migração, incluindo a migração forçada de refugiados, traça-se o retrato atual, com uma breve abordagem aos aspetos legais, para se focar, essencialmente, o acolhimento dessas pessoas no território português. No capítulo 3, “Conhecimento da Realidade e Avaliação do Contexto”, surge a análise do contexto de realização do projeto, permitindo compreender, então, aspetos mais específicos relacionados com as iniciativas no acolhimento de refugiados e imigrantes, pela escuta da voz das pessoas, e clarificando, portanto, a realidade dos atores sociais participantes no projeto; neste capítulo apresenta-se, ainda, a avaliação do contexto. O desenho do projeto surge no capítulo 4, seguido da avaliação de entrada que permite avaliar a sua coerência e exequibilidade. Já no capítulo 5, com o título “Desenvolvimento do projeto e avaliação do processo”, é apresentado o desenvolvimento das ações que constituem o projeto e a avaliação do processo. O último capítulo integra a avaliação final do projeto discutindo-se os principais resultados alcançados. Por fim, este relatório termina com uma breve reflexão final e com a indicação das referências bibliográficas utilizadas para a redação do relatório. Apresenta-se ainda os Apêndices, elaborados ao longo do desenho e desenvolvimento do Projeto, consultá-los pode ajudar o leitor a aprofundar o conhecimento sobre algumas fases do projeto.

O anonimato dos participantes fica assegurado neste relatório, visto que cautelosamente se faz referência às pessoas e ao contexto (instituições e profissionais colaboradores) utilizando, ainda, nomes fictícios para todos os participantes. Além disto os participantes autorizaram o desenvolvimento do projeto, bem como a escrita e divulgação do relatório através um consentimento

informado que procura garantir uma participação consciente e informada neste projeto (anexo A, pp. 107 e 108).

1.PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Diante da globalização e urbanização crescentes, desenrolaram-se novas formas de organização da vida em sociedade, sendo possível observar tanto potencialidades como desafios inerentes a essa nova lógica social, como salientado por Carvalho e Baptista (2004). Esse movimento, entretanto, alinhado à uma crise social e económica, traz um desequilíbrio de onde emergem problemas sociais, abrindo maior espaço de atuação do trabalhador social.

Neste sentido, o espaço de atuação do trabalhador social se coloca entre o trabalho para o conformismo social, em que se defende uma lógica estratégica e uma adaptação pacífica aos padrões sociais, e “como um meio de integração social ativa pela via da construção da identidade e da dignidade pessoal” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 25).

Neste capítulo apresentar-se-à uma reflexão sobre os projetos sociais, bem como sobre a metodologia de Investigação-Ação Participativa e sobre a avaliação dos projetos.

1.1.PROJETOS SOCIAIS

Uma investigação que seja cunhada pela perspectiva crítica, inscrita no paradigma “sócio crítico”, também designado como “emancipatório” ou, “emergente” (Santos, 1988), visa dignificar pessoas e emancipar sujeitos, possibilita a transformação da realidade social e do modo de vida das pessoas (Carvalho & Baptista, 2004; Coutinho, 2018; Lima, 2003; Timóteo & Bertão, 2012). Nesta perspectiva, o processo de investigação tem por intenção produzir um conhecimento emancipatório, que promova justiça e harmonia e que possibilite mudanças rumo à liberdade, justiça e democracia (Coutinho, 2018;

Lima, 2003). Também na intervenção, como na investigação, ó é possível concretizar esses ideais de mudança através de um “dinamismo na forma de encarar a realidade, maior interatividade social, maior proximidade do real para predominância da praxis, da participação e da reflexão crítica, e intencionalidade transformadora” (Coutinho, 2018, p.362).

Partindo de uma abordagem crítica, muito importante na área das ciências sociais e da educação (Coutinho, 2018), o desenvolvimento de projetos, de acordo com Boutinet (2002, p.252), permite alterar as rotinas e incentivar a transformação da realidade social, partindo das situações, tomadas como únicas e particulares, e procurando soluções inéditas para a resolução dos problemas dos sujeitos e dos seus contextos.

Não havendo soluções prontas para as realidades e entendendo, portanto, a complexidade dos contextos e as suas constantes alterações (Guerra, 2002), os projetos sociais devem ser flexíveis para se ajustarem, adaptarem e serem revistos a qualquer momento, de acordo com as necessidades dos contextos (Cembranos, Montesinos & Bustelos, 2010; Serrano, 2008).

Pinto (2005a, p. 59) esclarece que “projeto significa o relacionamento da ação a uma finalidade, em vista da qual são preparados e dispostos os meios necessários e convenientes”; a ação realiza-se, então, por projeto e em cumprimento a uma finalidade. O autor salienta ainda que as mudanças desencadeadas pelo projeto só são possíveis quando o sujeito supera o “condicionamento hereditário” (Pinto, 2005a, p. 59), contrariando os ciclos viciosos e as expectativas de um “destino” predefinido pelos contextos e famílias.

Por isso, um projeto social procura através da ação provocar um processo de mudança orientado por uma finalidade. Quando o projeto tem um caráter participativo, os participantes assumem o papel de protagonistas (Mendonça, 2002), o que permite uma aproximação mais humana e personalizada das pessoas e contextos, tendo como objetivo melhorar a realidade através do envolvimento e participação dos atores sociais, devendo ainda ser construído, desenvolvido e avaliado por eles (Cembranos et al., 2010; Carvalho & Baptista, 2004; Serrano, 2008; Timóteo & Bertão, 2012).

Assume-se, portanto, nos projetos sociais participativos, que “(...) o homem é responsável por ele próprio, de que procura desenvolver os seus potenciais e de que tem liberdade” (Guerra & Lima, 2005, p.73). Assim, as pessoas com

quem o projeto é desenvolvido são compreendidas como atores sociais e agentes ativos e importante para a compreensão da realidade e indispensáveis para o desenho e co-construção dos projetos de investigação e de intervenção social (Ander-Egg, 1990); esta forma de olhar as pessoas possibilita a co-responsabilização (Carvalho & Baptista, 2004; Gomes, 2010; Miranda, 2013) e que as pessoas se sintam mais capazes, permitindo o seu empoderamento.

Faz-se necessário ainda realçar que o empoderamento se refere à “promoção e reforço das capacidades e competências” (Amaro, 2000, p. 7), sendo várias as competências a serem desenvolvidas para o alcance do mesmo. Amaro (2000) refere as seguintes competências: a competência do ser, uma competência social na qual é reforçada a autoestima e a dignidade humana; a competência do estar, competência social comunitária na qual se reforçam as redes e laços familiares desenvolvendo as interações sociais; a competência empresarial, sua capacidade de sonhar e de concretizar os seus sonhos assumindo também os riscos adjacentes; a competência informativa, trabalhada através da escolarização e o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica e a competência aquisitiva quando o indivíduo tem acesso a um rendimento e consequentemente adquire poder de compra (Amaro, 2000).

1.2. INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

A investigação-ação é descrita por Coutinho (2018) como “uma família de metodologias de investigação que incluem ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão)”, sendo construída de forma a se alternarem momentos de “ação” e “reflexão crítica” (Coutinho, 2008, pp. 363-364).

Lima (2003, pp. 329 e 330) ressalta que a investigação-ação participante se centraliza no que até então em outros paradigmas era periférico, pois considera que os diferentes sujeitos participam de diferentes formas da construção da realidade social e do contexto; coloca a construção do conhecimento e a ação sob responsabilidade coletiva; e olha à “ação social no terreno de forma informada, informadora e responsabilizante” (p. 329). Este posicionamento ideológico coloca o investigador em um novo lugar que, permitindo maior

aproximação à abordagem qualitativa e argumentativa, procura minimizar as hierarquias e articular conhecimentos científicos com toda a informação recolhida e perceções observadas, organizando as informações de forma a apresentá-las, não como verdade absoluta, mas como uma visão da realidade. Possibilita ainda produzir um conhecimento com e a partir de atores locais, para que em conjunto e com uma intencionalidade explicita “colaborarem na mudança das próprias vidas em clima de solidariedade social” (p. 310).

Guerra (2006), referindo-se às metodologias de Investigação-Ação, afirma que estas são orientadas por quatro princípios: o primeiro princípio é das relações, no qual se promove uma relação de igualdade e colaboração entre o investigador e o ator social; o princípio da comunicação efetiva, que pretende que o investigador empregue uma escuta cuidada, de forma a respeitar o posicionamento e toda a informação partilhada pelo ator social; o princípio da inclusão, no qual o investigador deve abranger o maior número de participantes possíveis e inclui-los nas ações; e por fim o princípio da participação, sendo que essa deve ser espontânea e estimulada pelo investigador.

Ressalta-se ainda que, ao longo do desenvolvimento dos projetos, todos os sujeitos envolvidos devem participar ativamente no mesmo. Os pesquisadores passam a ser vistos como parte integrante da investigação, colocando, tanto o investigador, como os participantes, como corresponsáveis pela análise da realidade, pelo desenho do projeto e desenvolvimento das ações, exigindo ao investigador uma postura intencionalmente educativa, assim como com uma consciência social, política e ética (Timóteo & Bertão, 2012).

Coutinho (2018) classifica a metodologia de Investigação-Ação como uma metodologia mista que pode fazer uso de técnicas mais quantitativas ou explorar técnicas qualitativas, como entrevistas narrativas objetivando produzir o conhecimento ligado a um locus social e em pequena escala.

A Investigação-Ação Participativa se torna possível quando o investigador parte de “um estudo holístico do contexto, capaz de despertar diálogos e interpretações dos diferentes atores sociais acerca da (sua) realidade social” (Timóteo & Bertão, 2012, p. 18), exigindo uma análise da realidade. Cembranos, Montesinos & Bustelos (2010) afirmam que a mesma pode ter significados diferentes, dependendo do tipo de investigação a se realizar, entretanto todos tem em comum a vontade de compreender a realidade para a transformar, ou

seja, “trata-se de conhecer a realidade onde se atua para saber em que mudá-la e como fazê-lo” (Cembranos et al., 2010, p. 24).

Assim, os atos de obter dados, descrever e interpretar uma realidade sobre a qual se irá atuar pressupõem uma postura do investigador que se coloca em uma posição de escuta para o conhecimento do contexto, e esta é a “condição imprescindível para qualquer processo de intervenção e transformação social” (Cembranos et al., 2010, p. 25), permitindo então que o investigador adeque a ação à realidade onde se pretende intervir (Cembranos et al., 2010; Guerra, 2002).

Entre as técnicas para coleta de dados utilizadas podemos destacar as seguintes: observação participante, conversas intencionais, análise documental, entrevistas semiestruturadas.

A observação participante é uma das técnicas essenciais para os investigadores de Ciências Sociais e muito recorrente em estudos qualitativos, na opinião dos autores Coutinho (2018) e Latorre (2005) esta técnica exige que o investigador assuma um papel ativo e se integre no grupo, participe nas suas rotinas, permitindo assim que ele perceba as atitudes e valores, vivencie experiências e conheça bem a realidade desse grupo. O pesquisador parte das suas observações e desse modo interage com os sujeitos “sem intrusões nem ameaças” (Vilelas, 2017, p. 298).

As conversas intencionais têm como base o diálogo e as interações com as pessoas e permitem ao investigador aceder a informações acerca da realidade e conhecer práticas cotidianas, modos de vida e as representações sociais dos sujeitos (Coutinho, 2018; Costa, 2007).

Torna-se necessário registar, em notas de campo, informações e pormenores observados e recolhidos, o “que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da coleta e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (Bogdan & Biklen, 1994, p.150), sendo ainda importante para a (co)construção do conhecimento, análise e reflexão sobre o mesmo e sendo ainda relevante para a avaliação do processo e dos resultados (Bogdan & Biklen, 1994; Latorre, 2005; Lessard-Hébert, 1996).

A consulta e análise documental, a fim de permitir perceber, por exemplo, contornos legais e específicos de uma dada realidade, além de permitirem compreender e analisar um contexto, possibilitam maior preparo e segurança

ao investigador para alcançar os objetivos da investigação (Coutinho, 2018; Latorre, 2005).

As entrevistas têm como objetivo obter informações através de uma interação social. Nesta técnica, os próprios sujeitos e atores sociais fornecem informação ao investigador, trazendo com essa informação seus valores e crenças. É ainda vista como uma mais valia nos estudos sociais já que permite ao investigador uma interlocução e um diálogo com os atores sociais, possibilitando o esclarecimento e aprofundamento das questões que considerar pertinente. As entrevistas semi-estruturadas ou abertas combinam questões abertas e fechadas dando ao investigador maior liberdade para explorar o tema desejado, sendo uma técnica flexível muito utilizada para aprofundamento de questões, e para o conhecimento de um realidade ou cultura. É construído um guião descritivo com perguntas, permitindo que a pessoa entrevistada coloque sua opinião e percepção sobre determinado facto, perguntas avaliativas em que expõem um juízo de valor ou ainda questões hipotéticas, permitindo ao investigador explorar, a maior informação possível (Coutinho, 2018; Vilelas, 2017).

A partir da análise da realidade e em conjunto com os participantes, o investigador parte para a elaboração e desenvolvimento de um plano (Mendonça, 2002), “(...) a coluna vertebral da ação (...)” (Cembranos et al., 2010, p. 69), que deverá nortear o projeto. Na planificação deve-se organizar as ações e as atividades, sempre procurando responder a dois níveis: um nível estratégico, que esta associado as finalidades e motivações para a ação, aos apoios necessários e aos instrumentos avaliativos; e um nível operativo, correspondente aos objetivos específicos e recursos necessários/disponíveis para a concretização (Cembranos et al., 2010).

Outra etapa primordial na metodologia de Investigação-Ação Participativa é a avaliação, essa assume um papel muito importante, pois permite perceber a evolução e reformulação das ações, já que deve acompanhar as práticas e possibilitar a elaboração e expressão de um feedback sobre as mesmas (Boutinet, 2002; Cembranos et al., 2010; Mendonça, 2002).

1.3.A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

Assumindo que a Metodologia de Investigação-Ação Participativa exige uma avaliação contínua, faz-se necessário definir o sentido da avaliação e o tipo de avaliação desenvolvido no projeto apresentado neste relatório. Cembranos et al. (2010) recordam o conceito de avaliação como o ato de recolher e analisar informação sobre um programa ou atividade, afim de tomar decisões e rever ações, sempre com o objetivo de melhorar a intervenção. A avaliação deve ser útil, pois deve estar intencionalmente ligada a melhoria do programa, e prática, pois deve se dirigir a ação e estar baseada na realidade em avaliação.

Nesse sentido, a avaliação deve ser encarada como parte do processo de aprendizagem e mudança, permitindo aos participantes momentos de reflexão que os possibilitem gerir e adaptar, desenhar soluções que sejam coerentes com as necessidades e contextos evolutivos. Todo este processo faz com os contextos sofram alterações constantes através do acompanhamento avaliativo (Guerra, 2010, p.187).

Encarando, portanto, a avaliação como um processo formativo, a mesma está ligada a todo o processo de intervenção e tem por objetivo oferecer um “feedback” de todo o processo, permitindo a reavaliação e replanificação, podendo ser vista como um processo de aprendizagem da intervenção, sempre a melhorar e ajustar o que se está fazendo à realidade (Cembranos et al., 2010).

Quanto ao conteúdo da avaliação e seguindo o modelo de avaliação qualitativa proposto por Stufflebeam em 1969, denominado modelo CIPP (Contexto Input Processo Produto), pode-se diferencia-la em quatro momentos, avaliação de necessidades (avaliação do contexto), do desenho (avaliação de entrada), do processo e do resultados (Cembranos et al., 2010, pp.194-195). Este modelo é adequado aos projetos de educação e intervenção social e tem como objetivo obter informações que sirvam de guia para tomar decisões, solucionar problemas e compreender fenómenos a fim de ajustar a ação à realidade e às necessidades.

Com a avaliação do contexto pretende-se identificar o estado global do contexto ou grupo de pessoas, identificando ainda seus défices e potencialidades, fazendo assim uma caracterização da realidade que identifica

tudo que possa corroborar para o atual estado das pessoas e contexto. A avaliação do contexto pode ser feita através de conversas intencionais, entrevistas, grupos de discussão, entre outros, que permitam ao investigador compreender o que o ator social prioriza como sendo alvo necessário de mudança, assim, pressupõe-se para a compreensão dos contextos conhecer a realidade a partir de diferentes pontos de vista. É a partir da avaliação do contexto que se definem necessidades, objetivos e ações (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

A avaliação de entrada consiste na análise da finalidade e dos objetivos tendo em conta recursos materiais e humanos, de forma a avaliar se o desenho do projeto é útil e exequível tendo em conta as informações coletadas, as necessidades e recursos, potencialidades e constrangimentos. Tem como objetivo avaliar se as estratégias estão adequadas ao contexto, às necessidades e às circunstâncias reais, se tem em conta os recursos disponíveis, humanos e materiais, quais as potencialidades e constrangimentos, permitindo então a elaboração de um plano de ação mais próximo e útil à realidade (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

A avaliação do processo ocorre ao longo de todo o desenvolvimento do projeto e tem como objetivo perceber, através dos avanços, retrocessos e de toda a informação recolhida, como concretizar ou aperfeiçoar o desenho do projeto (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

A Avaliação do Produto analisa o êxito do projeto, a fim de perceber se os objetivos previamente definidos foram ou não alcançados, tendo em conta os impactos e efeitos desejados e os não desejados, analisando os impactos positivos e os menos positivos das ações (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

Procurando que esta avaliação possa ser a mais próxima da realidade, fiável e válida, Serrano (2003) afirma que a avaliação deve ainda ser refletida a partir de alguns indicadores de avaliação, baseados nos objetivos específicos, permitindo avaliar todo o projeto.

Vale ainda ressaltar que todo o projeto, inclusive as fases de avaliação devem contar com a participação das pessoas envolvidas, requisito primordial da Investigação-Ação Participativa, esses momentos devem ser encarados como oportunidade de reflexão e análise e devem ser feitos de forma contínua e permanente (Petrus, 1997; Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

2. REFUGIADOS E IMIGRANTES

De acordo com o Glossário do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2014), migrante é toda pessoa que altera o seu local habitual de residência para outro lugar, região ou país. Faz-se importante diferenciar que imigrante é a pessoa que ingressa em outro país, região ou cidade para estabelecer ali residência, emigrante é a pessoa que deixa seu país, sua pátria (IMDH, 2014).

As migrações são consideradas amplas, diversificadas e muitas delas dramáticas, já que os motivos que levam uma pessoa a emigrar do seu país, voluntariamente ou involuntariamente, são diversos, podendo-se destacar: guerras, perseguições, violação de direitos, violência, calamidades e/ou, ainda, o desemprego, a desorganização da economia do país de origem e os desequilíbrios socioeconômicos (Pereira, 2011).

Como o projeto que aqui se apresenta foi desenvolvido com Refugiados e imigrantes, neste capítulo aborda-se o fluxo migratório em Portugal, os estatutos legais e jurídicos concedidos aos migrantes, tratando as especificidades dos refugiados. No último subcapítulo inclui-se a caracterização da população de refugiados e imigrantes em Portugal.

2.1. FLUXO MIGRATÓRIO: “REFUGIADOS” E “IMIGRANTES”

As Nações Unidas, em 2015, estimavam que cerca de 244 milhões de pessoas residiam em um país diferente daquele em que nasceram, ou seja, eram migrantes internacionais (United Nations, 2016). Padilla e Ortiz (2012) atribuem o movimento migratório proeminente à globalização e às novas percepções sobre o tempo e o espaço, provocadas pela revolução dos transportes e das comunicações, agregando, portanto, maior complexidade ao fenómeno.

O fluxo migratório e o fenómeno das migrações assumem diferentes tipologias a partir dos seguintes elementos: o espaço (internas ou externas); o

tempo (temporária ou permanente); o estatuto e a forma (forçada ou voluntária) (Lopes, 2014).

Na imigração voluntária, as pessoas decidem migrar seja pelo desejo de melhorar as suas condições de vida, pelo ideal de encontrar uma realidade melhor, pelo desejo de realizar parte dos seus estudos no estrangeiro ou de essa ser a única maneira de cursar o ensino superior (World Health Organization, 2003). De acordo com Ramos (2008), “o crescente desfasamento entre níveis de desenvolvimento e entre estruturas demográficas de países ricos e países pobres, os conflitos armados e políticos” (Ramos, 2008, p. 47) são as principais razões para a crescente onda de migração que o mundo tem observado.

O fenómeno da migração pode ser visto como um processo complexo e multidimensional por envolver as esferas económica, cultural, social e política (Spencer, 2006). As migrações podem ser entendidas, por um lado, como um fenómeno que possibilita o desenvolvimento dos países e a transformação dos mesmos (Momsen, 2000; UNFPA, 2006) ou, por outro lado, podem ser vistas através de um olhar preconceituoso e carregado de estereótipos, que gera uma violência simbólica que impõe e legitima desigualdades sociais (Bourdieu, 2004). Em pleno séc. XXI, num mundo altamente globalizado, seria plausível supor que o acolhimento e aceitação dos migrantes estivessem facilitados, mas na verdade, infelizmente, nem sempre isso acontece.

Quanto à realidade Portuguesa, Padilla e Ortiz (2012) explicam que Portugal tem um fluxo migratório que, desde a década de 1990, tem crescido e sido absorvido pelo mercado laboral, sendo em maior número as pessoas oriundas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) que ocupam maioritariamente cargos que necessitam de pouca qualificação, enquanto imigrantes de outros países europeus ocupam os cargos que exigem mais qualificação; quanto aos brasileiros, esses ocupam desde os cargos que não requerem qualificações, aos que exigem médias e altas qualificações. Apesar de em 2009, com o início da crise em Portugal, ter havido um declínio da migração, ainda, hoje a realidade do movimento migratório em Portugal é muito similar ao que se apresentou nos anos de 1990 (Padilla e Ortiz, 2012).

A emergência migratória reconhecida em Portugal é também percebida em todo o mundo. Como referido anteriormente, os processos de migração envolvem um movimento populacional e deslocamento de pessoas, independentemente da distância percorrida ou das suas causas, e “inclui a

migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos” (Organização Internacional para as Migrações, 2009, p.40). Quando se verifica que a migração é motivada por uma perseguição devido a “raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opinião política, como também devido a violação grave e generalizada de direitos humanos” (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, s.d, s.p) tem-se a figura do refugiado, pessoas que se veem forçadas por algum desses motivos a sair do seu país para sobreviverem. Para Arendt (2004)

A situação dos refugiados e refugiadas é, sem dúvida, uma das mais precárias a que fica sujeito o ser humano. Extremamente vulnerável, distante de tudo o que habitualmente sustenta as relações e a estrutura emocional e afetiva de uma pessoa, o refugiado se depara com os desafios de quem só tem a alternativa de recomeçar a própria vida, com a força das boas lembranças e da terra de origem, com a experiência dos difíceis momentos que o expulsaram de sua pátria e com a esperança de que alguém, um país, uma comunidade, o acolham e lhe protejam, pelo menos, o grande bem que lhe restou, a própria vida (Arendt, 2004, p. 300).

Ao envolverem questões de ordem política, económica e social, as migrações forçadas passam a ser um dos assuntos mais polémicos, mediáticos e dramáticos da realidade contemporânea (Urry, 2007).

As pessoas refugiadas passam então por imensos desafios em seu dia a dia e, diferente dos migrantes voluntários, muitas vezes não puderam escolher o seu destino final. Algumas vezes, verifica-se ainda a separação de um agregado familiar, agregando à experiência dolorosa de saída das suas casas e do seu país a dor de ver a família separada. Toda esta experiência pode ser traumatizante e causar grande sofrimento às pessoas refugiadas.

A questão dos refugiados é agora tratada como um problema mundial, pela grande quantidade de migrantes que chegam a países que não tinham tradição na receção de refugiados, nomeadamente o Brasil (Braga, 2015). Além do alargamento territorial deste fenómeno, observa-se ainda uma extensão temporal do processo de acolhimento e novas características do deslocamento, referenciadas por Braga (2015) e Zetter (2015), que enfatizam uma movimentação mais ampla pelo mundo, numa escala regional ou global, o que se traduz na dispersão das pessoas (Braga, 2015; Zetter, 2015).

Tratando-se de um fenómeno mais específico, a migração forçada é definida pela Organização Internacional para as Migrações (2009, p.41) como um

fenômeno de “movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocada” pelo ser humano. Pode dizer-se que os refugiados estão incluídos nesta categoria, são pessoas que foram forçadas a deslocarem-se da sua nação ou país de residência habitual para sobreviverem a violência/guerra.

Foi primeiramente na segunda guerra mundial que se sentiu a necessidade de criar um instrumento internacional que “definisse a condição jurídica dos refugiados” (ACNUR, 2011, p.5). Surgiu, então, a “Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados”, adotada em 1951 numa Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas, no dia 28 de julho, e que entrou em vigor em abril de 1954. Entretanto, com o surgimento das novas situações e motivações para buscar um refúgio, sentiu-se a necessidade de ampliar a aplicação da convenção de 1951 e, por isso, foi elaborado o Protocolo de 1967. Esse define que “os Estados que aderem ao Protocolo de 1967, comprometem-se a aplicar as disposições fundamentais da Convenção de 1951 aos refugiados que se enquadram na definição estabelecida na Convenção, sem considerar a data limite de 1º de janeiro de 1951” (ACNUR, 2011, p.6).

Assim, o Estatuto dos Refugiados, definido pela convenção de 1951 e pelo protocolo de 1967, define, no parágrafo 2 do Artigo 1 (A) da Convenção de 1951, refugiado como qualquer pessoa que:

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 2011, p. 11).

Apesar das definições advindas desses dois instrumentos internacionais, as pessoas que são forçadas a deixar o seu país de origem em função de conflitos armados nacionais ou internacionais, normalmente, não são consideradas refugiadas de acordo com a Convenção de 1951 ou pelo Protocolo de 1967. Essas pessoas beneficiam, contudo, da proteção prevista em outros instrumentos internacionais, como, por exemplo, nas Convenções de Genebra de 1949 para Proteção das Vítimas de Guerra e no Protocolo de 1977 adicional às Convenções

de Genebra de 1949, referente à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais (ACNUR, 2011, p.35).

Apesar do fenómeno da migração forçada não ser algo novo, Silva (2017) ressalta que na contemporaneidade esse fenómeno tem-se caracterizado por uma complexidade ainda maior. Essa complexidade pode ser atribuída a múltiplos fatores que acabam por alterar a velocidade dos fluxos migratórios e ser motor propulsor da globalização (Silva, 2017; UNHCR, 2000, 2006).

Em 2015, o mundo assistiu à “crise dos refugiados”, sobre a qual o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR, 2015) revelou alguma preocupação, uma vez que essa situação combina novos e antigos conflitos e é agravada pela crise económica. Toda essa complexidade e emergência trouxeram consigo também a necessidade da elaboração de novos instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, que definissem os direitos daqueles que migram (Silva, 2017, p.164).

Os dispositivos jurídicos deverão garantir os direitos civis e sociais, sejam eles o direito ao trabalho, a moradia, a educação (Weiß, 2018, p. 119). Infelizmente, para os autores Koser e Martin (2011), como para Agamben (2014) e Jansen (2016), citados por Weiß (2018), a realidade é que muitos refugiados são mantidos pelo país de acolhimento em um “estado de exceção”, por um longo período de tempo, quando o que estas pessoas mais desejam, segundo os autores, é voltar a ter uma vida normal o mais rápido possível. Para Weiß (2018), no seguimento das ideias de Sibum (2010, citado por Weiß, 2018), apesar dos refugiados ansiarem pela sua integração e início de uma “nova vida”, “as sociedades dos países receptores não veem isso como uma tentativa de superar experiências traumáticas, mas como indicativo de abuso do status de refugiado” (Weiß, 2018, p. 119), ou seja, acreditam que dar oportunidades aos refugiados os coloca em vantagem em relação aos cidadãos locais.

As questões dos estatutos dos refugiados e dos outros imigrantes são importantes e devem ser diferenciadas.

Para Stepputat e Sørensen (2014), torna-se difícil diferenciar os conceitos de migração forçada e voluntária:

(...) isto porque ao analisar a trajetória de vida das pessoas, o facto de “a migração ser “forçada”, em razão de perseguição ou desastre, ou “voluntária”, em busca de uma vida melhor, trata-se de uma distinção dicotômica importante para os formuladores de políticas (Weiß, 2018, pp. 113-114).

Deste modo, conhecer a trajetória de vida e reconhecer os fatores que provocaram a migração extrapola muitas vezes as questões jurídicas e das políticas públicas, mas permite perceber a realidade que estrutura o percurso de vida das pessoas (Weiß, 2018). A trajetória que os “torna refugiados” é longa e gradual (Paul, citado por Weiß, 2018, p. 118), assim como a busca pelo refúgio, mas importa percebê-la para aceder às vivências dos refugiados, diferenciando-os de outros migrantes. Assim, compreender a trajetória de vida dos migrantes contribui para que se possa compreender os fatores que estruturam o seu curso de vida, sejam refugiados ou outros migrantes, levando à compreensão da realidade pessoal para além do seu estatuto legal (Weiß, 2018).

2.2. ESTATUTOS E SUAS DIFERENÇAS

Para compreender melhor a realidade do acolhimento das pessoas migrantes em território português é preciso então tomar conhecimento da realidade legal que as espera. Será, então, essencial definir alguns conceitos importantes e evocar os estatutos legais que os requerentes, imigrantes e refugiados, podem receber em Portugal, de acordo com a legislação em vigor e orientações internacionais.

A proteção internacional é dada às pessoas cuja situação não corresponde ao estatuto de refugiado nos termos da Convenção de Genebra de 1951, mas que não podem regressar ao seu país por aí se verificar a violação sistemática dos direitos humanos ou por correrem o risco de sofrerem ofensa grave: pena de morte, tortura ou tratamento desumano e degradante.

A pessoa à qual é concedido a proteção do estado nomeia-se refugiado reconhecido, aos que não se reconhece o estatuto de refugiado, mas que por qualquer motivo não podem ou não querem regressar ao seu país de origem ou residência habitual, chama-se refugiado de facto (OIM, 2009).

O asilo é um sistema de proteção de um estado em seu próprio território a um estrangeiro, baseando-se no princípio de “non-refoulement” (UNHCR, 2007). Quem pretende ser admitido em um estado como refugiado aguarda uma decisão sobre a sua requisição de asilo (OIM, 2009), que em Portugal pode

demorar um tempo médio de 3 a 5 meses (Martins, 2019, Março 24), tendo sido relatado ainda pela imprensa casos em que famílias inteiras “estão à espera da validação ministerial há quase um ano, estando quase a terminar o programa de acolhimento sem ter beneficiado ainda do estatuto de refugiado” (Cordeiro, 2019, Janeiro 11) . Importa referir que sem ser atribuído o asilo a um refugiado, este não pode celebrar um contrato de trabalho, por exemplo.

Em 2015, foi criado pelos Estados membros da União Europeia (UE) o programa de recolocação de refugiados. Este programa consiste numa solução temporária, em que os Estados membros da União Europeia se comprometem em recolocar, a partir da Itália e Grécia, as pessoas que necessitem de proteção internacional. A recolocação traduz um processo de solidariedade interna e de partilha de encargos da UE, especialmente com os países de fronteira marítima ou terrestre da Europa que recebem mais refugiados (Alto Comissariado para as Migrações, 2017; OM, 2015). Portugal acolheu, então, entre 2015 e 2019 cerca de 1500 refugiados, sendo que os mesmos foram distribuídos em 99 municípios (República Portuguesa, 2018).

Terminada a fase de recolocação, iniciou-se, em janeiro de 2019, a fase de reinstalação, que deverá terminar em dezembro do próximo ano (CPR, s.d.), acordada também a nível europeu. A reinstalação consiste na seleção e transferência dos refugiados de um primeiro país de asilo, fora da União Europeia e que se encontram em condições precárias, para um Estado-membro que o aceite acolher e conceder o direito de residência permanente. Este programa é entendido como uma solução duradoura e percecionado como um instrumento de proteção à vida dos refugiados (OM, 2015). Além disso são refugiados reinstalados pessoas que já adquiriram o estatuto proveniente à entrada (por exemplo, em Portugal), mas que por qualquer razão não puderam, ou não desejaram, permanecer nesse Estado. Entre as razões que justificam que isso aconteça estão possivelmente relacionadas com a pressão demográfica no primeiro país de asilo, como acontece na Grécia, ou ainda por falta de condições de saúde, dificuldades em encontrar emprego e, em muitas situações, o desejo de reunificação familiar.

Faz-se relevante ainda definir o significado de ser apátrida, quando não há uma ligação legal entre o Estado e um indivíduo e, por isso, essa pessoa não possui uma nacionalidade ou cidadania. Essas pessoas na maioria das vezes não possuem acesso aos serviços públicos e não têm acesso ao direito de se deslocar

livremente, estando ainda mais suscetíveis ao tráfico de pessoas e a tratamento arbitrário (Marco, 2015). A proteção subsidiária é um estatuto que é conferido a uma pessoa de outra nacionalidade ou a um apátrida que não possa ser considerado refugiado, mas que comprove que caso volte ao seu país de origem ou de residência habitual corre um risco real de sofrer ofensa grave (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2019).

Vale dizer que Portugal concede, maioritariamente, aos refugiados, estatutos de proteção ligados principalmente à

Convenção de Genebra de 1951 e ao acervo de instrumentos jurídicos da UE que integram o Sistema Europeu Comum de Asilo (Diretivas sobre as condições a preencher para beneficiar do estatuto de proteção internacional, sobre o Procedimento de Asilo, sobre as Condições de Acolhimento, e Regulamentos de Dublin e Eurodac) e os nacionais (Constituição da República Portuguesa, Lei de Asilo e Lei de Imigração) (SEF, 2019, p.46).

Fica claro, então, que refletir sobre essa temática traz, a par das questões sociais, questões políticas e legais. As regras e leis internacionais foram definidas para apoiar pessoas, famílias, jovens e crianças que deixaram o seu país forçadamente, em situações extremas, tendo como único objetivo a sobrevivência. Ter acesso ao “instituto jurídico e político global” de refugiado traz ainda questões, salientadas por Reis e Menezes (2014, p. 62), ligadas a dois principais momentos, interdependentes: o momento anterior ao reconhecimento do estatuto de refugiado, durante o qual as pessoas vivem em situações que os obriga à fuga; e o outro momento, posterior ao reconhecimento, fase de proteção, ou seja, o acolhimento do refugiado no país de asilo. Ambos os momentos são interdependentes, sem se reconhecer as condições de vida passada que justificam a fuga, também não é possível reconhecer o estatuto, de igual modo apenas ser acolhido em outro país não permite ter acesso ao estatuto.

Para os migrantes voluntários, os processos, estatutos e realidade são outros. Essas pessoas ao chegarem a Portugal ou, ainda, antes de deixar o seu país de origem, manifestam o seu interesse em viver em Portugal. Nesse sentido, quando o estado permite que um estrangeiro resida em Portugal, de acordo com a Lei nº 27/2008 de 30 de junho, é emitida uma Autorização de Residência (AR), um documento emitido pelas autoridades portuguesas que permite, nos

termos legais, a um estrangeiro ou a um apátrida residir no território nacional (SEF, s.d.).

As autorizações de residência podem ser diferenciadas em dois tipos: temporária ou permanente, podendo ainda ser subdiferenciadas de acordo com a finalidade da mesma (SEF, s.d.). Para solicitar a autorização, o requerente deve apresentar, entre outros documentos comprovativo dos meios de subsistência, comprovativo de que dispõe de alojamento, seguro de saúde ou comprovativo de que se encontra abrangido pelo Serviço Nacional de Saúde (SEF, s.d.).

Entre os diferentes títulos emitidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), destacam-se os títulos de residência com as seguintes finalidades: trabalho, quando o cidadão tem como objetivo exercer uma atividade profissional em Portugal; para estudo, quando o cidadão apresenta a requisição do título com o objetivo de realizar um ciclo de estudos no país; ou ainda, para investidores. Em todos os casos é importante que o requerente comprove em sua manifestação de interesse o objetivo da migração (SEF, s.d.).

2.3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES EM PORTUGAL, EM 2018

Em Portugal, a situação migratória é cada vez mais emergente. Em 2018, pelo terceiro ano consecutivo, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) verificou um aumento de 13,9% na população estrangeira residente em Portugal em relação a 2017 (SEF, 2019). O crescimento no número de imigrantes em Portugal pode ser atribuído às alterações legislativas e evoluções que vêm a ocorrer nos últimos anos e os seus impactos na quantidade de imigrantes legais. Os autores Padilla e Ortiz (2012) já faziam, em 2012, referência à eminente absorção de imigrantes pelo mercado laboral, o que se mantém até hoje, não só podendo ser justificado pelas alterações na lei de estrangeiros, em 2017, que simplifica o regime de residência para trabalhadores mas também à estudantes do ensino superior, como também pelo facto de Portugal ser um país de “regime misto” no que diz respeito as migrações, isso quer dizer que, ao mesmo tempo

recebe migrantes e também é emissor de migrantes, fazendo-se necessário ter em consideração para a análise do fluxo migratório “as relações históricas e culturais com outros países, os impactos da operacionalização de políticas de imigração, bem como os contextos económicos e sociais portugueses e dos países de origem” (SEF, s.d.; SEF, 2019, p.16)

Em 2018, totalizaram-se 480.300 estrangeiros titulares de Autorização de Residência (AR), esse é o valor mais alto desde a criação do SEF em 1976 (SEF, 2019), estes números se referem aos migrantes autorizados em território nacional, não sendo contabilizados, portanto, os imigrantes que não possuem títulos de residência, os que não renovaram suas autorizações de residência, ou ainda, os que adquiriram a nacionalidade e aqueles que são residentes, mas nunca tiveram uma AR, essas pessoas são então ignoradas pelas estatísticas oficiais, assim como já referiam Padilla & Ortiz em 2012.

Entre as nacionalidades mais representadas no total de estrangeiros com AR, em 2018, estão 105.423 brasileiros (21,9%), o que representa mais de 1/5 do total de imigrantes em Portugal, em seguida estão pessoas das nacionalidades de Cabo Verde, Roménia, Ucrânia, Reino Unido. O grupo etário dos 25 aos 44 anos é o que apresenta maior número (208.730), quase metade da população estrangeira, e a população com mais de 65 anos (9,8%) tem um peso relativo superior ao da população de jovens entre os 0 e os 14 anos (9,1%) (SEF, 2019).

No que diz respeito à distribuição geográfica desses imigrantes, na região norte (Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança) pode-se contabilizar 55986 imigrantes (SEF, 2019) (Mapa Distribuição, anexo B, p.109).

Quanto aos pedidos de asilo, em 2018, no âmbito de proteção internacional, verificou-se uma redução dos fluxos migratórios provenientes do Mediterrâneo face ao ano anterior. Apurou-se, portanto, uma tendência consonante à tendência europeia quanto ao número de pedidos de proteção internacional que sofreu, portanto, uma redução face ao ano anterior (-27%) “nos quais se incluem os referentes ao mecanismo de recolocação” (SEF, 2019, p.46). Assim, foram registados 1.272 pedidos, tendo sido reconhecidos 286 com estatuto de refugiado e concedidos cerca de 405 títulos de AR por proteção subsidiária (SEF, 2019).

Em Portugal, os estatutos de proteção concedidos estão principalmente relacionados à “Convenção de Genebra de 1951” e aos instrumentos jurídicos e legais da UE que integram o “Sistema Europeu Comum de Asilo” e os nacionais

(SEF, 2019, p. 46). A maioria dos pedidos, assim como ocorreu em 2017, foram apresentados em território nacional (67,2%) e, em seguida, nos postos de fronteira (32,1%) (SEF, 2019).

Quanto à proteção internacional, sem se considerar os mecanismos de recolocação, registou-se um aumento de 21,9% nos pedidos de proteção internacional apresentados em 2018, foram contabilizados 1221 em 2018, 219 pedidos a mais que em 2017 (SEF, 2019).

Quanto à idade e ao sexo dos requerentes de asilo, o SEF (2019) salienta que cerca de dois terços dos pedidos foram apresentados por indivíduos do sexo masculino (65%), sendo que em termos de caracterização demográfica ha maior relevância de pedidos para o grupo etário situado entre os 19-39, que representam 58% do total, sublinha-se ainda que 86% dos requerentes tinham menos de 40 anos de idade (SEF, 2019).

No que diz respeito à origem dos requerentes, diferentemente do que foi verificado em 2017, o continente Africano em 2018 foi o mais representativo (66,3%), seguido do Europeu (14,1%) e do Asiático, sendo ainda importante ressaltar a subida de 87,3% no numero de requerentes do continente Americano em relação ao ano anterior, podendo-se atribuir esse cenário à situação politica do país, ainda assim os requerentes dessa nacionalidade são contabilizados como sendo apenas 8,1% do total (SEF, 2019).

Quanto às nacionalidades mais representativas estão em primeiro lugar Angola (224), Ucrânia (132) e Congo R.D. (131), sendo importante ainda ressaltar que, em 2018 verificou-se um significativo decréscimo dos pedidos de nacionalidades síria (426 em 2017 e inferior a 10 em 2018) e da iraquiana (283 em 2017 e 11 em 2018), revelando, portanto, uma mudança no perfil dos requerentes de asilo. Essa tendência, no entanto, contraria o que foi “verificado no contexto europeu, onde a nacionalidade síria foi a mais representativa em 2018, posição que ocupa desde 2013” (SEF, 2019).

Quanto ao reconhecimento do estatuto de proteção internacional, estes foram concedidos, em 2018, maioritariamente à nacionais de países asiáticos e, 405 títulos de AR por proteção subsidiária também predominantemente a nacionais de países asiáticos (SEF, 2019). Verifica-se que a concessão do estatuto de refugiado tem aumentado: em 2018 aumentou 140%, os títulos de Autorização de Residência (AR) por proteção subsidiária também sofreram um aumento, embora não tão destacado (SEF, 2019).

Quanto às obrigações assumidas pelo Estado Português em 2015 (Decisões n.º 2015/1523, 2015/1601 e 2016/1754 da UE de 14 e 22 setembro de 2015 e 29 de setembro de 2016, respetivamente) e desde então até abril de 2018, o país recebeu 1552 recolocados requerentes de proteção internacional vindos da Grécia e Itália. Assim constata-se que a maioria dos requerentes de proteção internacional recolocados vieram da Grécia (1.192), e são de nacionalidade Síria (SEF, 2019).

O estado português é um dos estados membros da UE que acolheu requerentes, estando em 6º posição em número de recolocações e em 8ª em relação ao cumprimento dos seus objetivos quanto as políticas humanitárias (SEF, 2019).

Em 2018 Portugal acolheu ainda voluntariamente migrantes resgatados em operações realizadas no mediterrâneo, assim foram resgatados em Malta e Itália entre julho e novembro, tendo sido transferidos para Portugal, 86 pessoas requerentes de proteção internacional, de 13 diferentes nacionalidades (SEF, 2019).

Além disso, ainda no âmbito do Programa Nacional de Reinstalação, entre 2018 e 2019 Portugal decidiu reinstalar 1.010 refugiados que estavam sob proteção do ACNUR em Portugal, essas pessoas vêm da Turquia e Egito. Para identificar e selecionar os candidatos, uma equipa do SEF se desloca até ao local. Já estiveram em duas missões no Egito, nas quais foram identificados e selecionado 286 refugiados, na Turquia estiveram em uma missão que identificou 171 refugiados. No fim de 2018, chegaram 33 pessoas ao abrigo do programa de reinstalação a partir do Egito, em sua maioria agregados familiares com crianças, de nacionalidade Síria e do Sudão do Sul (SEF, 2019).

3. CONHECIMENTO DA REALIDADE E AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

O Projeto foi desenvolvido com um conjunto de pessoas (refugiados, migrantes e voluntários) que têm em comum algumas questões e desafios quotidianos ligados ao tema migratório. A caracterização desse contexto trará, portanto, informações sobre as pessoas com as quais esse projeto foi construído, sendo importante salientar que o mesmo não foi desenvolvido em nenhuma instituição específica ou local geográfico.

O Conhecimento da realidade foi construído através da utilização de técnicas de recolha de dados, como a análise documental da legislação em vigor; conversas intencionais (com famílias, profissionais e grupo de jovens estudantes); grupo de discussão, além da observação participante.

Guiado pela metodologia de Investigação-Ação Participativa, todo o conhecimento construído parte do olhar de todos os participantes e, por isso, este capítulo resulta do envolvimento e participação das famílias, jovens, adultos e voluntários. No entanto, por ser importante perceber a realidade do acolhimento de refugiados em Portugal, o capítulo inicia-se com uma investigação sobre instituições parceiras no acolhimento e integração de refugiados e imigrantes, apresentando-se de seguida uma caracterização dos participantes e uma avaliação do contexto, na qual se analisa os problemas e necessidades identificados pelos participantes.

3.1. ALGUMAS INICIATIVAS NO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES

Conhecer algumas iniciativas de acolhimento e integração, da zona norte de Portugal, de imigrantes e refugiados tornou-se essencial para perceber a realidade e o contexto da integração dessas pessoas. A maioria dos casos de acolhimento de refugiados, de acordo com as resoluções jurídicas e políticas

públicas, deveriam garantir o acesso a alojamento; alimentação e vestuário; apoio à integração laboral; acesso à educação; acesso à saúde; apoio à aprendizagem do português; acesso a formação e validação de habilitações/competências (Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações, s.d., ponto 3). Os imigrantes acabam por passar, de forma mais autónoma, pelo acolhimento e integração, ou apenas contam com apoios mais pontuais da rede de amigos próximos e comunidade local, podendo, no entanto, também recorrer a organizações de apoio, como, por exemplo, o Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM).

É importante conhecer então, no caso dos refugiados, algumas iniciativas portuguesas que apoiam a integração e acolhimento dessas pessoas e famílias. Entre elas podemos destacar o Conselho Português para os Refugiados (CPR), e a Plataforma de Apoio a Refugiados (PAR), duas importantes organizações que, no cenário nacional, vêm cooperando para a integração dessas pessoas.

O CPR é uma Organização não Governamental para o Desenvolvimento, criado em 1991 e patrocinado exclusivamente pelo ACNUR, com vários projetos em curso que visam “o acolhimento e integração de refugiados, a promoção de políticas de asilo humanitárias e sustentáveis, a formação e a sensibilização para esta temática e para os direitos humanos em geral” (Conselho Português para os Refugiados, s.d., s.p.), é, ainda, responsável pelo acolhimento e promoção da integração de refugiados reinstalados (CPR, s.d.).

A Plataforma de Apoio a Refugiados (PAR) nasceu em 2015, por iniciativa de um grupo da sociedade civil e procura responder à crise mundial dos refugiados. É constituída por 350 organizações portuguesas que decidiram colaborar para responder às necessidades dos refugiados. Vem desempenhando um papel importante por ter sido elemento mobilizador e agregador de outras organizações não governamentais portuguesas e por ter antecipado a implementação do programa de recolocação de refugiados, influenciando, assim, a configuração do programa nacional (Plataforma de Apoio a Refugiados, s.d.).

A PAR e o CPR são algumas das organizações responsáveis pela organização do acolhimento de pessoas e famílias refugiadas em Portugal. Ambas participaram no programa de recolocação, que decorreu da crise de refugiados de 2015 e participam no atual programa de reinstalação.

A partir do site da PAR (s.d.), foi possível identificar as instituições de acolhimento que desempenharam, em todo país, o papel de receber e acolher muitas famílias refugiadas. Entre as informações disponíveis, na data da consulta ao site, foi possível identificar as instituições parceiras, a sua localização e a composição do agregado familiar acolhido, além do estado atual do acolhimento, ou seja, a informação se ainda estavam a acolher uma família. Parte desta informação ainda encontrasse disponível no site, nomeadamente, o nome das instituições, localização e o status do acolhimento.

Na zona do grande Porto (anexo C, p. 110) encontravam-se destacadas 19 instituições parceiras: destas, 11 são instituições religiosas, com cariz social, oito são instituições particulares de solidariedade social e uma autarquia local. Sendo que 14 quatorze ainda estavam a acolher as famílias, quando consultada a informação, e cinco já eram identificadas como tendo encerrado o processo de acolhimento.

Com o objetivo de perceber como estavam integradas as famílias de refugiados que habitavam a zona do grande Porto, planeou-se efetuar uma reunião com as instituições parceiras da PAR. Foi elaborado um guião (apêndice A, pp. 88 a 90) para a entrevista semi-estruturada a ser utilizado aquando das visitas às instituições. Pretendia-se com as entrevistas recolher informações sobre o processo de acolhimento e os seus contornos legais, culturais e sociais; conhecer o trabalho que vem sendo realizado pelos profissionais da área social quanto ao acolhimento de pessoas em situação de asilo (refugiados); identificar os maiores desafios e dificuldades para a inclusão. Era, ainda, objetivo destas entrevistas identificar algumas famílias que se encontrassem em situação de vulnerabilidade psicossocial e que viessem a beneficiar de um projeto de educação e intervenção social.

Em setembro de 2018, por email (apêndice B, p. 91; apêndice C, p.92) ou por contacto telefónico, foram contactadas 17 instituições. Apenas uma respondeu positivamente, no entanto foi possível, por telefone, conversar com profissionais de oito instituições sobre o processo de acolhimento e recolher algumas informações. 10 instituições já não estavam, à data do contacto, a acolher refugiados por ter terminado os dois anos do programa de recolocação, ou porque as famílias que tinham acolhido já não se encontravam em Portugal. Não se mostraram disponíveis para agendamento de uma reunião, referindo alguns profissionais que, ao longo do processo de acolhimento, tinham dado

várias entrevistas e fornecido muitas informações para projetos de investigação e que os investigadores nunca lhes deram feedback da utilização desses dados e que estão, também, cansados da exposição que este fenómeno tem provocado.

O encontro realizado na instituição que se disponibilizou para a marcação da reunião, em 10 de dezembro de 2018, decorreu nas instalações da instituição e foi realizado com a educadora social responsável pelo acolhimento de uma família de refugiados, iniciado em 2015, composta por uma mulher e o seu filho, de 3 anos. A instituição é uma IPSS, situada no grande Porto e tem as valências de centro dia, creche e apoio social à comunidade

As informações recolhidas durante a entrevista podem ser consultadas no apêndice D (pp.93 e 94). Da análise efetuada às informações fornecidas pela educadora social, percebeu-se o pouco tempo que as instituições tiveram para preparar a receção e o acolhimento das famílias, bem como as informações limitadas sobre as famílias que lhes são disponibilizadas. A educadora social referiu que, no seu caso, nem sabia o idioma que a família falava. A instituição era responsável por tratar dos aspetos da habitação (apartamento, móveis, luz, água), vestuário, alimentação, inserção no mercado de trabalho, ou seja, prestar o apoio necessário para a inclusão socioprofissional e educativa, no caso das crianças. Contudo, esta profissional confidenciou que não houve nem tempo, nem recursos, para uma preparação anterior à chegada da família que incluísse os aspetos culturais e sociais para se receber bem quem vem de um país muito diferente com uma trajetória complexa, sendo apenas possível responder adequadamente às necessidades básicas de sobrevivência (comida e habitação) e, porque a instituição possui uma creche, foi fácil integrar a criança no sistema educativo.

Durante a entrevista, a educadora social expôs os desafios que lhe foram colocados pela língua, pois a família falava apenas árabe e os interlocutores da instituição falavam apenas português. No início, foi preciso recorrer à comunicação não verbal, através de gestos, para se contactar com a mãe e o filho.

A instituição, com a aceitação da família, informou os comerciantes locais e o centro de saúde da zona sobre as dificuldades linguísticas da família, o que permitiu uma maior disponibilidade da comunidade local para o acolhimento e para poderem recorrer à instituição sempre que precisassem de um mediador para facilitar a comunicação. Esta situação, segundo a educadora social,

aconteceu algumas vezes, principalmente no princípio do acolhimento, tendo destacado ainda que este processo permitiu a constituição de uma rede de vizinhança mais próxima, de uma comunidade unida e disponível para o acolhimento e integração da família. Este parece ser um exemplo de boas práticas.

Porque a língua é um aspeto importante para a integração em todas as suas dimensões (Leal & Sanches, 2014) e, segundo a educadora social, “proporcionar um bom ensino da língua” torna-se essencial para que o ator social se reconheça no contexto e nele se sinta incluído, uma das primeiras preocupações da instituição foi inscrever a mulher da família em acolhimento num curso de ensino do Português para estrangeiros.

Além destas, foram feitas outras diligências para tentar contactar famílias de refugiados acolhidas no Porto, como contactos com autarquias e faculdades. Foram realizados encontros e conversas intencionais com estudantes sírios, alguns profissionais ligados a inclusão e acolhimento de refugiados e imigrantes.

Importa ressaltar o contacto realizado com uma Psicóloga (Apêndice E, pp. 95 a 97, Apêndice F, p. 98) do serviço de apoio psicológico fornecido por uma faculdade da Universidade do Porto, que desempenha um importante papel no acompanhamento psicológico de estudantes internacionais do ensino superior. Este contacto tinha como objetivo perceber qual o posicionamento desta faculdade sobre o processo de acolhimento de estudantes internacionais, inclusive refugiados, identificar os maiores desafios e dificuldades para a inclusão desses alunos e qual o papel do apoio psicológico para esta inclusão.

A psicóloga partilhou que, de acordo com sua opinião e experiência em intervenções, o mais adequado seria que o processo de inclusão dos alunos refugiados e imigrantes fosse trabalhado com a instituição de ensino, tendo sempre o apoio e participação das Associações de Estudantes. A profissional acredita que só assim há envolvimento necessário dos restantes jovens da faculdade, permitindo, portanto, que os estereótipos, os preconceitos e a pouca abertura aos migrantes sejam trabalhados com toda esta a comunidade académica.

A psicóloga acredita, ainda, que, não basta trabalhar com migrantes, devido à existência de uma exclusão velada nas universidades, e trabalhar cm esse grupo não mudara o cenário atual. O que mudaria efetivamente, de acordo com

seu olhar, seriam as intervenções realizadas em conjunto, com alunos migrantes e alunos portugueses, para que se conseguisse trabalhar de forma positiva a diferença, o multiculturalismo e, assim, aceitar e conhecer novas culturas, hábitos, costumes, trazendo, portanto, uma perspectiva positiva para o conhecimento da diferença e abertura para novas relações, criando verdadeiros laços de proximidade.

A psicóloga ressaltou, ainda, que os estudantes muitas vezes procuram os serviços de apoio psicológico com queixas ligadas aos procedimentos burocráticos e à dificuldade de lidar com os instrumentos legais, como também referem a dificuldade de lidar com todos esses desafios sem muitas vezes poderem contar com um amparo familiar ou qualquer outro suporte.

Estes primeiros contactos foram essenciais para o início do projeto, embora marcada pelas dificuldades encontradas e, sobretudo, por não ter sido possível, através deles aceder à identificação de famílias de refugiados. Permitiram, contudo, perceber melhor o processo do acolhimento e as intervenções realizadas com estudantes estrangeiros. Foi, ainda, essencial este momento para refletir sobre a postura do investigador e a necessidade de uma ação sensível, cuidada e responsável com os participantes.

3.2. PARTICIPANTES

O projeto envolveu dois grupos de participantes: o primeiro, Khaled, um jovem adulto e sua família, cujo contacto se iniciou em 2017, através de uma profissional ligada à área do acolhimento de refugiados; e o segundo, um grupo de imigrantes, refugiados e voluntários, cujo contacto se iniciou em 2018, a partir de uma associação de ensino de línguas e outras iniciativas.

A família de Khaled chegou ao Porto em 2015, através de um programa de recolocação. O jovem apátrida, 25 anos, que nasceu na palestina e viveu a maior parte de sua vida como refugiado na Síria, explicou que “não temos a nacionalidade Síria, pois estávamos numa situação específica, mas eramos refugiados palestinos na Síria. Vivíamos como os sírios, mas não tínhamos documentos de identidade e passaporte, tínhamos os mesmos direitos que os

sírios, exceto votar para presidente ou para o parlamento, mas tudo o resto nós tínhamos acesso” (Khaled).

Khaled, após atingir a maioridade, começou a trabalhar com a sua família na área da construção civil, não tinha nenhum curso na área, mas já tinha muita experiência pois já trabalhava com o seu pai na área há muito tempo. Tinha uma vida estável. Conquistou a sua autonomia, vivia sozinho, tinha carro e um certo conforto, até, como relatou o jovem. Foi em 2013 que Khaled, sozinho, teve de deixar a Síria em decorrência dos muitos conflitos e do agravamento da guerra civil. Esse percurso durou cerca de 2 anos e se deu através de Gaza, Líbano, Turquia, Grécia até chegar a Portugal.

No Líbano conheceu a sua esposa, de 23 anos, engenheira. Casaram-se e ali tiveram o seu primeiro filho, atualmente com 5 anos. De acordo com os pais, o menino teve ao longo de sua vida que passar por mais do que um campo de refugiados, conviveu desde muito bebé com a realidade do campo, desde o contacto sempre tão próximo e amigável com tantas famílias de diferentes nacionalidades até os bombardeamentos e a luta pela sobrevivência. O filho mais novo do casal, com 3 anos, já nasceu em Portugal, num contexto mais estável e pacífico, o que possibilitou uma infância mais tranquila e segura. Os pais acreditam que isso pode ter permitido que o comportamento dele fosse menos agitado.

Khaled chegou a Portugal em 2015, com a esposa grávida e um filho. Já em Portugal, a família começou a reconstruir a sua vida. O jovem relatou o seu sentimento de instabilidade e a ansiedade que aquela situação lhe trazia, contou que fumava cada vez mais e que, em uma consulta médica, chegou a falar sobre isto com o médico que sugeriu que ele poderia estar a viver um transtorno do estresse pós-traumático.

Entre os muitos desafios enfrentados, relatados pelo casal, a língua era um dos que mais os limitava e os impedia, num primeiro momento, de encontrar um trabalho e alcançar maior autonomia, embora desejassem a sua independência financeira. Ao longo do tempo em Portugal acabaram por conseguir aproximar-se mais da língua, através de alguns cursos de português oferecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), porém enfrentaram dificuldades em encontrar um curso que lhes permitisse aprofundar o conhecimento da língua. Tentaram inscrever-se num curso oferecido por uma universidade local, porém o custo do mesmo era muito alto,

os voluntários que os acompanhavam no processo de acolhimento não concordaram com esta despesa visto que o valor a que tinham direito, pela sua situação de asilo, era apenas o suficiente para sobreviverem. Tendo em conta a experiência deste casal, o jovem sempre defendeu que o conhecimento da língua era imprescindível e prioritário para um bom acolhimento e integração de refugiados.

Esta família destacou como problema, ainda o constante sentimento de desamparo e solidão, por não ter família por aqui com quem possam contar em momentos mais difíceis, sentem também falta de uma rede de suporte que possa oferecer uma retaguarda. integração com a comunidade e a ausência de uma rede de suporte.

Problematizam ainda o facto de encontrarem muitas vezes dificuldades em se comunicar com a escola, médicos e instituições públicas, já que não falam português. Mas mais do que isso, o casal acabou por relatar também o sentimento de desqualificação que sentiram quando os mais diversos profissionais os julgaram na forma como escolheram cuidar de seus filhos numa determinada situação ou quando em um trabalho ligado à sua área de formação eram tidos como pouco capazes ou “mal formados”, tendo em vista a sua nacionalidade.

O primeiro ano em Portugal constituiu para a família de Khaled um período de adaptação à nova realidade, sendo também este um período importante para o grupo que os acolheu, uma vez que, não sendo da área social e não tendo experiência prévia nesta área, precisavam também de se adaptar. A sua esposa esteve neste ano com os meninos que, entretanto, foram inscritas na creche. Frequentaram cursos de português, procuraram emprego, sendo que Khaled chegou a iniciar uma atividade profissional ainda no primeiro ano.

Khaled, após 1 ano em Portugal, conseguiu inscrever-se no curso de engenharia civil, com o apoio da Direção Geral do Ensino Superior - DGES e Global Platform for Syrian Students (Plataforma Global para Estudantes Sírios) - GP4SYS, o jovem reconhece, neste aspecto, o privilégio de sua família. Salientou que a sua experiência na universidade, apesar de ser um desafio, tem possibilitado a sua própria formação para uma vida melhor. Nesse contexto, o jovem sente algumas dificuldades quanto ao relacionamento com os seus pares, já que afirma que “eles não entendem o que eu estou a passar”, referindo que os

seus colegas não compreendem a sua realidade enquanto pai e enquanto refugiado em Portugal.

Khaled apresentou ainda outra questão ligada ao contexto académico, referindo a dificuldade em lidar com diferentes hábitos relacionais e culturais. Em um encontro relatou o desconforto que sentiu em uma situação vivenciada por ele com um de seus colegas da faculdade, “Eu quando estou na casa de um amigo estou à vontade, na Síria quando um amigo vem a sua casa você oferece uma cerveja, conversa, ainda que seja com objetivo de fazer um trabalho ou assim. Não importa se você precisa de uma pausa e quer descansar um pouco, amizade permite que seu colega esteja em sua casa sem receios”, neste dia Khaled recebeu um colega em casa enquanto se sentou no sofá a descansar o colega disse que iria logo embora, ambos se sentiram desconfortáveis. O jovem relatou, portanto, o sentimento que vem experienciando, da diferença e da dificuldade de integração também atribuído a diferença dos hábitos culturais e relacionais.

O segundo grupo, que participou da ação 2, é formado por imigrantes, que relataram diferentes razões para a migração, refugiados e alguns voluntários nacionais envolvidos no processo de acolhimento de refugiados e imigrantes.

Tendo sido organizado um grupo de discussão (GD1), que reuniu estudantes internacionais, e foi divulgado através das redes sociais, estiveram presentes Ana Luísa, Carolina, Eduarda e Fátima estudantes brasileiras e pudemos discutir temas ligados a imigração e seus desafios.

Passarei a caracterizar as estudantes: Eduarda, 26 anos, estudantes de economia, a tirar o mestrado aqui em Portugal. Já com a nacionalidade portuguesa quando ingressou no país imaginou não ter muitas dificuldades no dia a dia aqui no Porto, mas descobriu que seu sotaque ainda era muito visível e por isso tem enfrentado alguns desafios; Carolina, estudantes também, estava em Portugal por um curto período de mobilidade, 24 anos, disse não estar a sentir muitas dificuldades pois teve todo o apoio possível por parte de amigos que já aqui estavam; Ana Luísa, 28 anos, veio com o marido para viver em Portugal, ingressou logo na faculdade para tirar o mestrado, mas já não estava envolvida com a universidade na altura das sessões, pois os empregos que tinha e as respetivas remunerações não lhe permitiram dar continuidade aos estudos; e Fátima, brasileira, 37 anos, veio para Portugal tirar o mestrado, tinha o sonho de viver fora do Brasil e, por isso, veio para Portugal. Desde que chegou toda a

informação que tem sobre migração, documentação, moradia, emprego e outras questões quotidianas tem partilhado com os colegas brasileiros e demais imigrantes próximos, sempre tentou auxiliar o máximo de pessoas possíveis pois sabe o quão difícil é mudar-se de país e viver sozinha. Está no país há 2 anos.

Foi organizado ainda um segundo grupo de discussão, com pessoas que se conectaram através de diferentes iniciativas. Entre elas, a organização internacional SPEAK¹ que proporcionou o contacto com diversas pessoas ligadas ao tema do acolhimento em uma comemoração local em Braga.

Estes contactos possibilitaram a criação de um inquérito por questionário online, divulgado através de redes sociais e assim foi possível me aproximar e conhecer melhor as pessoas que lá estão e a forma como as diversas instituições de acolhimento com as quais os respondentes tiveram contacto atuam. O questionário teve como objetivo entender melhor a realidade desses migrantes e perceber até que ponto era similar ou diferente da dos refugiados, além de conhecer melhor as iniciativas ligadas ao acolhimento e inclusão de migrantes naquela região. O convite para criação deste grupo se deu neste momento, uma das questões colocadas no questionário convidava os respondentes a participarem de um grupo de discussão que permitisse a construção de um projeto em conjunto.

Foram recolhidas 16 respostas válidas de migrantes e portugueses ligados ao tema acolhimento, com idades entre os 21 e os 67 anos. Dos respondentes 62,5% (10) são do sexo feminino, 5 (3 do sexo feminino e 2 do sexo masculino) são portugueses, essas pessoas se aproximaram do tema acolhimento por conviver com pessoas que migraram para Portugal, seja em contexto profissionais ou pelo desejo em ajudar.

Os demais respondentes migrantes, 11 pessoas, que já estão em Portugal entre 1 e 4 anos, apresentaram principalmente duas razões para a migração: para “Estudar / Studying” (sete pessoas) ou para “Trabalhar / Working” (três

¹ A organização citada promove cursos básicos de língua e cultura além de eventos e encontros culturais e de troca linguística destinados a todos os interessados. Os cursos são orientados por pessoas disponíveis e voluntárias que conhecem uma língua e cultura e querem partilhar a mesma

peessoas), somente um respondente revelou ter vindo a Portugal à procura de abrigo. Oito deles vieram para Portugal sozinhos, dois com família e um com amigos.

No questionário surgia um convite aos inquiridos para participarem num grupo de discussão que possibilitasse pensarmos em conjunto sobre os desafios enfrentados por “Ser-se Migrante”. Dos respondentes, 75% (12 pessoas) se disponibilizaram para formarem o grupo de discussão e para estarem presentes na sessão marcada para o efeito, entretanto apenas 6 estiveram presentes no encontro realizado em Braga, em uma associação cultural local. Segue abaixo uma pequena caracterização sobre os principais participantes do grupo de discussão.

Juliana, nascida na Rússia, 28 anos, optou por viver em Portugal depois de uma viagem de férias em que se apaixonou pelo país, como referiu no grupo de discussão. Decidiu então ficar em Portugal e começou a construir aqui sua vida. Hoje, além de estar a trabalhar, também é voluntária ligada ao ensino da língua e cultura russa.

Pedro, nascido no Brasil, 26 anos, veio para Portugal “à procura de uma vida melhor”, iniciou o percurso aqui a estudar, conheceu a namorada Lia, 27 anos, nascida na Polónia. Hoje ambos estudam, trabalham e vivem em Braga.

Joana, portuguesa, 56 anos, é voluntária e já promoveu um dos cursos disponibilizados pelo SPEAK, consegue ajudar as pessoas que chegam aos cursos e oferece-lhes apoio.

Maia, síria, 26 anos, está em Portugal há 2 anos, veio para estudar e hoje já se envolveu no apoio a outros imigrantes e refugiados em Portugal.

Ahmad Hanif, 38 anos, turco, vive em Portugal com seu filho e esposa, ainda desempregado e a espera por uma resposta ao pedido de asilo, Ahmad, é professor e foi perseguido pelo Presidente Erdogan. Erdogan está no governo da Turquia desde 2014, desde então a Turquia tem passado, de acordo com Ahmad por um “genocídio”. A família decidiu, após meses de perseguição e ameaças à vida deixar a Turquia, para isso foram precisos 6 meses entre a Turquia, Grécia e Portugal, cerca de 23.000 euros e muita coragem.

Em Portugal, Ahmad afirma “somos uma exceção”, considerando que a chegada de forma voluntária e a possibilidade de fazer todo esse trajeto com recursos próprios é excepcional. O Ahmad já conhecia Portugal e a cidade que eles escolheram para viver, tinham amigos aqui e toda uma rede de suporte

pronta para os receber. Logo que chegou, inscreveu-se em cursos de português. Ele revelou que uma das maiores dificuldades é o idioma, tão diferente de tudo o que ele conhece, mas acredita que o inglês já o ajuda muito nas novas aprendizagens. Ahmad e sua esposa estão a frequentar 3 cursos de línguas em diferentes instituições e a espera de asilo que essa família vem enfrentando outros desafios e ajudando outras famílias.

Entre os relatos do Ahmad, é possível perceber que a burocracia, a desinformação nos serviços públicos tem sido um grande que a família tem enfrentado, principalmente porque estão a passar por um período de espera, aguardando a resposta ao pedido de asilo. Além disso, o Ahmad afirma que com todos os desafios quotidianos há também outras questões menos explícitas que se apresentam aos refugiados e migrantes que chegam a Portugal, “quando essas pessoas vão procurar casa para arrendar, primeiro enfrentam o desafio de as rendas não serem nada baratas, mas depois ainda têm que lidar com outras questões, precisam de dar referências ao senhorio para arrendar a casa, pessoas que muitas vezes não conhecem ninguém aqui e que acabam por recorrer a amigos e conhecidos para pedir ajuda”.

O professor relata ainda conhecer a história de outras famílias, “Eu posso contar pelo menos 10 famílias aqui no Norte que estejam por Portugal através de um pedido voluntário de asilo. Estas pessoas, diferente do que eu e minha família vivemos, vieram para cá sem nada nem ninguém, sem apoio ou suporte de nenhuma instituição, precisam enfrentar esses desafios todos sozinhas”, ele afirma que as famílias passam por momentos difíceis e tem de lidar com os estereótipos ligados ao islamismo.

Foi a partir destas diligências que o grupo de participantes da ação dois se formou, este grupo é composto Ahmad, Aisha, esposa de Ahmad e Fátima, que a partir dos grupos de discussão organizados integraram o projeto, tendo ainda contado com a participação de Hussain, amigo de Ahmad, também refugiado em Braga, com uma história muito próxima a de Ahmad, também professor, que reside em Portugal há 1 ano com sua esposa e filho.

Por fim, e através de um dos participantes do SPEAK, foi possível ainda estar em contacto com a Associação Cultural Harmonia e Amizade (ACHA) criada para facilitar a inclusão e multiculturalidade, que tem como missão promover a harmonia entre diferentes povos e culturas de forma educativa, este contacto

se fez importante pois permitiu momentos de reflexão e partilha sobre a realidade de imigrantes e refugiados em Braga.

Estabeleceu-se, ainda, contacto com um estudante Sírio, através do serviço de ação social de uma faculdade no Porto. O contacto foi mediado através de um email onde se explicava o intuito do projeto e se convidava 3 estudantes sírios a habitar uma residência de estudantes para uma conversa no âmbito do projeto; apenas um deles se mostrou disponível para o agendamento de uma entrevista. O jovem Yohan, sírio, 26 anos, chegou a Portugal através da Global Platform for Syrian Students (Plataforma Global para Estudantes Sírios), está cá há 2 anos e tem conseguido adaptar bem à realidade portuguesa, sente-se bem acolhido pelos colegas da universidade. Este contacto permitiu conhecer a experiência de um estudante internacional que se sente bem acolhido e integrado na comunidade local.

A partir dos encontros e envolvimento das pessoas citadas foi feita a proposta do desenvolvimento de um projeto de investigação-ação participativa (ação 2), aceite pelo grupo com algumas ressalvas e receios em não poder apoiar quanto gostariam ou como deveriam por causa dos seus compromissos pessoais.

3.3.AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

A avaliação do contexto foi realizada, tanto por Khaled, como pelos demais participantes do projeto, imigrantes, refugiados e um voluntário ligado ao acolhimento, todos referidos atrás. Contou ainda com a participação de dois profissionais que atuam na área do acolhimento. Todos esses momentos permitiram um olhar mais real sobre os desafios e potencialidades, promoveu ainda maior envolvimento dos diferentes atores.

Foi possível conhecer um pouco mais sobre cada pessoa participante, saber a história de vida de cada um, razões pelas quais imigrou, principais desafios e dificuldades enfrentadas no caminho até a chegada a Portugal e na integração neste país. Permitiu ainda refletir sobre os diferentes desafios inerentes à migração e as similaridades com a busca por refúgio. Discutiui-se esta realidade e identificou-se os desafios inerentes à integração e acolhimento de migrantes

em Portugal, foi preciso nessa fase definir áreas de intervenção, reflexão sobre os problemas levantados, sobre os indicadores, causas dos mesmos e as necessidades advindas deles.

Para a identificação dos problemas e necessidades enfrentados pelos imigrantes e refugiados residentes em Portugal, mais especificamente no Porto e em Braga, foram utilizadas as seguintes técnicas: grupo de discussão, entrevistas semiestruturadas e conversas intencionais.

As entrevistas foram realizadas com dois profissionais ligados à área do acolhimento, que trabalham de forma direta com refugiados e imigrantes, e as conversas intencionais com seis imigrantes e um refugiado. Os Grupos de discussão realizados tanto no Porto como em Braga, foram realizados, respetivamente, com quatro estudantes brasileiras (Eduarda, Carolina, Fátima e Ana Luisa) e com quatro imigrantes (Juliana, Pedro, Fátima, Maia) de origem russa, brasileira (dois), síria, uma família de refugiados turcos (Ahmed, Aisha e seu filho) e uma voluntária portuguesa (Joana) ligada ao tema da imigração.

Após a identificação dos problemas e a fim de refletir sobre os mesmos foi possível, principalmente em grupo, devolver os problemas identificados pelos diferentes atores sociais a fim de explorar as causas associadas a cada um deles, bem como identificar as necessidades. O quadro síntese dos problemas priorizados encontra-se disponível no apêndice G (pp. 99 e 100).

O Problema 1 (P1) “Isolamento Social” foi um dos primeiros problemas identificados, tanto por profissionais como pelos atores sociais. Foi levantado a partir dos contactos e sessões com a família e o grupo de imigrantes e refugiados. Os relatos demonstravam que as famílias de refugiados e os imigrantes acabavam por se fechar dentro do círculo familiar ou do círculo de amigos da mesma nacionalidade, muitas vezes, por não dominarem a língua portuguesa ou por não saberem falar inglês e, portanto, só conseguirem conversar na sua língua materna (relato de Ahmad Hanif), outras por acreditarem que “meus colegas no trabalho e na faculdade não compreenderiam...” o que se passava na sua vida, já que nunca haviam vivido nada parecido, na opinião de Khaled. O isolamento pode também surgir na sequência das experiências traumáticas vividas na dificuldade em confiar nos colegas e da pouca disposição demonstrada para se relacionar com colegas.

Outra possível causa levantada pelos dois refugiados para esse isolamento, está na dificuldade em compreender a cultura portuguesa e os hábitos locais,

além do sentimento de estar em ambientes pouco acolhedores. Khaled e Ahmad ressaltaram também que todos os desafios enfrentados ao longo da trajetória até chegar a Portugal e ao longo da integração acabaram também por os mudar e, de certa forma, desencorajá-los a interagir e conviver com a comunidade local.

Diante do primeiro prolema (P1) e das respectivas causas, podemos ressaltar a necessidade de lidar melhor com as diferenças culturais, conhecer melhor a cultura portuguesa, hábitos e costumes, de forma a possibilitar maior interação com a comunidade local; se abrir para novas relações, iniciar novas amizades e aprender a confiar no outro; lidar com a frustração de forma a aprender a lidar melhor com o passado e conseguir seguir em frente. Além, claro, do maior domínio da língua portuguesa, a fim de que seja possível estabelecer relações com mais pessoas da rede local e comunitária.

O segundo problema (P2) “Sentimento de solidão” também identificado por todos os participantes que relataram o sentimento constante de desamparo, solidão. Diferente do primeiro em que há relatos de dificuldades em se relacionar, este problema é apresentado como um sentimento que é gerado neles próprios de solidão, já que não têm um apoio significativo de nenhum ente próximo ou uma rede de suporte mais propriamente dita.

No que diz respeito aos refugiados, muitas vezes ao longo do processo de acolhimento estas pessoas são acompanhadas por um grupo de profissionais de uma instituição predefinida de forma a tentar ajudá-los na fase de adaptação. Khalad relata que as pessoas destacadas pela instituição responsável por lhes acolher estavam pouco preparadas para isto, sem formação e pouco conhecimento prévio sobre eles e isto acabou por ser sempre sentido nos contactos e na forma de os auxiliarem nesta caminhada. Já Ahmad não teve este apoio por parte de uma instituição visto que seu pedido de asilo voluntário foi feito já em Portugal, sendo assim acabaram por ter de lidar com tudo de forma mais autónoma, quando podem contar com o apoio de amigos e conhecidos em alguma dificuldade ou problema afirma que foi muito reconfortante e facilitador do processo entretanto nem sempre isto foi possível e muitas vezes sentiu que teve que solucionar tudo sozinho.

Como causas foram apontadas a dificuldade em pedir ajuda, a ausência de amigos com quem possam partilhar vivências e desafios diários ligados à fase do ciclo vital. Alguns imigrantes e refugiados relataram duas principais causas: a primeira, seria a ausência de uma retaguarda familiar, visto que não há mais

membros da família em Portugal que possam auxiliá-los com algumas tarefas ou de uma rede de suporte que possa também assumir esse papel; outra causa atribuída por alguns deles (cinco dos refugiados e imigrantes) apontaram para o sentimento de ineficiência dos serviços públicos que causam ainda mais esse sentimento de solidão e desamparo.

Além disso atribuíram também esse sentimento de falta de apoio à ação pouco eficaz dos diferentes profissionais que tem pouca ou nenhuma formação e/ou preparação dos diferente para lidar diretamente em seu dia-a-dia com pessoas refugiadas e imigrantes, profissionais esses de instituições sociais ou de órgãos públicos, que pouco preparados e mal formados, sem o conhecimento de uma língua estrangeira acabam por na relação com eles não agirem de forma reflexiva e preparada, provocando um sentimento de desamparo e até impotência.

Quanto ao segundo problema e as respectivas causas atribuídas podemos destacar as seguintes necessidades: criar uma rede de apoio que auxilie as pessoas migrantes; encontrar famílias com os mesmos problemas que possam estabelecer relações de entajuda a partir de um sentimento de identificação e empatia; procurar soluções e ajudas que vão ao encontro dos desejos da família; aceder a informação disponível de forma clara e correta; conseguir aceder aos diferentes serviços e ter informações fiáveis e eficientes.

O terceiro problema, identificado tanto por imigrantes como pelos refugiados, (P3) “Sentimento de impotência e de desqualificação pessoal, social, profissional e parental”. As principais causas apontadas foram: projetos e acompanhamentos de equipas de acolhimento pouco adaptados as necessidades da família que as faz sentirem-se pouco capazes de lidar com as suas necessidades e com o seu dia a dia, falaram ainda das diferenças culturais que acabam por provocar algum choque e fazer com que se sintam e se vejam, ou que os vejam, como “pouco competentes ou capazes”, simplesmente, por verem ou agirem de forma diferente diante de situações comuns, causando estranhamento e desqualificação perante a comunidade local. Falou-se ainda do pouco domínio da língua que acaba por os constranger em alguns momentos e por provocar um sentimento de impotência, além dos estereótipos que acabam por surgir em relação aos imigrantes e refugiados e por desqualificam as capacidades e conhecimentos pessoais e profissionais de cada um.

Nesse sentido o participante tem como necessidades dominar melhor a língua, costumes e cultura local; mas também promover ações que possibilitem o acesso a maiores informações e possibilitem o contacto independente da língua utilizada para a mesma.

4. DESENHO DO PROJETO “WITH YOU” E AVALIAÇÃO DE ENTRADA

Após a análise da realidade, a identificação dos problemas e o reconhecimento das necessidades os participantes definiram a finalidade e os objetivos da investigação e intervenção. Surge, então, neste capítulo, o desenho do projeto que inclui a finalidade, objetivos, estratégias, ações e indicadores de avaliação. Apresenta-se ainda a avaliação de entrada.

4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Mendonça (2002) afirma que para desenhar um projeto é preciso começar com a definição de uma finalidade. A finalidade do projeto é definida por Guerra (2007) como a “razão de ser de um projeto e a contribuição que ele pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar” (p.163). A finalidade de um projeto está associada a uma utopia, mas é inspirada na realidade e deve ser útil à mesma (Guerra, 2007; Lima, 2003). A finalidade considera os problemas e as necessidades identificados, as potencialidade e os constrangimentos da realidade social, bem como os recursos e as suas limitações, conferindo às ações uma intencionalidade comum (Cembranos et al., 2010; Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

Assim, tendo em conta os problemas e as necessidades, a finalidade deste projeto é “Facilitar a inclusão de migrantes e refugiados na sua comunidade local de forma a garantir a sua qualidade de vida e bem-estar”.

Partindo dessa finalidade, procurou-se construir um caminho até à transformação da realidade, de forma a ultrapassar os problemas e as necessidades identificadas pelas pessoas migrantes e refugiadas. De acordo com Espinoza (1986, citado por Serrano, 2008), Serrano (2008) e Guerra (2007) os objetivos gerais de um projeto traduzem os propósitos do mesmo e orientam as ações para se alcançar a finalidade. Os objetivos específicos são mais precisos e

concretos e indicam de forma mais clara o que se pretende alcançar (Serrano, 2008; Guerra, 2010).

Em conjunto com os participantes em duas sessões, a primeira apenas com Khaled e a segunda com o grupo de migrantes, refugiado e voluntaria, foram definidos, procurando a partir deles e com eles desenhar que caminho percorrer, os seguintes objetivos gerais (OG) e específicos (OE) (quadro síntese dos objetivos disponível no apêndice H, p. 101):

OG1: Promover novas relações que possibilitem a consolidação de uma rede de suporte.

OE 1.1- Criar um ambiente emocional favorável para o estabelecimento tanto dessa relação como de novas relações;

OE 1.2- Criar uma rede de suporte que proporcione mais segurança às famílias;

OE 1.3- Perceber as limitações e as potencialidades no estabelecimento de novas relações;

OE 1.4- Compreender melhor os hábitos culturais e relacionais locais;

OE 1.5- Ampliar os laços relacionais para contrariar o isolamento e o fechamento na família;

OG 2: Promover o empoderamento e auto valorização social, parental e profissional.

OE 2.1- Perceber as limitações e potencialidades de toda família não como fraquezas, mas como características pessoais;

OE 2.2- Promover o empoderamento dos participantes através do acesso a informação;

OE 2.3- Disponibilizar informações que permitam a essas pessoas traçarem estratégias de ação adequadas a cada necessidade;

OE 2.4- Aceder aos diferentes serviços públicos de forma eficiente, através de informações sobre o mesmo e apoio;

Para que os objetivos pudessem ser alcançados foram pensadas estratégias adequadas ao contexto, assim realizaram-se encontros grupais, exercícios de dinâmicas de grupo, role playing, momentos de partilha, debate e reflexão, brainstormings e conversas intencionais. Ao longo do desenvolvimento do

projeto, poderá surgir necessidade de se recorrer a outras estratégias coerentes com a finalidade e objetivos.

O projeto desenvolver-se-á em duas ações. A ação 1, “Passos dados”, consiste numa intervenção psicossocial mais diretamente realizada com Khaled, esta ação propõe-se alcançar os OG1 e OG2, nomeadamente o OE2.1. A Ação 2, “ACHA WITH YOU”, realizada com um segundo grupo de participantes, procurará responder ao OG1, especificamente OE1.1, OE1.2, OE1.5, e ao OG2, especificamente OE2.2, OE2.3 e OE2.4.

As ações se desenvolverão em sessões de encontro, a serem realizadas entre junho de 2018 e agosto de 2019, os dias de encontro variarão de acordo com a disponibilidade dos participantes.

4.2. RECURSOS, POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS

Os recursos, potencialidades e constrangimentos devem ser considerados para o desenho do projeto assim como os problemas e necessidades apresentados. Como recursos humanos identifica-se o grupo de pessoas imigrantes, refugiados e voluntários portugueses. Outro recurso que se revelou a partir dos contactos com os participantes é a Associação Cultural para Harmonia e Amizade, uma associação que procura ajudar e debater questões multiculturais.

Quanto às potencialidades destacam-se as competências, disponibilidade e interesse do grupo, tal como os interesses pessoais de cada participante no projeto. Reconhece-se ainda a consciência de todos os atores sociais quanto aos problemas enfrentados por eles, mas também por outros amigos e conhecidos que também estejam a passar por situações parecidas, o sentimento de empatia e o desejo de ajudar o outro sendo perceptível a solidariedade e interajuda no grupo.

No que diz respeito aos constrangimentos refere-se o facto de a maioria dos encontros e relações estabelecidas terem de ser feitas em inglês, visto que esta é a única língua comum entre todos os atores sociais envolvidos. Isso pode se mostrar em alguns momentos uma dificuldade para alguns atores no momento

em que relatarem situações pessoais e conseguirem incluir de alguma forma suas emoções e sentimentos, descreverem situações, visto que o inglês não é sua língua materna. Será ainda desafiador à mestrandia responder em inglês nos diversos momentos, sempre que as pessoas partilharem histórias, regendo-se sempre pelo respeito, demonstrando empatia e gerindo as emoções as partilhas provocam, de forma adequada. Há ainda algum receio em não saber oferecer àquela família palavras reconfortantes e não ter a certeza se transmitirá com palavras e ações exatamente o que a mestrandia deseja transmitir ou se será recebida de uma forma completamente diferente.

Pode-se referir ainda o constrangimento da distância entre o Porto e Braga, que pode eventualmente colocar em risco o andamento do projeto, entretanto há a possibilidade de se recorrer a tecnologia e manter os contactos. Visto que uma parte do projeto será desenvolvida em Braga faz-se importante que a mestrandia esteja na cidade com uma frequência quase semanal para encontrar o grupo, dificuldade em organizar os horários de encontro comuns a todos, tendo sido encontrada como solução a possibilidade de utilizar também como ferramenta de encontro as vídeo chamadas.

Ainda quanto a trajetória e a bagagem que trazem com eles, foi ainda um constrangimento a dificuldade de cada um em se dedicar ao que ainda iria acontecer, os caminhos por percorrer, sem se fechar apenas no passado, não só porque eram constantemente assombrados pelas lembranças mas também porque imputavam constantemente sobre eles o rotulo de ser refugiado, de ser migrante. Como por exemplo, nos documentos de identificação, em que há no topo do cartão a palavra Refugiado, e Autorização de Residência que os identifica, não os inclui e não os coloca como iguais aos demais residentes do território português. Essa rotulação acontece sem se pensar na carga que isso poderia trazer a cada um.

Havia ainda o sentimento comum a pelo menos dois atores de não quererem se responsabilizar com nenhuma ação específica, por não se sentirem capazes de agir junto ao grupo e por se sentirem já sobrecarregados com a sua situação familiar, social.

Outro constrangimento que é importante referir, que desde o primeiro momento se revelou como um desafio foi a dificuldade que as famílias refugiadas tinham em se abrir e confiar em novas pessoas, em permanecer na

relação e sua instabilidade diária que poderia colocar em jogo o projeto e impossibilidade a continuidade do mesmo.

4.3. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

De acordo com Cembranos et al. (2010) e Stufflebeam e Shinkfiel (1995) na avaliação de entrada deve-se refletir, juntamente com os atores sociais envolvidos, se o desenho do projeto se encontra adaptado à realidade, tendo em conta os problemas, as necessidades, recursos, potencialidades e constrangimentos.

Em conversas intencionais juntamente com os participantes foi possível avaliar a utilidade do projeto bem como a sua exequibilidade. Refletiu-se ainda se o mesmo respondia à finalidade e objetivos, aos problemas e necessidades identificados.

No que se refere aos constrangimentos citados no capítulo anterior, esses poderão ser solucionados a partir das potencialidades e do reconhecimento dos participantes do que está a ser construído, a importância do trabalho realizado. Alguns atores relataram estar entusiasmados com a possibilidade de mudança, há claramente uma motivação individual de cada um que os faz acreditar que a construção desse projeto, de facto, os beneficiará.

Outro recurso ao qual se poderá recorrer, a fim de encurtar as distâncias e facilitar o contacto com todos os participantes, será a vídeo chamada e contacto telefónico sempre que o contacto presencial não seja possível, uma vez que os encontros da ação 2, porque os participantes vivem ou estudam em Braga, poderão ter de realizar-se fora do Porto.

Ao longo do projeto, poderão surgir outros constrangimentos não previstos. Para que os mesmos sejam ultrapassados é preciso que todos os participantes discutam, e possivelmente se ajustem, para que esses novos desafios não sejam bloqueadores, mas oportunidades de maior crescimento e aprendizagem. Nesse sentido, é de reforçar que o desenho do projeto é flexível, atento à realidade e à necessidade de sofrer alterações.

Em relação ao desenho do projeto, em momentos diferentes, foram discutidos e analisados os objetivos gerais e específicos, relativamente às necessidades e aos problemas identificados, com o Khaled e com o segundo grupo de participantes. Partiu-se de um primeiro desenho de projeto (Apêndice I, p. 102) que foi alterado em função desta reflexão conjunta.

Os participantes consideraram ser necessário realizar algumas alterações de forma a adequar os objetivos às necessidades tendo em conta ainda a viabilidade das ações, sempre de forma a adequá-los e a respeitar a finalidade do projeto. No OG1 mantiveram-se três dos OE (OE1.1, OE1.3, OE1.4), aqueles relacionados aos temas relacionamento intergrupar, interajuda e conhecimento da realidade local, considerou-se, entretanto, necessário alterar o OE 1.2 de forma a adequá-lo às necessidades e desejos do grupo, assumindo então que esse objetivo deveria contemplar a criação de uma rede de suporte que responderia as necessidades dos participantes e não, como definido anteriormente, melhorar as habilidades sociais. Da análise da definição do OG2, resultou alterações na sua definição de modo a incluir o empoderamento dos participantes. Consequentemente, alteraram-se também os OE, fundindo-se os conteúdos de OE2.1, OE2.2 e OE2.4 (OE2.1) e de modo a incluir a necessidade de resignificação das limitações que os atores consideravam importantes, definiu-se, ainda, três outros novos objetivos (OE2.2, OE2.3 e OE 2.4), relativamente ao OE2.5, refletiu-se que este OE não estava adequado as necessidades. Essas alterações permitiram que os objetivos gerais e os objetivos específicos estivessem mais próximos e coerentes com a realidade, orientados pela finalidade e que respondessem de forma mais útil e coerente aos problemas e necessidades dos participantes.

As ações serão planeadas modo a ir ao encontro das necessidades, interesses e disponibilidades dos participantes. Será preciso ainda adequar o idioma à língua dos participantes.

A Ação 1 pretende trabalhar junto ao jovem Khaled, de forma a impactar também o núcleo familiar, novas formas de enfrentar a vida em Portugal. Será desenvolvida prioritariamente com o jovem Khaled, procurando sempre o bem-estar e qualidade de vida dessas pessoas. Será necessário refletir sobre percepções sobre a vida em território português, conhecer melhor a realidade portuguesa quanto à luta de direitos e acesso aos serviços e bens. Espera-se que,

paralelamente essas reflexões e aprendizagens impactem também o restante do núcleo familiar e proporcionem novos conhecimentos.

Já na Ação 2 procurar-se-á com o grupo de imigrantes e refugiados construir uma rede de informação, suporte e apoio. Através dessa rede procurar-se-á, portanto, empoderar as pessoas, fornecendo informações úteis e promovendo também encontros e relações de suporte.

Os horários e locais para os encontros serão sempre combinados de forma a se adequar a todos os atores sociais. Importa realçar a importância de respeitar o ritmo e limitações de cada sujeito, promovendo o empoderamento, autorreflexão e crescimento pessoal.

Foram definidos os indicadores de avaliação (apêndice J, pp.103 e 104) para cada um dos objetivos. Para definir cada indicador teve-se em conta os problemas e necessidades identificados, a avaliação será feita, portanto, a partir de uma análise de conteúdo dos discursos e práticas os avanços alcançado através de cada ação. Os mesmos terão em conta os momentos de discussão e reflexão, conversas intencionais e observação participante.

Relativamente ao OG1, definiu-se como Indicador de avaliação “Relacionamento intergrupar e a interajuda” observando o convívio e interação entre os interlocutores das ações e outros atores sociais, suporte e apoio, partilha entre pares de experiências e informações, partilha constante e cada vez revelando mais confiança entre os participantes, envolvimento crescente e ativo na construção da rede; “Relações e integração local” criação de novos laços e contactos, compreensão da realidade socioeconómica e política de Portugal, reconhecer hábitos relacionais locais, identificar e aceitar diferenças culturais.

Os Indicadores de Avaliação ligados ao OG2 são “Se adaptar a realidade” e “Construção de uma Rede informativa e empoderadora” reconhecer as limitações do seu momento de vida, valorizar as potencialidades deste momento; união e trabalho de grupo em prol da criação da rede, conhecimento dos direitos sociais e conhecimento dos recursos comunitários, promover acesso a informação.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

Apresenta-se neste capítulo o desenvolvimento das ações, que serão descritas e analisadas, sempre de forma a refletir-se e avaliar-se as práticas e o impacto das mesmas, avaliando, assim, o processo de desenvolvimento do projeto. Tendo em conta a metodologia escolhida para o desenvolvimento do projeto serão sempre priorizadas e privilegiadas as vozes, saberes e vivências dos participantes², de forma a respeitar o ritmo e as escolhas de cada um.

5.1. AÇÃO 1 – “SEGUIR EM FRENTE”: INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM UMA FAMÍLIA DE REFUGIADOS

A Ação 1 foi denominada “Seguir em Frente”. Nomeada assim por ter como objetivo ressignificar os sentimentos ligados ao acolhimento desta família como também garantir qualidade de vida e bem-estar em Portugal. Foi com Khaled com quem se desenvolveu diretamente a maior parte da ação. A ação ocorreu durante os meses junho 2018 a agosto de 2019, os contactos e encontros foram agendados de acordo com a disponibilidade dos participantes, tendo sido inicialmente proposto encontros semanais, não tendo sido possível cumprir esta periodicidade muitas vezes. Para manter o contacto mais frequente algumas vezes fez-se necessário recorrer aos contactos virtuais, seja por mensagem ou por chamada de voz. Foram realizados no total 17 sessões, com duração média de 1h30min, sendo que em uma das sessões estiveram também presentes a

² A partir deste capítulo do relatório pode ser necessário utilizar à primeira pessoa do singular ou do plural, isto porque a mestrande foi participante do projeto, não só por causa da metodologia adotada como também por ser imigrante.

esposa e os filhos, todas as sessões foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade do jovem e da mestranda.

Esta ação desenvolveu-se a partir do contacto com Khaled, anterior ao início do projeto, Khaled relatou diversos problemas enfrentados por famílias de refugiados em todo o mundo e usou a sua família como exemplo, apresentou ainda os problemas já apresentados no capítulo 3.2.1, sempre relatando de alguma forma a sensação de isolamento e dificuldade em se integrar, em lidar com os desafios diários sem uma retaguarda social, familiar mais alargada e dificuldades com a língua.

Num primeiro momento, os contactos iniciais serviram para o conhecimento da família e para criação de um ambiente emocional favorável para o estabelecimento da relação. Pretendia-se: refletir com a família sobre o que poderia ser feito para ultrapassar as dificuldades encontradas e elaborar estratégias para lidar melhor com os desafios diários; perceber as limitações e potencialidades no estabelecimento de novas relações, compreender melhor os hábitos relacionais locais, perceber quais as especificidades da cultura portuguesa, aproveitar os momentos de diálogo para que se refletisse ainda sobre o futuro dessa família, sobre os planos que tinham e tentar ressignificar o passado de forma a permiti-lhes seguir em frente .

Para o desenvolvimento desta ação foram utilizadas diversas estratégias como role playing, a partilha, diálogo e reflexão, o brainstorming e as conversas intencionais. As sessões aconteceram em locais diferentes, tendo sido sempre combinado o horário e o local com o participante.

A primeira sessão, ocorreu na casa da família e estavam presentes todos os elementos do agregado familiar (a esposa, marido e os dois filhos). Este encontro foi agendado previamente.

Esta sessão teve como objetivo iniciar o desenvolvimento de um ambiente emocional favorável para o estabelecimento da relação de ajuda. Assim, respeitando o desejo e vontade da família, foi-se falando sobre a sua história e o seu percurso até chegarem a Portugal, referindo, também, os maiores desafios encontrados, e o processo acolhimento. Foi-se refletindo sobre o que era uma dificuldade inerente a condição de um refugiado e o que poderia ser repensado e alterado de forma a não ser mais uma dificuldade.

Foram desafiados a partilhar o processo de acolhimento, os sentimentos que traziam e a relatarem algumas situações mais marcantes. O Khaled foi sempre

o elemento que mais falou, a sua esposa falou de forma mais esporádica, mas sempre concordou, com gestos ou pequenas confirmações, com o que o marido dizia. Ele partilhou a trajetória da família e todos os desafios enfrentados, tendo referido, ainda que ao longo do tempo que estiveram refugiados na Grécia se voluntariaram para participar no acolhimento de outras famílias que chegassem ao campo, para que isso fosse possível se inscreveram em cursos de formação para o acolhimento, foram preparados por outros voluntários e profissionais. Quando acabaram a formação integraram então as equipas de acolhimento do campo de refugiados e acabaram por conhecer diversas famílias, de diferentes nacionalidades.

Falamos também da integração em Portugal, voltamos a falar sobre o sentimento de desqualificação que sentiam sempre que queriam agir aqui em Portugal, seja pela dificuldade linguística, ou por, diferentes hábitos culturais, que os colocava muitas vezes como “incapazes” de solucionar alguns problemas, isto porque Khaled sentiu em vários momentos que sua forma diferente, trazida de sua cultura, de lidar com problemas, por exemplo, na saúde de seus filhos, no cuidar da casa, no ambiente profissional e académico fazia com as pessoas os vissem como pais incapazes, como profissionais incapazes. Nesta sessão, através de uma conversa intencional, foi possível perceber um pouco mais sobre a esta família, compreender o modo de vida e a rotina deles, entender qual a realidade da família e os desafios que a mesma estava a enfrentar. Refletimos ainda sobre a oportunidade de estudo de Khaled e de trabalho de sua esposa.

A sessão possibilitou o estabelecimento de uma relação mais próxima com a família, os laços de confiança que se estabeleceram foram significativos e relevantes para que as sessões pudessem continuar, visto que havia sempre o receio e dificuldade em confiar. A família foi demonstrando o interesse em falar sobre os problemas do acolhimento de refugiados em geral, entretanto, apresentavam alguma dificuldade em falar sobre questões e incómodos particulares a realidade desta, agindo de forma inconstante e mostrando desconforto e alguma desconfiança. Nygård (2006, pp. 5 e 6) interpreta esta postura como uma resposta às experiências vividas por estas pessoas, anteriores ao acolhimento, ressalta ainda ser importante que ao longo dos primeiros dois anos do acolhimento seja feita uma aproximação e ajustamento entre o trabalhador social e os refugiados, compreendendo esta reação, assim como o desconforto, suspeição e reivindicação, como uma reação natural, decorrente

das experiências vividas e dirigida a todos que possam tentar se aproximar para ajudar.

A Sessão 2, foi realizada apenas com Khaled, num café e ocorreu em julho de 2018. Visava o fortalecimento da relação e a reflexão a respeito dos avanços alcançados por essa família até aqui e que permitiam também refletir sobre as necessidades, para que se possa pedir ajuda.

Foi um momento importante para perceber a revolta e o desejo de mudança demonstrado por este jovem em momentos anteriores. O discurso dele descrevia a trajetória dessa família, marcando sempre a sua, autodefinida, “incapacidade” em cuidar da sua esposa e filhos, a sua dificuldade em proporcionar uma qualidade de vida a eles. Foi preciso então refletir como todo o processo de saída da Síria, passagem pelos campos de refugiados e a chegada a Portugal, tentando sempre perceber porque Khaled se culpava por tudo o que esta família havia enfrentado.

Durante a conversa conseguimos reconstruir, um pouco, a trajetória e perceber que não era mesmo fácil o caminho percorrido, mas mais importante era refletir que ele, homem, pai e marido, não tinha culpa de ter vivido a guerra e os conflitos tão de perto. Reconhecemos a força e a esperança que a família trazia para Portugal e o quanto isso foi importante para que alcançassem os avanços que já alcançaram aqui. Como o estabelecimento desta família em um local seguro, a vontade de reconstruir suas vidas em Portugal, a inscrição de Khaled na universidade que significava a abertura de novas portas e oportunidades para sua família, a inscrição dos meninos na creche para enfim terem uma infância mais “normal”. Falou-se mais sobre as questões desta família e menos sobre refugiados em geral e foi possível perceber a dificuldade em pedir ajuda, mas principalmente o desejo pela mudança.

A Sessão 3, realizada em julho de 2018, foi antecipada de forma emergencial e por isso foi realizada em uma instituição de ensino superior onde a mestrande esteve a trabalhar. Apesar de o objetivo da terceira sessão planeada ser continuar a trabalhar o tema iniciado na sessão anterior, a partir de uma atividade de reflexão positiva sobre os passos dados por esse jovem, a emergência da situação pela qual o jovem estava a passar fez com que se mudasse o foco da sessão.

A fuga de sua mulher e filhos aconteceu nas vésperas da sessão, o que fez com que se alterassem os temas definidos para a sessão. O jovem chegou ao local de

encontro muito ansioso, a tremer e contou o que a esposa havia indo embora, estava desolado e descrente, não acreditava na partida da esposa e filhos, relatou ainda sua surpresa por eles terem ido sem o avisar, sem o colocar a par. Trouxe factos do passado, momentos mais difíceis no casamento e na mudança para Portugal que, segundo ele, justificavam a situação pela qual estavam a passar. Disse que o sentimento de solidão e falta de amparo foi o que levou a esposa a fugir com os filhos, indo para um país onde habitava a família de origem da mulher. Afirmou perceber a posição da esposa, compreender o desespero e os sentimentos todos, mas desesperadamente não se conformava com a situação.

Esse momento foi então um momento muito importante de partilha, em que Khaled se abriu e permitiu à mestrandia compreendê-lo melhor, como afirma Rogers (2003), foi possível “apreender os ódios, as esperanças e os temores” sem ter que os experienciar (Rogers, 2003, p. 30), possibilitado ainda maior aproximação entre mestrandia e participante. Khaled utilizou a relação e conversa estabelecidas como espaço de alívio, onde foi possível devolver-lhe uma consideração positiva incondicional e compreensão empática em relação ao assunto. Foi preciso, nesse momento, ter uma escuta ativa, permitindo algum alívio construtivo e catártico (Rogers, 2003; Rogers 2009).

Após a sessão 3 Khaled mostrou-se ainda mais ansioso e perturbado com a ausência da esposa e filhos, sempre relatando nos contactos por mensagem que ainda não sabia muito da situação da esposa e filhos, não sabia o que seria da sua vida, qual seria o futuro da família. De alguma forma as conversas lhe traziam conforto e tentavam estimulá-lo a continuar para que a família pudesse, finalmente, se unir, um dia.

Conversamos sobre a possibilidade de Khaled receber o acompanhamento psicológico, oferecido gratuitamente, o jovem demonstrou estar disponível e com abertura para receber este apoio. Após ter sido feita a marcação da consulta, intermediada pela mestrandia, o jovem não compareceu ao horário agendado. Tendo sido posteriormente questionado sobre a consulta, relatou não ter comparecido e se mostrou menos disponível para falar, refletir sobre tudo que havia passado e se abrir para partilhar era difícil.

Entre a Sessão 3 e a sessão 4 houve um intervalo de tempo, quase 1 mês. Intervalo esse solicitado pelo próprio jovem que esteve durante esse período mais triste, pouco disponível ou recetivo ao diálogo e muito centrado no sofrimento pelo qual estava a passar. Ao longo desse tempo o jovem demonstrou

dificuldade em continuar a construção da mudança em direção a algo que não se sabia bem o quê, já que a esposa e os filhos já não estavam cá.

Já em finais de julho, após um tempo conturbado com todas as alterações na sua vida familiar e com a continuidade dos contactos por mensagens e chamadas que estimulavam e tentavam motivar a continuação de sua vida e luta pelos objetivos pessoais, agendamos a sessão 4 realizada em agosto de 2018. Nessa sessão Khaled demonstrou uma atitude muito mais positiva, disposto a reagir e a focar-se mais no que ele podia controlar, na sua vida académica e pessoal, e menos na situação difícil e complicada com a sua esposa. Ele então passou a enfrentar esse momento difícil de forma a pensar novamente em dar continuidade aos estudos e ao caminho sonhado, novamente há uma esperança, ele quer continuar em Portugal e proporcionar uma vida segura aos seus filhos.

Com muitas incertezas sobre o futuro da família, sem saber bem quando veria os filhos novamente, mas mais consciente do que estava a acontecer, dos seus direitos, dos direitos de seus filhos e esposa, sobre o retorno à Portugal, conseguiu se reorganizar e voltar a pensar nos seus objetivos pessoais. Falou-se dos avanços pessoais e da possibilidade de se continuar a vida aqui enquanto a família tentava se reorganizar. Ele reconheceu a necessidade de se focar nos estudos e nos seus projetos individuais para que, de alguma forma, ele conseguisse garantir o futuro de seus filhos.

Foram momentos de partilha e reflexão, que proporcionaram uma nova leitura sobre a situação e um olhar mais esperançoso. Isto deu forças a Khaled para lhe permitir enfrentar da melhor forma possível esses desafios.

Nessa sessão ficou ainda definido, por iniciativa do jovem, que manteríamos o contacto através de mensagens e chamadas, e que devido sua dificuldade em estar em encontros presenciais, teríamos de realizar menos encontros por mês, o jovem explicou que sua rotina de trabalho e estudos vinham dificultando o agendamento das sessões, mas que as considerava importantes. Nesse sentido, as sessões seguintes tiveram a periodicidade mensal.

Na sessão 5 pudemos novamente retomar as reflexões a respeito das relações e amizades. Essa sessão ocorreu em agosto de 2018, partindo dos relatos de Khaled sobre a “boa vontade” dos colegas da faculdade e da comunidade local, em geral, para o receber bem. Entretanto trazia, simultaneamente, situações e relatos que demonstravam um profundo desconforto com o comportamento dessas pessoas ao tentarem estabelecer uma relação. Esta questão foi

exemplificada pelo jovem, que relatou não sentir que podia realmente contar com eles, algumas vezes percebia que era tratado de forma diferente por ser “refugiado” ou ainda por não conseguir estabelecer relações de proximidade tal como desejava.

Por isso, essa sessão, que aconteceu num café, teve como objetivo refletir sobre as relações e o que as tornava um desafio. Falamos um pouco sobre diferenças culturais que alteravam o modo das pessoas de diferentes nacionalidades se relacionarem e que, por vezes, dificultavam a significação das atitudes e comportamentos. Foi possível refletir que algumas atitudes, como a “pouca confiança” ou a “pouca abertura” para diálogos mais pessoais com os colegas portugueses poderia ter a ver com a cultura local, refletiu-se ainda sobre a diferença nas vivências dos colegas e nas vivências do Khaled, falamos sobre o quanto este jovem já tinha experienciado e vivido, provocando maior maturidade, enquanto seus colegas ainda não tinham filhos, não eram casados e não tiveram um percurso de vida marcado por tantos imprevistos.

Foi um momento importante que permitiu relativizar toda a negatividade colocada sobre as relações, possibilitou identificar e analisar alguns hábitos e costumes culturais locais e permitiu um novo olhar e percepção sobre as relações, construindo, um olhar mais positivo, compreensivo e mais aberto às relações.

Na sessão 6, que aconteceu em setembro de 2018, já menos focado no acontecimento com a sua esposa, Khaled estava focado no novo ano letivo, mais entusiasmado como este novo ano, e demonstrando ter agora mais domínio e controle dos seus planos, que passavam agora a ser mais focados no possível regresso da esposa ou apenas dos filhos. Com muita dificuldade, o jovem foi relatando as poucas conversas telefônicas e mensagens que conseguiu ter com a esposa, relatou ainda o desejo de ter seus filhos com ele, por isso refletimos um pouco sobre os cuidados e necessidades das crianças.

Pela primeira vez pudemos retornar ao período anterior à fuga da esposa e refletir sobre os desafios que se colocaram à família, quando chegaram a Portugal. Sobre a forma como se organizaram e dividiram as tarefas do quotidiano, foi possível perceber que para Khaled era normal em uma família que o casal dividisse as tarefas por igual, em sua opinião, nunca demonstrou nenhum tipo de comportamento pouco colaborativo com a esposa, mas nesse momento foi possível refletir e auto questionar-se, a partir da conversa intencionalmente direcionada nesse sentido, para que fosse possível perceber e

tomar consciência se, de alguma maneira, sua esposa havia sido ou se sentido pressionada para que desse respostas às necessidades dos filhos e da casa sozinha. Khaled afirmou que, por estar na faculdade, tinha essa tarefa acrescida, mas que, nem por isso, e de acordo com o seu relato, deixou de assistir à esposa, em casa. Falou-se então da grande demanda que é ter filhos pequenos e da disponibilidade que era preciso ter, reconhecendo, portanto, toda a dedicação de sua esposa para assegurar o bem-estar dos meninos e ainda trabalhar.

A seguir, tentando ainda perceber o que podia ter feito de forma a facilitar o dia-a-dia com os filhos, tanto a fim de refletir no que poderia ter sido feito melhor como no sentimento esperançoso do que no futuro se iria fazer, refletiu-se sobre a rotina diária da família e mais propriamente no que diz respeito aos cuidados com as crianças. No relato de Khaled sobre o dia-a-dia da família, percebia-se um sentimento de frustração e dificuldade em compreender as distâncias, os tempos, as impossibilidades e as limitações que a vida atual lhe impunham, a comunidade local e as instituições as quais estavam de alguma forma associados traziam novas formas de vida que não o deixava satisfeito. Ele relatou, indignado, o tempo que demorava no autocarro entre o trabalho, ir buscar os meninos à creche e chegar a casa, a dificuldade em se deslocar em transportes públicos e a pouca eficiência do serviço.

Na sessão 7, que aconteceu em outubro de 2018, retomou-se o assunto que finalizou a última sessão. A intenção era permitir uma reflexão sobre a realidade portuguesa. Retomou-se o relato sobre as dificuldades vivenciadas no dia-a-dia da vida em Portugal. Após Khaled expressar alguma indignação sobre os serviços de transporte, as distâncias e tempo perdido na deslocação, questionei se ele acreditava que a realidade dos portugueses era muito diferente da dele. Khaled disse compreender a realidade portuguesa, mas que na verdade a sua família não tinha as mesmas condições que as famílias portuguesas, não tinha a mesma estrutura e mesmas oportunidades.

Nesse momento, então, pudemos trabalhar o ideal da vida na Europa e em Portugal e demarcar o que são realmente dificuldades inerentes aos residentes em Portugal e o que são dificuldades que se apresentam às famílias por serem migrantes/refugiados. Foi possível nessa sessão refletir e questionar a imagem que se tem de Portugal e o que se esperava de Portugal, quando chegou, após o pedido de asilo.

Khaled reconheceu nessa sessão que a realidade dele era similar à de muitos portugueses e que a sua indignação era na verdade muito similar à de outros residentes. Ele ressaltou ainda que começou a perceber que as lutas não poderiam acontecer apenas no microssistema, referindo-se a sua família e a realidade comunitária, mas também a nível do macro sistema, legislativo. Era preciso que se lutasse por mudanças em um cenário comum a todos os cidadãos que residem em Portugal.

A sessão 8 foi realizada em novembro de 2018. Essa sessão visou discutir sobre os sentimentos apresentados de incapacidade e desqualificação que haviam sido apresentados pela família. Foi possível perceber que para Khaled havia na verdade dois sentimentos: o sentimento de que, externamente, o colocavam como incapaz de trabalhar no que sempre trabalhou, de lidar com uma situação mais difícil, de cuidar de seus filhos seja por diferentes formas de lidar com a maternidade e paternidade, diferentes crenças; além do sentimento de incapacidade e impotência que ele próprio se imputava por não conseguir estar no estagio de vida que gostaria de estar.

Ele relatou, no início da sessão, ser muito importante para a família que ele conseguisse terminar de tirar a carta de condução, contou as suas dificuldades por ter de realizar o exame em português e explicou que, apesar de conseguir ler cada pergunta, não conseguia muitas vezes interpreta-la e responder de forma correta. Mais uma vez **partilhou** o sentimento de incapacidade que sentiam, ele e a sua mulher, por não conseguirem conversar com as professoras dos filhos e não conseguirem perceber a situação atual de cada um deles na escola. Nesse momento, refletimos que nesse caso era preciso encontrar alguém que pudesse ajudá-los a conversar melhor com as professoras e, assim, perceber o que se passava no contexto escolar, pelo menos até que a língua deixasse de ser uma barreira. Khaled queria não precisar de pedir ajuda, queria poder cuidar melhor de seus filhos, queria não se sentir de alguma forma “incapaz”.

Lembrei-lhe do longo caminho que ele e a mulher percorreram, do quão orgulhosos deveriam estar do caminho que seguiram até aqui e da “estabilidade” que conseguiram trazer para seus filhos, apesar das lutas que travaram, do quanto eles já haviam vivido e o quanto o percurso de vida deles demonstrava, não incapacidade, mas capacidade e resiliência diante dos desafios.

Nessa sessão ele estava mais aberto para falar dos próprios desafios, menos do cenário macro sistêmico e mais do seu cenário pessoal, das dificuldades que

ele mesmo tinha e dos sentimentos que todos esses desafios diários lhe trouxeram.

A sessão 9 aconteceu em dezembro de 2018 e de alguma forma visava permitir um espaço de conversa e escuta para Khaled, que passaria em Portugal o seu Natal sozinho. Ele contou, então, que não estava a pensar muito nisso, que apesar de não comemorarem nenhuma data religiosa significava um momento de união para ele e que estarem separados era mesmo muito difícil. Apesar desse sentimento, ele disse que iria focar-se na vida académica, a época de exames aproximava-se e ele precisava estar preparado para eles.

Essa foi uma sessão breve, mas que serviu como espaço de fala e de escuta, de forma a permitir ao jovem se expressar. Pude perceber que ele estava mais ansioso, a fumar tabaco com mais frequência, estava menos focado no assunto e quis falar menos, mas partilhou, portanto, os planos para os próximos dias, focar-se nos estudos.

Em janeiro de 2018 realizou-se a décima sessão. Neste encontro Khaled contou que iria visitar os seus filhos e a esposa a um país do norte da Europa onde se encontravam a residir desde que saíram de Portugal. Contou que já tinha os documentos para a viagem e que queria muito vê-los. Nesse dia, relatou as dificuldades de comunicação que estava a ter com a sua esposa, a dificuldade em falar com seus filhos; disse ainda que, depois de a sua esposa ter ido embora, ela acabou por se fechar um pouco e não querer pensar em regressar ou na vida que viveram em Portugal.

Ele contou que estava disposto a tudo para garantir um futuro à sua família, ainda que isso o prejudicasse, disse que o desejo de sua esposa de continuar no norte da Europa os fez cogitar simular uma situação qualquer que pudesse colocar em causa a segurança da sua esposa em Portugal, justificando então continuidade dela e dos filhos no país do norte da Europa. Pedi que ele pensasse o que teriam os filhos dele se ficassem sem o pai, para que ele zelasse pela sua própria vida e bem-estar para, então, poder fazer o possível pelo bem-estar de seus filhos. Ele contou os planos da viagem e falou-se da necessidade de ser cauteloso, para que pudesse lidar da melhor forma possível com esta visita. A sessão permitiu que se refletisse sobre a viagem, as experiências e os receios, preparando-o para o encontro com a esposa e filhos.

Na sessão 11, em fevereiro de 2019, já de regresso da viagem que realizou para visitar a família, Khaled contou como havia sido a viagem, disse que havia

conseguido conversar com sua esposa, que tinha esperanças em conseguir convence-la a regressar a Portugal mas não teve muito sucesso, disse ainda que agora já tinha mais informações sobre o processo legal e jurídico de sua família, chegou a procurar as autoridades locais e questionar sobre o assunto, o que lhes aconteceria e qual seria o caminho a percorrer e pode esclarecer todas as dúvidas que tinha. Disse que a sua esposa e filhos seriam reinstalados em território português, visto que o pedido de asilo que elas apresentaram em território estrangeiro não havia sido aceite. Em território português estavam, aos olhos da lei, seguras e tinham condições de viverem cá, tendo sido indeferido o pedido de asilo no outro país.

Isso colocava, portanto, regresso da sua esposa e filhos como obrigatório e trazia, agora, outras questões com as quais precisava de lidar, no que diz respeito aos motivos que provocaram a partida e à preparação da casa para receção da sua família. Questões sobre as quais seria necessário refletir e tomar algumas decisões para que a reunificação familiar sucedesse com maior sentimento de satisfação para todos.

Na sessão seguinte, sessão 12, que aconteceu março de 2019, Khaled estava, aparentemente, mais perdido, com dificuldade, novamente, em se abrir e em conversar. Não esteve muito disponível para falar, questionei como estava o processo de preparação para a chegada da esposa e dos filhos, mas ele sempre ressaltou que “estou a tratar de tudo”, que “não preciso de ajuda”. Relatou que já havia feito o exame para carta de condução, mas infelizmente não havia conseguido passar, estava um pouco triste, mas pouco disponível para pensar sobre o que tinha corrido mal, estava mais interessado em “olhar para frente”.

Nessa sessão reconheceu-se que o diálogo e os momentos de reflexão proporcionados, não só nesta sessão como também ao longo de todas as outras, possibilitaram um espaço de aproximação e identificação permitindo alcançar então mais especificamente os objetivos OE 1.1 e OE 1.5. Assim como nos grupos de encontro desenvolvidos por Rogers (1970), verificou-se a espontaneidade e a liberdade para expressarem, nomeadamente, os sentimentos.

Os contactos seguintes estiveram, mais uma vez, dificultados. Khaled novamente se fechou e se ausentou, pouco respondia às mensagens, o que impossibilitava a continuidade das sessões. Até maio de 2019 não houve qualquer encontro presencial, isto porque o jovem respondia às mensagens dizendo estar sempre muito ocupado e pouco disponível. Apesar de me fazer

presente, oferecendo sempre o espaço para que partilhasse o que quisesse, respeitei também a necessidade do seu espaço e de se ausentar, pelo tempo que considerasse necessário.

Este afastamento, após a décima segunda sessão, quando se reconheceu e ressaltou a importância dos encontros e do espaço para partilha, e a não disponibilidade de Khaled pode ser interpretada como uma dificuldade pessoal em lidar com os seus sentimentos em relação a toda a situação de partida e preparação para a chegada dos filhos e da esposa, também demonstrava algum receio e dificuldade em lidar com a rotina do trabalho e continuação da sua vida académica. Pode-se ressaltar ainda que, de alguma forma, quando ele sentia que ainda era preciso fazer muito para que estivesse tudo pronto para a chegada de sua família também se sentia mais pressionado e se fechava para os outros e para a ajuda.

No fim de junho, o jovem recebeu a notícia de que a sua esposa estaria de regresso a Portugal e breve. O jovem Khaled pediu para, novamente, nos encontrarmos para que pudéssemos conversar. Agendámos nessa altura então uma nova sessão, sessão 13, que aconteceu no início de julho. Nessa sessão, o jovem disse não estar muito confortável com a situação da sua família, sentia uma certa incerteza em relação aos próximos passos e sem saber bem como se posicionar: se, por um lado, a resposta negativa ao pedido de asilo feito pela esposa significava que ela e os filhos voltariam para Portugal e que a família ficaria novamente reunida, por outro lado, ele compreendia o desejo da mulher em proporcionar uma vida melhor aos filhos e, por isso, também tinha receio do que poderia esperá-los aqui em Portugal.

Khaled estava agora novamente a sentir o peso das incertezas, o receio de falhar com a sua família, como marido e pai, de não poder proporcionar a qualidade de vida que ele gostaria de poder oferecer-lhes. Esta sessão foi importante para que o jovem se sentisse mais apoiado, pudesse utilizar esse tempo para partilhar os seus sentimentos e dúvidas e para, em conjunto, descobrir novos caminhos e modos de fazer as coisas, no apoio as tarefas domésticas e cuidado dos filhos, para que a mulher não ficasse tão sobrecarregada.

Após a sessão 13, o jovem contactou-me ainda para que pudéssemos conversar, ele sentiu a necessidade de partilhar os seus sentimentos, de fazer-se ouvir. Apesar do desejo de que os problemas se pudessem resolver, o jovem

ainda demonstrava no seu relato a dificuldade em reconhecer que era preciso se adaptar à nova realidade, e que, apesar do seu desejo em poder dar mais à sua família, era preciso também perceber qual era a realidade do país no qual residia e aprender a recorrer aos recursos disponíveis, para proporcionar melhor qualidade de vida à família.

Mantivemos os contactos sempre entre uma sessão e outra por mensagens e isso também permitiu manter um contacto próximo, bem como reforçar a confiança. Khaled foi partilhando, deste modo, as informações sobre o regresso da sua esposa e filhos.

Na sessão seguinte, sessão 14, que aconteceu em meados de julho, falámos sobre a chegada de sua esposa e filhos que se aproximava. Na preparação para os receber, inicialmente, o jovem só assumiu que havia necessidades materiais, entretanto à medida que foi ficando mais à-vontade no diálogo, fomos refletindo mais aprofundadamente sobre as razões da saída da mulher de Portugal e como ela poderia encontrar as coisas diferentes, em casa, evitando alguns problemas que pudesse a deixar ainda mais desconfortável por viver em Portugal.

Com muita dificuldade, como sempre, o jovem trouxe as dificuldades que a família enfrentou ao estar sozinha, tudo pelo que a família passou até chegar a Portugal e o sentimento de desproteção que sentiram quando se instalaram aqui. Apesar disso, ele dizia que não precisava de ajuda e que conseguiria todas as coisas que eram necessárias para os seus filhos e esposa. Parecia recear ficar ainda mais dependente dos outros, ele que tão cedo ganhara a sua autonomia na Síria.

Nas vésperas da chegada da mulher e filhos, ele ligou-me, contou como estava a sentir-se, falou da sua ansiedade e vontade de vê-los. Conseguimos falar novamente sobre a necessidade de recebê-los bem, acolhê-los e tentar perceber o que incomodava a esposa verdadeiramente a ponto de ela deixar o país, questionei-o se seria só a dificuldade no quotidiano da família para lidar com o “morar em Portugal”, como referido tantas vezes, ou se havia outras coisas que a poderiam incomodar. Ele disse que era difícil lidar com tudo isso e que a rotina da família acarretava problemas em casa também, mas que agora estava tudo bem, com a volta da esposa, “agora vai ficar tudo bem, não preciso mais estar tão preocupado, elas voltam e tudo vai se resolver” (Khaled).

Achei importante nesse momento refletir sobre a frase “tudo vai-se resolver”. Refletimos sobre a necessidade de haver mudança para que tudo realmente

fosse diferente. Ofereci-me então para apoiar a família, para me encontrar com ele e com a esposa, ou só com ela, se eles considerassem que poderia ser útil, visto que ela chegaria novamente a Portugal e poderia sentir-se um pouco solitária. Ele agradeceu e disse que nos colocaria em contacto. Falámos ainda sobre como ele imaginava que seria a chegada de sua esposa e filhos e foi possível discutir o facto de que as mudanças não viriam automaticamente e que apesar do aprendizado vivido pela família, da experiência que certamente os impactou, era preciso agora em família, e sempre que necessário com a mediação de alguém, refletir sobre as questões que mais os incomodavam, sobre os problemas vividos e assim alcançar melhor bem-estar.

Depois dessa conversa ainda tivemos mais dois encontros, no fim de julho e início de agosto, (Sessões 15 e 16) nos quais foi possível falar sobre a adaptação da família, após sua reunificação. Khaled relatou o seu cansaço e dificuldade em lidar com a rotina sobrecarregada da família, disse que estava mais presente em todos os momentos com os filhos e esposa, mas que ainda tinha de trabalhar e continuar a estudar, sendo assim não conseguia estar com eles por muito tempo.

O jovem relatou ainda o receio das incertezas legais quanto à documentação de sua esposa e filhos, visto que o jovem já havia conseguido toda sua documentação em Portugal e agora esposa e filhos não tinham nenhum documento. Khaled demonstrou algum medo de não conseguir regularizar a situação de sua família, após o período de recolocação teriam finalmente sua documentação regular em Portugal, mas a fuga de sua mulher colocava tudo como incerto, o sentimento que este jovem trazia é compreensível, visto que ele passou pela experiência de ser apátrida e em situação de asilo há tantos anos, já que este ansiava para a obtenção de sua documentação e alcance de certa estabilidade. Mas Khaled trouxe ainda para estas sessões, que haviam sido planeadas para discutirmos um pouco a adaptação da família e as dificuldades que sentiam de forma a facilitar a rotina da família, a sua dificuldade em assumir suas necessidades e manteve-se com uma postura mais independente de quem pouco precisa de ajuda.

Partilhou, ao longo das duas sessões, a dificuldade em reviver a sua situação como refugiado, em falar sobre o assunto, e em pensar sobre isso; falou na realidade quotidiana que o obrigava a lembrar-se que ainda era um refugiado em Portugal, mesmo já estando integrado no país e com acesso aos diversos serviços. Relembramos então o quanto ele e sua família já haviam vivido, mas

agora de forma a ressaltar o quanto superaram e como ele era um homem, pai e esposo forte, valorizou-se mais uma vez os avanços alcançados pela família.

A ação 2 estava a decorrer por essa altura e sugeri que ele integrasse o grupo de trabalho desta ação de forma a trabalhar para que as dificuldades que ele havia enfrentado pudessem ser melhor ultrapassadas por quem cá chegasse em situação idêntica à sua. Esse convite surgiu da demonstrada disponibilidade e experiência de Khaled em ajudar os outros, e da vontade de mudar a forma como o acolhimento estava a ser feito. Assim, conversámos um pouco sobre o desenvolvimento da ação e ele apresentou a sua opinião, acrescentou informações importantes, nomeadamente, a necessidade de ficarem mais claros os direitos dos refugiados, formas de acesso aos serviços de saúde, etc. Porém, apesar de acreditar na ação, de desejar que seja bem-sucedida, referiu não ter mais tempo para participar nela, disse que caso tivesse tempo e disposição o faria, mas não queria se comprometer e falhar.

Foi na sessão 16 que ele surgiu com o seguinte desejo “quero seguir em frente, não quero continuar a reviver isso” nesse momento. Apesar de acreditarmos que ainda havia coisas a serem trabalhadas e objetivos que poderiam ser potencialmente alcançados, Khaled demonstrou algum cansaço e pouca disposição para continuar a refletir sobre essas questões, referindo que seguiria em frente sozinho e com a sua família, “sem ter muito que pensar, nem falar sobre isso”, demonstrando não estar mais disponível para continuidade da ação.

Depois desse momento fez-se importante então dar espaço ao jovem e permitir que ele escolhesse. Apesar de já ter apresentado um comportamento semelhante anteriormente, desta vez Khaled apresentou de forma mais forte seu desejo em não continuar estes encontros, demonstrou estar triste e pouco disponível, relatando as suas dificuldades pessoais em lidar com toda a rotina familiar estressante, trazendo ainda o sentimento de frustração e relatando o peso que era estar na sua situação, sempre trazendo um sentimento muito negativo. Conversámos e refletimos em conjunto sobre os recursos existentes na zona em que reside (creche, centros de saúde, apoios sociais, apoio psicológico) aos quais ele poderia recorrer para lidar da melhor maneira possível com as coisas que lhe pareciam tão pesadas. Novamente falei da possibilidade de ter um acompanhamento psicológico e não houve interesse por parte dele.

Pedi-lhe então que tivéssemos uma nova sessão para refletir sobre o trabalho feito e como ele avaliava esta ação. Essa sessão, que aconteceu no final de agosto

de 2019, possibilitou então um encerramento positivo para ação, mas que de todo não foi o término do contacto com o jovem, visto que me disponibilizei para qualquer contacto ou encontro se fosse considerado necessário.

5.2.AÇÃO 2 – “ACHAWITHYOU”: GRUPO DE IMIGRANTES, REFUGIADOS E VOLUNTÁRIOS.

A Ação 2 (apêndice K, pp. 105 e 106) foi denominada “ACHAwithYOU” pelo grupo de voluntários portugueses, imigrantes e refugiados com quem se desenvolveu diretamente a maior parte da ação. Ganhou esse nome por ter como objetivo a criação de uma rede de apoio que disponibilize informações úteis e possibilite mais estabilidade e segurança aos migrantes. A ação ocorreu entre fevereiro de 2019 a agosto de 2019, os contactos e encontros foram feitos semanalmente, algumas vezes tendo sido necessário recorrer a mensagens, chamada de voz ou vídeo. Foram realizados no total 12 encontros.

Esta ação surgiu a partir dos contactos realizados anteriormente, durante o processo de conhecimento da realidade, isso porque, de forma geral, migrantes com quem a investigadora teve contacto relataram a solidão e o isolamento sentido ao chegarem a Portugal. Esses relatos, assim como a análise do contexto realizada junto a esse grupo, trouxeram informações quanto às dificuldades de conseguir informação precisa, rápida e fácil sobre os serviços em Portugal, e tornaram claras as dificuldades em lidar com as questões burocráticas e legais. Havia sempre alguma história sobre uma experiência tranquila ao resolver um problema quando já conheciam alguém que já tinha passado por uma situação idêntica, e que partilhou como proceder em determinada situação.

Esta ação foi desenvolvida, entre março de 2019 e agosto de 2019, para responder aos P1 e P2, orientada pelo OG1 e pelos OE1.1, OE1.2, OE1.5, e pelo OG2 e pelos OE2.2, OE2.3 e OE2.4. Esta ação procurou criar um ambiente de entajuda, que possibilitasse novas relações, partilha de experiências e que cada participante, em grupo, pudesse reconhecer as suas competências e capacidades para procurar a informação necessária e construir o conhecimento da realidade de forma a este ser útil, a si e aos demais.

Esta ação contou com a participação de 6 pessoas: Fátima, imigrante e estudante internacional; Ahamed e a sua esposa Aisha, família de refugiados; Hussain, refugiado; Joana, portuguesa, voluntária no ensino de línguas e Filipe, português, convidado pelo grupo por informático para participar na construção do site.

Embora a construção da rede só se tenha iniciado em março de 2019, houve diligências anteriores na tentativa de identificar problemas que permitissem a construção do projeto. Estas diligências possibilitaram o contacto com alguns dos participantes da ação, nomeadamente Fátima, que participou nos grupos de discussão 1 e 2, Ahamed e Joana, que participaram no GD2 e foram convidados pela investigadora, em virtude do seu relato pessoal e das necessidades apresentadas nos GD, a integrarem o grupo de trabalho para construção da plataforma informativa.

Importa ressaltar que o GD1 ocorreu no conselho Porto, em março de 2019, contou com a participação de estudantes internacionais, Carolina, Ana Luísa, Eduarda, Fátima e da própria investigadora, todos haviam imigrado para Portugal. O grupo de discussão aconteceu em uma sala de reuniões disponibilizada na região, teve uma duração aproximada de 2h.

Esse momento começou com uma atividade inicial em que solicitei a cada participante que contasse uma experiência positiva vivida em Portugal. Eduarda disse que em geral havia sido muito bem recebida mas que se lembra que o mais marcando havia sido a ajuda que recebeu de uma amiga para arrendar um quarto muito mais barato do que aquele em que ela estava a viver “comentei com ela que estava a pagar muito caro pelo quarto em que eu vivia, prontamente ela me ajudou a aceder aos grupos de Facebook sobre arrendamento no concelho, procurou comigo e me indicou as melhores regiões e valores aceitáveis de arrendamento”.

Carolina também relatou algo parecido, mas ressaltou que as experiências mais marcantes para ela envolvem o apoio que tem recebido dos novos amigos, as amigas que ela fez aqui têm servido como apoio essencial para a sua adaptação e inclusão, “tem sido primordial para mim essas novas amigas, são elas que me dão força quando eu desanimo, são elas que me incentivam, que me dão um abraço ou um carinho quando estou triste, são minha nova família longe de casa”. A outra jovem participante Ana Luísa teve alguma dificuldade em eleger uma experiência muito positiva, contou que teve muitos problemas desde

que chegou, dificuldade em se “adaptar ao frio, à chuva, a vida de estudante que precisa de trabalhar para ter o que comer é dura, não é fácil para mim”; entretanto Ana Luísa conseguiu nesse momento refletir e perceber algo positivo nesse percurso, “eu vim com meu marido para cá, acho que posso dizer que o apoio que ele tem me dado tem sido o mais positivo até agora, sem ele certamente não estaria a lidar tão bem com esses desafios todos pelos quais passei”. Fátima disse que sua experiência de maneira geral sempre foi positiva em Portugal, apresentou uma experiência muito positiva de acolhimento, disse estar empenhada em construir uma vida aqui, também concordou com Carolina, ressaltando a importância dos novos amigos nesta adaptação, tendo relatado ainda, se disponibilizar a ajudar seus amigos, também imigrantes, sempre que ele necessitassem. Resolvi então partilhar a minha experiência também como estudante internacional, “eu vim para o Porto por que me apaixonei por aqui, acho que essa foi a experiência mais positiva para mim, encontrar uma cidade tão bonita, tão segura, tão tranquila que nos permite caminhar todos os dias como se estivéssemos em um filme de época, talvez também tenha um pouco do que a Eduarda trouxe, eu também acreditei nesse sonho de viver na europa e confesso que achei que seria mais fácil, mas todos os dias me inspira sair na rua e ver a cidade”.

Passámos então aos objetivos do encontro, conhecermo-nos melhor e partilhar experiências e desafios vivenciados. Discutimos temas como os desejos e ambições de quem imigra para Portugal. Falou-se um pouco da “ilusão” de uma vida muito mais confortável do que a que tinham em seu país de origem, sem ter em conta a realidade portuguesa, fazendo com que a pessoas cheguem com expectativas de uma vida diferente da que provavelmente terá. Discutiui-se, ainda, a dificuldade de organizar toda a documentação quando se chega a Portugal e os desafios enfrentados pelos migrantes no que diz respeito aos procedimentos que devem ser seguidos para emissão de documentos e acesso a informações relacionadas aos direitos e deveres do imigrante, demonstraram alguma dificuldade em aceder às informações, pouco claras e específicas que muitas vezes são apresentadas apenas em linguagem jurídica o que as torna pouco acessíveis e, de acordo com algumas delas, o desencontro das informações mesmo quando procuravam os órgãos públicos responsáveis. Falou-se ainda da necessidade de se criar relações que fortalecem o migrante e permitam a criação de relações reconfortantes e seguras.

No fim do encontro, cada participante se disponibilizou a continuar as discussões, trocamos contactos telefónicos e criamos um grupo uma rede social, esse grupo serviria de apoio quando fosse preciso e manteria contacto entre as participantes, sendo que teríamos depois a liberdade de incluir outras pessoas que precisassem de alguma ajuda.

Após o encontro os contactos mantiveram-se. A seguir tentou-se agendar um segundo encontro com esse grupo, não tendo sido uma tarefa fácil: havia dificuldades em agendar um encontro pela ausência de horários disponíveis em comum, a inviabilização dos encontros presenciais não impediu que as relações criadas a partir do primeiro encontro se mantivessem, pelo contrario duas participantes Eduarda e Carolina relataram a investigadora, através de mensagens, ter mantido o contacto e partilhado bons momentos juntas, tendo sido apontado como um encontro importante e relevante por elas.

Esse encontro revelou ainda algumas similaridades nos desafios sentidos por migrantes e refugiados: percebemos que ambos os grupos encontram os mesmos desafios, tais como, ambientes pouco acolhedores, dificuldade em se aproximar de novas pessoas, ausência de referências que pudessem servir de suporte para essas pessoas. Mas o grupo trouxe uma questão que ainda não havia sido referida, essas meninas jovens, tal como referiu Eduarda, relataram a dificuldade em lidar com os preconceitos e estereótipos, “sou tratada muitas vezes como menos inteligente ou capaz que os meus colegas de sala” trazendo, portanto, novos desafios para a discussão e reflexão.

O GD2 realizado em Braga, aconteceu em maio de 2019, contou com a participação de Juliana, Pedro, Joana, Maia, Fátima e Ahmad, centrou-se então no tema “desafios superados e vividos”. Neste encontro foi ressaltado o quão sozinhas algumas pessoas se sentem e a necessidade de se criarem laços que sejam um suporte. Pedro relatou sentir falta deste suporte, por exemplo, quando está doente e não ter a família por perto para o acompanhar, tendo Ahmad completado, dizendo quão difícil era também quando tinha o seu filho doente e não podia contar com os avós para cuidarem da criança.

Nesta sessão Fátima voltou a referir a dificuldade dela, e também dos amigos que tenta ajudar, em encontrar informações seguras e corretas, ou até mesmo de encontrar pessoas dispostas nas diferentes instituições sociais a auxiliar um imigrante, às vezes, não falante da língua portuguesa, relatou ainda que esta barreira acaba por causar transtornos e dificuldades em solucionar problemas

quotidianos. Houve ainda quem relatasse momentos difíceis ao lidar com questões mais burocráticas, como por exemplo quando procuravam um balcão de atendimento das Finanças para solicitar uma informação ou um atendimento e a resposta é sempre diferente de um balcão de atendimento para outro.

Tendo em conta as necessidades e interesses apresentados por todos os participantes do GD 1 e 2, e mais especificamente dos participantes Ahmed, Fátima e Joana, que concordaram em participar da ação, formou-se então o grupo de trabalho, como já referido, composto por 6 participantes. Planeou-se, portanto, 10 encontros para que fosse possível criar a plataforma informativa, tendo sido definido que manteríamos uma periodicidade semanal, uma duração média de uma hora, combinou-se ainda que caso fosse necessário recorrer a ferramentas de vídeo chamada para conseguirmos manter a frequência dos encontros, uma vez que, os participantes poderiam não ter horários disponíveis comuns para estarem todos reunidos em Braga e a investigadora poderia não conseguir se deslocar a Braga. Foram realizados ao todo 10 encontros, tendo sido cinco deles realizados de forma presencial e outros cinco através de chamada de voz ou vídeo.

Assim sendo, passamos a nos empenhar na construção dessa rede, que seria desenvolvida virtualmente, para responder aos problemas e necessidade. Wellman (2004) e Quan-Haase, et al. (2002) afirmam que a internet se tornou um espaço através do qual se estabelece uma nova sociabilidade, partindo da ideia de uma comunidade não baseada em agrupamentos, mas em forma de rede. Por isso a criação da rede virtual, se daria a partir de uma plataforma digital “uma das características essenciais da plataforma digital é que ela não exige um determinado lugar físico para conexão. Para estar no mesmo ambiente, basta a todos os participantes disporem de um aparelho conectado à web” (Gestão Online, 2019, para. 6).

No primeiro encontro, em maio de 2019, o grupo, partindo da ideia e da necessidade de criar uma rede iniciou as discussões, cada um deu ideias sobre como fazer com que a rede fosse útil e adequada à realidade, tanto de imigrantes como de refugiados, sobre qual seria a ferramenta mais adequada para que ela efetivamente chegasse às pessoas, discutiu-se ainda a respeito de que tipo de rede seria essa, se seria uma rede de apoio, uma rede informativa ou uma rede de contactos.

Na semana a seguinte, continuamos a discutir a criação da rede e concluiu-se que o mais adequado seria ter uma rede que facilitasse o acesso à informação, promovendo assim a autonomia e bem-estar dessas pessoas e possibilitasse estabelecer conexões entre as pessoas.

Apresenta-se de seguida as decisões tomadas pelo grupo: a rede deverá servir como apoio para imigrantes e refugiados, podendo representar um apoio essencial e necessário para todo imigrante ou refugiado residente na cidade ou não; a criação dessa rede se justifica pelas necessidades apresentadas principalmente pelos seis participantes, mas também por todos os problemas e necessidades relatados pelos outros participantes ao longo desse projeto e da apreciação de outros projetos e investigações já realizados; a plataforma estará disponível inicialmente como website, podendo ainda evoluir e se transformar em aplicação para telemóvel.

O idioma em que a plataforma será criada foi ainda um ponto importante de reflexão, tendo sido concluído que a mesma deve ser bilingue e estar disponível em inglês e português, sempre procurando frases simples e diretas que possibilitem ao usuário a utilização de tradutores online para que a mesma seja traduzida para outros idiomas.

Os participantes discutiram ainda como organizar a plataforma, qual informação era relevante e necessária, produziram textos com estas informações a partir de pesquisas realizadas pelo grupo. Refletiu-se quais as informações importantes para a construção dessa plataforma, tendo sido definidas quatro temáticas: Educação, Saúde, Seguridade Social e Finanças. Nesse sentido, iniciamos um trabalho de pesquisa e verificação de informações sobre os respetivos assuntos; após a seleção da informação foi ainda discutido em grupo a pertinência da mesma para a colocação em cada temática.

O grupo refletiu ainda a viabilidade em colocar o site disponível online sem que o mesmo gerasse gastos que não pudessem ser suportados pelo grupo, visto que não havia investimento financeiro de nenhuma instituição. A partir da iniciativa de um dos participantes, iniciamos uma colaboração com a ACHA – Associação Cultural para Harmonia e Amizade. Esta Associação havia sido criada há poucos meses por um grupo de empreendedores sociais, e acreditava que a criação da Plataforma seria útil a todos os migrantes e refugiados da cidade e a mesma vai ao encontro da missão e dos objetivos da Associação, por isso a Associação permitiu que quando a plataforma estivesse pronta esta fosse

integrada no site da associação, pedindo, no entanto, que o grupo colaborasse com a criação do site da ACHA, já que essa não tinha verba para pagar o desenvolvimento do mesmo.

Foi a partir desse encontro e colaboração que surgiram ainda novas ideias, possibilitando que o grupo ampliasse o seu planeamento, e definisse quatro eixos para a construção da plataforma. Assumiu-se ainda que os diferentes eixos seriam desenvolvidos em diferentes fases da construção da plataforma, visto que um grupo de trabalho reduzido e a realidade dos participantes não permitia que os mesmos se dedicassem mais tempo a construção da plataforma:

Eixo 1 “Informação” - Nesta primeira fase o grupo preparará o website para que o mesmo seja uma plataforma informativa, nesse sentido a plataforma tratará de questões ligadas à Educação, Saúde, Seguridade Social e Finanças. Cada temática será construída pelo próprio grupo e nela deverá constar informações básicas a respeito do funcionamento dessas estruturas em Portugal, mais especificamente na cidade de Braga, na qual os imigrantes e refugiados participantes dessa ação residem.

Eixo 2 “Ajudar e Ser ajudado” – A plataforma numa fase seguinte deverá abrir duas novas páginas, ambas numa valência mais ligada ao pedido de ajuda e voluntariado, nas quais as pessoas poderão se inscrever pedido ou oferecendo ajuda em qualquer área. O objetivo é que as pessoas que precisam de ajuda ou que oferecem ajuda se inscrevam informando o assunto sobre o qual necessita de ajuda e qual o tipo de ajuda que precisa, além da zona de residência. Assim, a plataforma passará a ser uma ferramenta que conecta pessoas e que une potencialidades, aproximando pessoas que podem e querem ajudar de pessoas que precisam de uma ajuda específica.

Eixo 3 “Parcerias” - Este eixo deverá ser executado numa fase mais avançada da plataforma e deverá contar com o empenho de instituições privadas que possam oferecer parcerias e benefícios aos interessados, representando assim um avanço e uma mais valia as famílias de imigrantes e refugiados.

Eixo 4 “Participação dos usuários” - Em cada uma das pastas de trabalho os usuários poderão contribuir para que a plataforma se atualize e traga cada vez mais informações e parcerias de interesse dos usuários. Nesse sentido, será necessário gerir toda a informação recebida, confirmá-la e atualizar no website.

Por fim, o grupo decidiu, após algumas discussões que a plataforma deveria servir a ACHA após a sua construção o que permitirá, portanto, a continuidade

do trabalho e a evolução da rede. O responsável pela associação concordou e por isso decidiu-se que a plataforma se chamaria “ACHAwithYOU” (acha com você), entre os possíveis nomes discutidos tínhamos ainda ACHA4YOU (acha para você), porém tendo em conta que a plataforma foi criada com esse grupo de refugiados, imigrante e voluntários e que contaria ainda com apoio e contribuição de todos os usuários virtuais da mesma, considerou-se que o mais adequado seria que o nome da plataforma refletisse de alguma forma o envolvimento das pessoas nesse processo de constante alteração e remodelação da plataforma pelos seus próprios usuários de forma a melhor servi-los.

Assim, o website, com o endereço, <https://achawithyou.wixsite.com/withyou/the-project>, começou a ganhar corpo e a desenvolver-se, um dos participantes, Filipe, ficou nessa fase mais focado no desenvolvimento online da plataforma e os restantes se dedicaram à seleção da informação importante para ser colocada em cada temática. Nesse sentido a plataforma, ainda em construção, apresenta informações recolhidas por todo o grupo para a criação da mesma.

No que diz respeito à temática Educação, o grupo considerou que seria importante haver uma breve informação a respeito do sistema de ensino Português, onde constasse também o órgão responsável pelo mesmo e informações e contactos importantes.

Quanto à temática da Saúde, o grupo considerou importante explicar a organização e forma de acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), a documentação necessária e algumas informações essenciais em caso de emergências, os contactos e procedimentos a seguir.

Na temática da Seguridade Social, o grupo considerou que era importante apresentar a função do Instituto de Segurança Social (ISS), além de algumas iniciativas sociais que pudessem responder a diferentes necessidades da forma mais adequada.

A temática das Finanças serviu para apresentar qual a função da Autoridade Tributária e Aduaneira, disponibilizando ainda informações sobre o Número de Identificação Fiscal e demais serviços prestados pela instituição.

Essa ação permitiu, portanto, cumprir parte do OG1 e do OG2, visto que não só viabilizou a criação da rede como também possibilitou a criação de novas relações e contactos. Nada disso seria possível sem o envolvimento e dedicação dos participantes que acreditaram na criação da rede.

A plataforma foi contruída como uma rede com um ideal informativo e comunitário, o empenho dos participantes tinha como base a afinidade entre eles, não ligadas às origens territoriais, mas a priorização do que é importante a cada um deles (Castells, 2007, 156), isso porque, de acordo com Recuero (2006), a noção de espaço e território perde sentido no ciberespaço, mas a proximidade a partir de afinidades, como por exemplo ser imigrante ou refugiado e o desejo em ajudar, une as pessoas (Castells, 2007).

Pode-se dizer ainda que “a cultura comunitária virtual acrescenta uma dimensão social à cooperação tecnológica ao fazer da Internet um meio de interação social selectiva e de pertença simbólica” (Castells, 2007, p. 56), permitindo, portanto, uma ligação pelos aspetos em comum, interesse similar ou elemento de identificação com os outros, permitindo um sentimento de pertença ainda que virtual e possibilitando a criação de novos laços e sensação de amparo, por saber que pode confirmar nas informações e nos participantes do grupo.

Faz-se importante esclarecer que a construção desta plataforma ainda não foi concluída, à data da escrita do relatório, apenas as temáticas “Educação” e “Saúde” já se encontram disponíveis no site. As demais temáticas ainda estão a ser organizadas pelo grupo e por isso não estão disponíveis online. O grupo continua em contacto e a desenvolver a plataforma, o objetivo é continuar a atualizá-la e alcançar os demais eixos de ação propostos.

6. AVALIAÇÃO DE PRODUTO

Após a apresentação do desenvolvimento do projeto e da avaliação do mesmo, passaremos à avaliação final do projeto, a avaliação do produto. Para Stufflebeam & Shinkfield (1995), a avaliação do produto visa avaliar os avanços e mudanças alcançadas com o desenvolvimento do projeto, mudanças essas que podem ter sido previstas ou não, sendo importante que se verifique se as ações desenvolvidas conseguiram atingir a finalidade, os OG e OE, de forma a responder às necessidades dessa realidade.

Essa avaliação resulta, portanto, da análise e da reflexão feita por mim e pelos participantes sobre as duas ações. Para tanto foi preciso avaliar as mudanças alcançada e realizar uma análise de conteúdo do discurso dos participantes e dos impactos alcançados com as ações.

Para a mestranda, um fator que se revelou como constrangimento foi o desafio de lidar com as histórias de vida de cada pessoa, ouvir, imaginar e lidar de maneira empática, com um distanciamento ético e adequado sempre de forma a empoderar as pessoas e permitir que avancem. Foi desafiante assistir às narrativas dos diferentes atores sociais, falando das suas trajetórias, o quão difícil foi o caminho até aqui e apenas poder imaginar o que poderiam ter passado. Ouvir os relatos e sentir-se chocada com esta realidade que agora estava mesmo ao meu lado.

Quanto ao desenvolvimento do projeto e tendo em conta a insegurança das famílias e jovens e a dificuldade em encontrar horários comuns, os participantes admitiram que suas tarefas pessoais podem ter sido um constrangimento para maior envolvimento nas ações, tendo sido um desafio conciliar com estudos, tarefas de casa, etc. Entretanto à medida que se foi falando sobre as dificuldades, alguns se disponibilizaram também a realizar vídeo chamadas e chamadas telefônicas de forma a continuarmos o projeto, demonstrando, portanto, disponibilidade e interesse na continuidade do mesmo.

Este projeto foi desenvolvido em duas ações: Ação 1, “Seguir em Frente”, uma intervenção psicossocial com um Jovem Refugiado e sua Família; e a Ação 2, “ACHAwithYOU”, criação de uma plataforma informativa por um grupo de imigrantes, refugiados e voluntários portugueses. As duas ações pretendiam

responder às necessidades identificada pelos participantes, com um objetivo claro e definido, visando concretizá-los e alcançar a finalidade do projeto.

A Ação 1 – “Seguir em Frente”: Intervenção psicossocial com família de refugiados” procurou atingir o OG1, e seus respectivos OE, e o OG2, especificamente OE 2.1. Para avaliar essa ação a mesma foi debatida em uma das sessões com seu grande protagonista, Khaled, e analisada a partir dos resultados alcançados e dos indicadores estabelecidos.

Faz-se importante ressaltar o relacionamento que já existia com esse jovem antes do início do desenvolvimento da ação; como já mencionado a relação com Khaled iniciou previamente em outro contexto que possibilitou ainda uma aproximação mais rápida e, possivelmente, foi o que potenciou os resultados alcançados, visto que provavelmente as sessões realizadas poderiam não ser suficientes para alcançá-los.

Quanto a “interajuda” e o “conhecer da realidade local para que haja inclusão”, a ação um permitiu alcançar o OE1.1 “Criar um ambiente emocional favorável para o estabelecimento tanto dessa relação como de novas relações”, já que foi possível perceber que Khaled se sentiu à vontade em todas as sessões, partilhou mais ao longo destas, mesmo estando mais ou menos disponível para falar em função dos acontecimentos quotidianos, mas sempre compreendendo o momento de conversa e as sessões como espaço de diálogo e de partilha, no qual ele podia confiar. As sessões foram sempre espaço de partilha, apoio e suporte, tal como referido para os grupos de apoio (Lieberman, 1998), e a mestranda foi se mantendo disponível para que Khaled pudesse, em seu tempo e respeitando o seu espaço, se expressar e usufruir daquele espaço de apoio.

Ao longo da ação, Khaled também se empenhou para que esse ambiente fosse possível, tendo inclusive se aberto para que eu trouxesse também, para aquele momento minhas questões e demandas, apesar de como imigrante não ter explorado os meus problemas e questões, aproveitei para partilhar algumas experiências que pudessem servir de ponto de partida para algumas discussões reflexivas e que poderiam ser motor de identificação e de mudança. Ao longo das sessões, o jovem acabou por partilhar as suas vulnerabilidades e muito sobre o seu dia-a-dia, o que possibilitou também conhecer mais sobre ele, as suas características pessoais, e permitiu, portanto, desenvolver uma ação mais próxima, personalizada e única.

Em relação ao OE1.2 “Criar uma rede de suporte que proporcione mais segurança às famílias”, não foi possível o desenvolvimento de uma rede de suporte que pudesse ajudar esta família, porém conseguiu-se reconhecer a necessidade de se abrir para novas relações que possam se transformar em amizade e possibilitar este apoio e cuidado.

Quanto ao OE1.3 “Perceber as limitações e potencialidades no estabelecimento de novas relações”, durante a ação, as conversas e reflexões partilhadas, possibilitaram a Khaled perceber a importância de se estabelecerem relações de ajuda que poderiam significar o apoio necessário em situações difíceis, maior envolvimento e relacionamento com a comunidade local e até maior suporte emocional.

O OE 1.4 “Compreender melhor os hábitos culturais e relacionais locais” foi trabalhado ao longo das sessões, a partir dos relatos do jovem, o que permitiu que se olhasse de forma diferente para os hábitos relacionais e culturais identificados por Khaled como diferentes, tornando-se essencial identificar e aceitar diferenças culturais e relacionais, para a inclusão e respeito pela multiculturalidade.

O jovem relatou, ainda ao longo na sessão de avaliação, que os momentos reflexivos proporcionados pela ação desenvolvida, bem próxima da relação de ajuda, foram essenciais para compreender algumas de suas limitações para se relacionar com o outro e especificidades culturais, que também foram trabalhadas a partir de outros objetivos e possibilitaram um ambiente emocional favorável para o estabelecimento de relações e laços. Ao longo das sessões foi possível falar da forma como o português interage e perceber que se calhar não se tratava de tratá-lo como diferente, mas talvez fosse mais uma forma diferentes de tratar todas as pessoas. Essa aprendizagem foi essencial para que Khaled pudesse compreender os hábitos relacionais locais, possibilitando-lhe que estabelecesse novas relações, sem o peso de não perceber a forma de relacionar do outro.

Quanto ao OE 1.5, “ampliar os laços relacionais para contrariar o isolamento e o fechamento na família”, para esse jovem o objetivo de criar relações que possibilitassem amizades verdadeiras, companheirismo e parceria parecia ser muito importante, com a situação de sua família, quando esposa e filhos deixaram o país tornou-se ainda mais importante para ele. A ação 1 não possibilitou, durante as sessões, a ampliação dos laços relacionais, entretanto,

o ambiente favorável que se foi criando permitiu que o jovem se sentisse à vontade para que se fosse trabalhado ao longo da sessão as diferenças culturais e relacionais que possibilitaram também ao jovem encarar suas relações de forma mais compreensiva.

Esta ação procurou, ainda, concretizar o OG2 “promover o empoderamento e auto valorização social, parental e profissional” e foi possível ao longo das sessões com Khaled, partindo da identificação das limitações e potencialidades que sua família apresentava, alcançar o OE2.1 “perceber as limitações e potencialidades de toda família não como fraquezas, mas como características pessoais”, partindo de reflexões e diálogos que permitiram ressignificar o olhar sobre o passado e os desafios vividos, sempre com o objetivo de promover um sentimento mais positivo em relação ao que já havia vivido, valorizando-se.

Ao longo das sessões foi possível, ainda, falar da realidade de vida do povo Português, Khaled trazia consigo o desejo e a ambição de uma vida melhor: após chegar a Portugal e ao longo de sua trajetória, aqui desejou que a vida de sua família fosse melhor, que a creche dos meninos fosse mais próxima de casa e do trabalho, que a dependência de transporte público fosse menos cansativa, que pudesse ter mais apoio e amparo para lidar com o cotidiano de uma vida aqui em Portugal, porém não foi isso que ele encontrou. Ao invés disso precisou lidar com todos esses obstáculos e desafios com muita garra, mas sem muito apoio, algumas vezes indignado trazia essa frustração e se sentia injustiçado, infelizmente algumas vezes as pessoas disseram-lhe que “a vida em Portugal é mesmo assim, os Portugueses todos vivem desse jeito”, porém ele continua a desejar condições melhores para sua família, uma rotina mais adequada às suas necessidades, e estabilidade financeira.

Ao longo dos encontros, Khaled conseguiu perceber a realidade portuguesa, mas continuou a afirmar que sua realidade era muito diferentes por não ter o apoio e retaguarda familiar que considera precisar, “os portugueses têm seus familiares como apoio e isso facilita que eles lidem com a realidade em que vivem, eu não tenho”, era difícil para o jovem seguir em frente sem que pudesse contar com esta estrutura familiar. Infelizmente ao longo do desenvolvimento do projeto, apesar do jovem afirmar ter desenvolvido novas relações, Khaled não sentiu ter conseguido constituir uma rede de apoio.

A ação 2 “ACHAwithYOU” tinha como objetivo geral “ Promover novas relações que possibilitem a consolidação de uma rede de suporte” (OG1) e a concretização dos OE1.1, OE1.2, OE1.5, bem como pretendia “Promover o empoderamento e auto valorização social, parental e profissional” (OG2), pela concretização dos OE2.2, OE2.3, OE2.4. Será avaliada, também, a partir dos resultados alcançados, tendo em conta ainda a continuidade da ação.

Esta ação possibilitou o início da construção de uma plataforma informativa, que tem como objetivo ajudar pessoas imigrantes e refugiadas em Braga, tendo sido um projeto do grupo, e tem como objetivo atingir mais pessoas a fim de proporcionar maior autonomia no que diz respeito a procedimento e acesso à informações. É importante ressaltar que o uso de ferramentas tecnológicas e da esfera do ciberespaço possibilita uma maior participação dos atores sociais, descentralização da produção e livre circulação de informações, sendo ainda considerado um espaço que é intitulado como “ciberdemocracia”, por Lemos e Lévy (2010, p. 44).

A relação estabelecida nos grupos de discussão e no grupo de trabalho possibilitaram maior proximidade, cuidado e a criação de um ambiente emocional favorável; maior partilha entre os participantes, mas também a própria criação da plataforma pretende, no eixo 2, alcançar este objetivo, o que a própria formação do grupo de trabalho e dos grupos de discussão, para desenvolvimento da plataforma, já possibilitaram (os contactos entre os elementos do grupo), o que permitiu concretizar o OG1, e os OE1.1, OE1.2 e OE1.5..

Foi ainda alcançado, de forma indireta, na ação 2, o OE1.4, “compreender melhor os hábitos culturais e relacionais locais”, visto que não só a participação de voluntários portugueses como também as pesquisas e recolha de informação possibilitaram aos participantes estabelecer novas relações com nacionais e com isto compreender os hábitos relacionais e culturais.

Quanto a “Ressignificação, empoderamento e valorização pessoal”, na ação 2, os participantes de forma geral conseguiram alcançar o OE2.2, tendo ainda sido possível perceber através dos seus relatos ao longo dos encontros como integraram as informações pesquisadas em suas vidas pessoais, notou-se ainda o empoderamento sentido pelos participantes por conseguirem aceder, compreender e até organizar a informação para que ela fosse transmitida a outras pessoas; o OE 2.3 foi trabalhado de forma a tentar disponibilizar todas

as informações relativas aos eixo 1 desta ação, para permitir a essas pessoas suprirem suas necessidades; o OE2.4 também relacionado com a construção da plataforma informativa, pode ser considerado alcançado, em parte, visto que a plataforma ainda não inclui todas as temáticas apontadas no eixo 1 e não foi possível averiguar o impacto destas informações no acesso dos imigrantes e refugiados aos serviços, apenas sendo possível perceber, a partir do relato dos participantes do segundo grupo, que as informações recolhidas já foram integradas e úteis para o seu quotidiano.

Esta ação terá continuidade, visto que o eixo 1 ainda não foi concluído e os participantes, após o término da construção deste eixo, pretendem, em colaboração com ACHA, que os demais eixos se desenvolvam e que o site continue online e atualizado.

As duas ações potenciaram o estabelecimento de novas relações e buscaram o alcance da finalidade do projeto. As ações procuraram dessa forma oferecer experiências e novas ferramentas (informação, contactos) que proporcionassem uma forma mais justa, leve e respeitosa para que cada família e pessoa envolvida possa enfrentar o seu dia a dia, seja refugiado ou imigrante no norte do país, empoderados com informação útil e confiável, podendo ainda colaborar com outras tantas famílias na mesma situação.

As estratégias utilizadas se revelaram essenciais para o real conhecimento da realidade e estabelecimento de uma relação de confiança. Os grupos de discussão e encontros individuais foram essenciais para manter a motivação e envolvimento dos participantes, foi ainda necessário algum trabalho anterior às sessões e encontros de preparação para as discussões, a fim de cumprir o objetivo de cada sessão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto procurou conhecer e se aproximar da realidade do acolhimento de imigrantes em Portugal, sempre a fim de compreender a realidade dessas pessoas e, a partir disso, conhecer as suas necessidades e problemas, e com todos, ou entre todos, desenharmos um projeto de intervenção psicossocial, sob a orientação metodológica da Investigação-Ação Participativa. Nesse sentido, os participantes (refugiados, imigrantes e voluntários portugueses) se tornaram autores desse projeto, participantes ativos no mesmo, realizando um trabalho colaborativo, cooperativo, corresponsável e seguro (Lima, 2003; Santos, 1987)

As relações estabelecidas para o desenvolvimento desse projeto, as aprendizagens e experiências vivenciadas foram sempre marcantes, diversas e complexas. Algumas vezes provocaram sentimentos inexplicavelmente desconcertantes e outras inexplicavelmente esperançosos, certo é que esse projeto nos mudou, seria impossível negar essas mudanças. Este trabalho exigiu muita dedicação por parte de todos e todas, quer no conhecimento da realidade, na aproximação do contexto das pessoas, nas visitas às famílias e aos participantes, ou às viagens a outras cidades, mas foi possível desenvolver as duas ações, com participantes sempre empenhados.

O projeto permitiu alguma mudança na vida e no quotidiano de alguns refugiados e imigrantes. Ofereceu aos participantes um espaço de reflexão, escuta ativa, apoio e um ambiente de confiança que possibilitasse a criação de novos laços, a aprendizagem coletiva, a partilha de informação, o empoderamento, valorização dos recursos pessoais e o desenvolvimento de estratégias que possibilitam maior independência, qualidade de vida, facilitando a descoberta de novos caminhos e de forma mais apoiada, permitindo lidar com os desafios e necessidades que surgirem no quotidiano. O projeto procurou ainda promover relações que pudessem incitar o sentimento de pertença de cada um dos atores sociais (Maffesoli, 2006), a confiança em si e nos outros e segurança.

O trabalho desenvolvido trouxe complexos desafios desde a dificuldade em muitas vezes demonstrar e expressar a compaixão sentida para com as diferentes histórias, até a conciliação de horários. Posso assumir ainda que no

que diz respeito ao meu desenvolvimento pessoal e profissional, este trabalho e estas pessoas marcaram-me muito e me permitiram amadurecer, conhecer uma realidade que é, muitas vezes, pouco refletida, mas também desejar, ao lado desses sujeitos, cada mudança.

Este projeto permitiu ainda alertar todos os participantes para os danos causados às pessoas pelas clivagens e desequilíbrios socioeconómicos, pelos conflitos armados, pelas guerras que obrigam as pessoas a alterarem suas vidas, seja ao se refugiar ou a migrar, sendo sempre imposto a essas famílias que se deslocam em busca de qualidade de vida e segurança e acabam colocadas em países sem muitas escolhas e com ruturas familiares difíceis de suportar. Faz-se necessário, portanto, refletir sobre o papel que esta intervenção teve nos dois grupos de participantes, mas também a necessidade de que sejam feitas outras intervenções de forma a combater a “discriminação racial e étnica e a ultrapassar os efeitos perversos da actual crise que tem afectado mais os imigrantes que os nacionais” (Padilla & Ortiz, 2012, p. 181).

Reconhecendo, em mim própria, alguns desafios que um imigrante possa enfrentar, o desenvolvimento deste projeto permitiu ainda conhecer a realidade atual dos refugiados e reconhecer e conhecer cada vez mais as realidades dos imigrantes em Portugal.

Conhecer esses sujeitos e diferentes contextos e motivos para imigração certamente permitiu a criação de uma rede de apoio e de informações que constituem importantes suportes. Relações que possibilitam patilhas e apoios, mas que mais do que isso permitem aos sujeitos se sentirem parte de um grupo, parte de algo, fazendo, portanto, que eles se reconheçam nos lugares que habitam e se sintam neles incluídos.

Faz-se relevante ainda realizar uma reflexão sobre o caminho percorrido ao longo das ações e até problematizar o que poderia ter sido feito de outra forma. Durante a escrita deste relatório e a avaliação do projeto, considera-se que teria sido importante conseguir trabalhar, na ação 1, não só com Khaled como também com sua esposa e filhos, visto que toda a família demonstrou na primeira sessão estar a precisar de apoio, o que não foi possível. Seria relevante ainda que na ação tivesse tido possível incluir sua esposa e filhos quando regressaram a Portugal, mas o meu pouco à vontade em relação à esposa não possibilitou a aproximação e desenvolvimento de uma relação com esta mulher.

No que diz respeito à ação 2, infelizmente não foi possível avançar muito mais no desenvolvimento da plataforma até à data da escrita do relatório, mas os participantes e a mestrandia comprometeram-se em continuar a desenvolver a mesma de forma a alcançar os objetivos e a finalidade definidos.

Sendo este um contexto desafiador, conhecer os diferentes participantes foi extremamente gratificante para mim, por ter feito com que eu também me sentisse cuidada pelos participantes. Parte deste projeto, do ponto de vista pessoal, significou também um processo de acolhimento e integração pessoal, por ter sido referido em dada altura que os meus traços culturais e relacionais, tal como os de outros imigrantes e refugiados, eram muito positivos, tendo sido muito importante ouvir de Ahamed “você é como nós, cuida de todos, quer que todos se sintam bem, está sempre pronta a ajudar”.

Em conclusão, a participação neste projeto e a construção do mesmo fez-se importante para os seus participantes e fundamental para mim, a nível pessoal, académico e profissional, tendo permitido o amadurecimento, aprendizado e desenvolvimento. Este projeto serviu, sobretudo, de motor de mudança.

REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado para as Migrações – ACM (2017). Relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de pessoas refugiadas. *Programa de recolocação*. Portugal: Alto Comissariado para as Migrações. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR. (2011). *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto de refugiados*. Genebra: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf.
- Alvarenga, C. (2002), Reflexão sobre a História e a Migração em Portugal. SOS RACISMO (Eds.), A Imigração em Portugal- Os movimentos humanos e culturais em Portugal (pp. 21-28). Lisboa: SOS Racismo.
- Amaro, R. (2000). “A inserção económica de populações desfavorecidas, factor de cidadania”. In Sociedade e Trabalho. pp. 1-14
- Ander-Egg, E. (1990). *Repensando la Investigación Acción-Participativa: comentarios, críticas y sugerencias*. México: Editorial El Ateneo.
- Arendt, H. (2004). *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Parte II*. (5ª reimp.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boutinet, J. (2002). *Antropologia do projeto*. Lisboa: Artmed.
- Braga, J. (2011). Os campos de refugiados: um exemplo de “espaços de exceção” na política contemporânea. *Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP*, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSCo00000122011000200036&lng=en&nrm=abn.

- Braga, J., & Karol, E. (2009). A temática dos refugiados na geografia da população. 10º Encontro nacional de prática de ensino em geografia (ENPEG). *Anais...* Porto Alegre,. Disponível em: <[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20\(30\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20(30).pdf)>.
- Bourdieu, P. (2004). *O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz.* (7ª Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Capul, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção Social.* Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias.* Porto: Porto Editora.
- Castells, M. (2007). *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade* (2 Ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2001). *La animation sociocultural: una propuesta metodológica* (8ª ed.). Madrid: Editorial Popular.
- Conselho Português para os Refugiados - CPR (s.d). *Conselho Português para Refugiados.* CPR. Disponível em: <http://cpr.pt/>
- Cordeiro, A. (2019, Janeiro 11). Dezenas de refugiados esperaram meses pelo MAI para obter estatuto. *Público.* Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/11/sociedade/noticia/dezenas-refugiados-esperaram-meses-mai-obter-estatuto-1857417>
- Costa, A. (2007). A pesquisa de terreno em Sociologia. In A. Silva, & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (14ª Ed.), pp.129-148. Porto: Edições Afrontamento.
- Coutinho, C. (2018). *Metodologias de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2º ed.). Coimbra: Almedina.
- Lei n.º 27/2008. Segunda alteração a Lei da concessão de asilo ou proteção subsidiária, aprovada pela Lei n.º 26/2014, de 5 de maio. *Diário da República - I Série - N.º 124* de 30 de Junho de 2008, 4003 - 4018
- Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações - GTAEM (s.d.). *Acolhimento e integração de refugiados: manual de procedimentos para as entidades de acolhimento.* Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Gestão Online. (2019). *O que é uma plataforma digital?*. Disponível em: <https://gestãogo.com.br/plataforma-digital/o-que-e-uma-plataforma-digital/>
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro.* Lisboa: Texto Editores.

- Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*. Relatório apresentado à Universidade do Minho. Braga: Instituto de Ciências Sociais.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: O planeamento em ciências sociais (2ª Ed.)*. Cascais: Príncipia.
- Guerra, I. (2006). Investigação Acção – Para pensar o mundo temos de nos distanciar ou mergulhar nele?. In *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*. Cascais, Príncipia, pp: 51-75.
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: O planeamento em ciências sociais (2ªEd.)*. Paredes: Príncipia.
- Guerra, M., & Lima, L. (2005). *Intervenção psicológica em grupos em contextos de saúde*. Lisboa: Climepsi.
- Hollanda, F. de & De Moraes, V. (1970). *Gente Humilde*. Em: Chico Buarque Hollanda, vol.4. [LP]. Rio de Janeiro, RJ: Philips Records
- Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH (2014). *Glossário*. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/imdh/glossario/>.
- Latorre, A. (2003). *La investigación-acción: Conocer y cambiar la práctica educativa*. Barcelona: Editorial Graó.
- Latorre, A. (2005). *La investigación-acción. Conocer y cambiar la práctica educativa (3ª ed.)*. Barcelona: Editorial Graó.
- Leal, M. & Sanches, I. (2014). Português para todos: a aprendizagem da língua portuguesa como facilitadora da interculturalidade e da inclusão social e educativa. *Revista Lusófona de Educação*, 27, 143-158. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n27/n27a10.pdf>
- Lemos, A. & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet*. São Paulo: Paulus.
- Lessard-Hébert, M. (1996). *Pesquisa em educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lieberman, M. (1998). Grupos de autoayuda. In H. Kaplan & B. Sadock, *Terapia de grupo* (pp.321-334). Madrid: Panamericana, S. A..
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, Portugal.
- Lopes, T. (2014). *Migrações: novas realidades. Viver num mundo em movimento*. (Relatório da Prática de Ensino Supervisionada). Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/16139/1/ulfpie047033_tm.pdf

- Maffesoli, M. (2006). *O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. (4 Ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Marco, C. (2015). *O direito fundamental à nacionalidade*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Martins, A. (2019, Março 24). Conselho Português para os Refugiados regista aumento de pedidos de asilo espontâneos. RTP. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/conselho-portugues-para-os-refugiados-regista-aumento-de-pedidos-de-asilo-espontaneos_es1136957
- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projetos*. Porto: Edições ASA.
- Miranda, A. (2013). *Transformação da comunidade em vitória*. Relatório de Projeto de Mestrado não publicado, pp.20-27. Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação, Porto, Portugal.
- Momsen, J. (2000). Book Review: Migration and gender in developed world. *Progress in Human Geography*, 24, 676-677.
- Nygård, O. (2006). Between care and control: interaction between refugees and caseworkers within the Norwegian refugee integration programme. *Sussex Migration Working Paper*, 32. Sussex: Sussex Centre for Migration Research. Disponível em: <https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=mwp32.pdf&site=252>
- Observatório das Migrações - OM (2015). Principais Conceitos da Atualidade de Refugiados. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/-/principais-conceitos-da-actualidade-de-refugiados#>
- Organização Internacional para as Migrações - OIM (2009). *Glossário sobre migração*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, edição eletrónica Disponível em: http://www.acidi.gov.pt/_cf/102363
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Nº 39, p. 159-184, jul./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a09.pdf>
- Papedemetriou, D. (2006). *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Pereira, L. (2011). *O Direito Internacional dos Refugiados e o isso da terminologia “refugiado ambiental”*. Disponível em: www.cedin.com.br.
- Petrus, A. (1997). *Pedagogia social*. Barcelona: Ariel Educación.
- Pinto, A. (2005a). *O Conceito de Tecnologia*, vol. 1, Rio de Janeiro: Contraponto.

- Pinto, A. (2005b). *O Conceito de Tecnologia*, vol. 2, Rio de Janeiro: Contraponto.
- Plataforma de Apoio a Refugiados - PAR (s.d.). Quem Somos. Disponível em: <https://www.refugiados.pt/a-par/>
- Quan-Haase, A., et al. 2002. "Capitalizing on the Internet: Social Contact, Civic Engagement, and Sense of Community". In Wellman, Barry e Haythornthwaite, Caroline (Ed.). *The Internet in Everyday Life*. Oxford: Blackwell, 291-324.
- Ramos, M. (2008). Impactos demográficos e sociais das migrações internacionais em Portugal. In N. Ramos. (Eds) *Saúde, migração e interculturalidade. Perspetivas teóricas e práticas*. pp 11-44. João Pessoa: EDUFPB.
- Recuero, R. (2001). *Comunidades Virtuais: Uma abordagem teórica*. Rio Grande do Sul: PUC/RS Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>.
- Reis, R. R., & Menezes, T. S. (2014). Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado. *Revista de Sociologia e Política*, 22(49), 61-83. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782014000100004>
- República Portuguesa. (2018, novembro 17). Comunicado conjunto da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro da Administração Interna sobre Acolhimento de Refugiados em Portugal. Nota à comunicação social. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=cb343d97-5f31-4d5d-a102-d40299edc1be>
- Rogers, C. (1970). *Grupos de encontro*. Lisboa: Moraes Editores.
- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa* (7ª Ed.). Lisboa: Moraes Editores.
- Rogers, C. (2003). *Terapia centrada no cliente*. Lisboa: Edial.
- Santinho, M. (2012). A importância da competência cultural no atendimento de saúde a refugiados e requerentes de asilo. *Fórum Sociológico*. Série III, pp. 73-81. Disponível em: <https://sociologico.revues.org/594>.
- Santos, B. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), pp. 46-71. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (s.d.). *Sobre o SEF*. Disponível em: <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=1>
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Barcarena, Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>

- Serrano, G. (2003). *Pedagogía social educación social. Construcción científica e intervención práctica* (4ªEd.). Madrid: Narcea.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva, D. (2017). *O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas*. R. bras. Est. Pop., 34 (1), p.163-170, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-3098a0001.pdf>.
- Spencer, S. (2006). *The Challenge of Integration in Europe*. D. Papademetriou (Eds.), *Europe and Its Immigrants in 21st Century* (pp. 1-52). Lisboa: Fundação LusoAmericana.
- Stepputat, F. & Sørensen, N. N. (2014). Sociology and forced migration. In: FIDDIAN-QASMIYEH, Elena *et al.* (Eds.). *The Oxford handbook of refugee and forced migration studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 86-98.
- Stufflebeam & Shinkfield. (1995). *Evaluación sistemática: Guia teórica y* . Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, vol. II, nº1, pp. 11-26. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.22/6296>.
- United Nations - UN (2016). *Trends international migrant stock: the 2015 revision*. Nova Iorque: United Nations.
- United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR. (2007). *Advisory Opinion on the Extraterritorial Application of Non-Refoulement Obligations under the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol**. Geneva: United Nations. Doc. A/61/10, at pp. 414–415. Disponível em: <https://www.unhcr.org/4d9486929.pdf>
- United Nations Population Fund - UNFPA. (2006), *State of World Population 2006. A Passage to Hope: Women and International Migration*. UNFPA. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/sowpo6-en.pdf>.
- Vilelas, J. (2017). *Investigação o processo de construção do conhecimento* (Vol. 2º). Lisboa: Edições Sílabo.
- Weiß, Anja. (2018). Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. *Sociologias*, 20(49), 110-141. <https://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004904>

- Wellman, B. (2004). "The Glocal Village: Internet and Community". *The Arts & Science Review*. I(1). University of Toronto, pp. 26-29. Disponível em: <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman>
- World Health Organization - WHO (2003). *International Migration, Health and Human Rights, Health and Human Rights Publication Séries*. Geneva: WHO
- Zetter, R. (2015). *Protection in crisis: forced migration and protection in a global era*. Washington, DC: Migration Policy Institute, Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/research/protection-crisis-forced-migration-and-protection-global-era>.

APÊNDICES

APÊNDICE A: GUIÃO DE ENTREVISTA À INSTITUIÇÕES QUE ACOLHERAM/ACOLHEM REFUGIADOS NO DISTRITO DO PORTO

Sou Roberta Oliveira, estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Acção Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESEP), e estou, no âmbito desse mestrado, iniciando o desenvolvimento de um projeto de investigação-ação participativa, sob a orientação da Professora Doutora Ana Bertão, na área de acolhimento de refugiados.

Esta entrevista semiestruturada realiza-se no âmbito desse projeto e tem como objetivo conhecer o processo de acolhimento, bem como os seus desafios e dificuldades. Os dados recolhidos e gravados serão analisados através da análise de conteúdo, assegurando o anonimato do entrevistado. Essa análise constará do relatório de projeto, objeto de provas públicas no final do ano, e que ficará disponível no repositório da ESE/IPP.

Tomei conhecimento e aceito participar na investigação.

Assinatura Entrevistado

Objetivos:

- a) Recolher informações sobre o processo de acolhimento e seus contornos legais, culturais e sociais no Porto, Portugal.

- b) Conhecer o trabalho que vem sendo realizado pelos profissionais da área social quanto ao acolhimento de pessoas em situação de asilo (refugiados).
- c) Identificar os maiores desafios e dificuldades para a inclusão.
- d) Preparar a segunda fase deste projeto de forma mais consciente e acertada;

Questões

- 1) Como chegaram à instituição as famílias?

(Através de qual organismo ou instituição receberam essa família de refugiados? Como foi o processo de aplicação da sua instituição para o acolhimento de refugiados? Quanto tempo demorou desde que fizeram o acordo para a vinda da família até a chegada dos mesmos? Como foi o percurso da família até Portugal? Como foi a chegada da família? Quem era essa família? Composição, idades, formação, informações sobre a vida antes dessa travessia como refugiado? A família escolheu Portugal? Qual era a percepção que a família tinha sobre o país antes de cá chegar?)

- 2) Como a instituição se preparou para a chegada das famílias?

(Como foi o processo de preparação para o dia que eles chegassem aqui? Como lidaram com a questão da língua? Como se prepararam para lidar com as diferenças culturais? Quais as informações prévias tinham sobre a família?)

- 3) Qual o papel da instituição na integração dessa família?

(Quais os apoios foram oferecidos pela instituição a família? Para além desses apoios qual o trabalho desenvolvido com as famílias? Quais as competências trabalhadas?)

- 4) Como foi o processo de acolhimento e integração?

(Quanto tempo durou o contacto com essa família? Quais as prioridades e urgências durante o processo? Quais foram os principais momentos que fizeram dessa relação uma verdadeira relação de ajuda? O que pode destacar como essencial nesse acolhimento?)

- 5) Quais os maiores desafios enfrentados durante o processo?

(Quais os desafios enfrentados nesse acolhimento e processo de integração? Quais os principais desafios sentidos pelo profissional? Quais os desafios sentidos no estabelecimento dessa relação? O que ajudou a superar esses

desafios? Quais os principais desafios relatados pela família no processo de inclusão? Houve algum desafio a nível da habitação, saúde ou educação?)

6) Como finalizou-se o processo?

(A família partiu? Qual o motivo da partida? Como a família decidiu partir? Houve alguma maneira de continuar em contacto com a família após a partida dela? A família finalizou o programa de acolhimento? Como se encontra agora? Continua a receber respostas sociais das instituições? Já alcançaram alguma autonomia?)

7) Qual a avaliação da família e da instituição/profissional que a acompanhou sobre o processo?

(Qual a percepção da família sobre o papel da instituição? Qual a percepção da instituição sobre o trabalho desenvolvido com a família?)

APÊNDICE B: CONTACTO COM PROFISSIONAIS QUE TRABALHARAM NO ACOLHIMENTO OU AINDA A ACOLHER REFUGIADOS

Excelentíssimo Dr. [REDACTED]

Sou Roberta Oliveira, estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Acção Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESEP), e estou, no âmbito desse mestrado, iniciando o desenvolvimento de um projeto de investigação-ação participativa, sob a orientação da Professora Doutora Ana Bertão, na área de acolhimento de refugiados.

No mês de julho realizamos na ESEP o Seminário “O Processo de Acolhimento de Refugiados em Portugal: Viver em Terra Estranha”, também sob a orientação da professora Doutora Ana Bertão. A sua participação foi essencial para construção do seminário e significou uma partilha muito importante para nós, por isso e por causa do trabalho desempenhado pelo Dr. [REDACTED] do [REDACTED] em que atuou com uma família de refugiados, considero que seria importante para o meu trabalho conhecer melhor a sua experiência, assim como os passos dados para se preparar para esse processo, etc.

Para tanto, gostaria de marcar uma entrevista com o Dr. Diogo. Como eu sou estudante trabalhadora, tenho maior disponibilidade nas manhãs a partir do dia 30/10.

Aguardo a sua resposta e agradeço, desde já, a atenção dispensada.

Atentamente,

Roberta Alves de Oliveira.

APÊNDICE C: CONTACTO COM INSTITUIÇÕES REFERENCIADAS NO SITE DA A PAR

Excelentíssim(a) Dr(a) 

Sou Roberta Oliveira, estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Acção Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESEP), e estou, no âmbito desse mestrado, iniciando o desenvolvimento de um projeto de investigação ação participativa, sob a orientação da Professora Doutora Ana Bertão, na área de acolhimento de refugiados.

Nesse primeiro momento, tenciono conhecer melhor as práticas e experiências de diferentes profissionais e instituições no acolhimento de famílias refugiadas no distrito do Porto. Contatei a sua instituição pois tomei conhecimento da parceria com a Plataforma de Apoio a Refugiados (A PAR). Por isso, gostaria de marcar uma entrevista com o(a) Dr(a) profissional responsável pelo acompanhamento da família, onde eu possa conhecer melhor sua experiência e perceção sobre o processo e o desenvolvimento dessa relação.

Como eu sou estudante trabalhadora, tenho maior disponibilidade nas manhãs e fins de semana, estarei disponível para marcarmos uma entrevista, se possível, dentro desses horários.

Aguardo a sua resposta e agradeço, desde já, a atenção dispensada.

Atentamente

Roberta Alves de Oliveira.

APÊNDICE D: INFORMAÇÕES RECOLHIDAS EM ENTREVISTA - EDUCADORA SOCIAL

Entrevista à Educadora Social responsável pelo acolhimento de uma família de Refugiados	
Descrição	<p><i>Primeiramente como chegou à instituição a família? A família foi delegada a instituição através da PAR, Como a instituição se preparou para a chegada das famílias? A instituição tinha poucas informações a respeito da mesma, mas as informações que tinha serviram para que preparassem uma casa com toda a estrutura necessária para receber essa família. Qual o papel da instituição na integração dessa família? A instituição ofereceu apoio financeiro, jurídico, psicológico, auxiliou a família na entrada do filho a escola, ensinou português, ofertou apoio pedagógico ao menino. Como foi o processo de acolhimento e integração? A Família ainda está em Portugal e por isso ainda esta em contacto com a instituição apesar de já terem passado os 18 meses de acolhimento. Hoje a mãe trabalha na instituição, o filho está a estudar e a família já tem novos objetivos, conseguir trazer o pai para Portugal e unir novamente essa família. A educadora considera que seja essencial ao acolhimento principalmente receber informações suficientes no início para que preparem bem a chegada da família, ouvir as necessidades da família, proporcionar um bom ensino da língua, os profissionais estarem recetivos e se permitirem aprender coisas novas. Quais os maiores desafios enfrentados durante o processo? A dra destacou a comunicação como um dos principais desafios enfrentados ao longo do processo de acolhimento, “nos não conseguimos nos comunicar de forma nenhuma, depois de algum tempo conseguimos falar através de gestos e apontar a objetos, mas foi sempre um desafio muito presente”. A profissional vê a dificuldade em ligar com os organismos legais as maiores dificuldades que a mesma</i></p>

	<p>enfrentou, acredita que os mesmos não dão informações exatas e estão pouco preparados para lidar com refugiados e seu estatuto. Foi muito bom também contar com o apoio da comunidade local, todos aqui da região acabavam por saber quem eles eram, suas dificuldades em comunicar e quando eles iam a farmácia ou ao mercado e tinham alguma dificuldade todos ajudavam o máximo possível e quando não sentia que era suficiente ligavam-nos.</p> <p><i>Como finalizou-se o processo? O processo não finalizou, visto que a família continua aqui e já estabeleceu novos objetivos, hoje já tem sua autonomia, já estão mais adaptados a dia a dia</i></p> <p><i>Qual a avaliação da família e da instituição/profissional que a acompanhou sobre o processo?</i> A família esta muito grata, mas diz pouco sobre tudo, só quer conseguir concluir esse processo trazendo também o marido. Nos das instituições sabemos que foi um processo difícil, mas foi muito bom tê-los aqui.</p> <p>Antes de finalizar expliquei mais uma vez sobre o trabalho e disponibilizei meu contacto. A instituição, por telefone, já havia dito que a família não estava interessada em participar de nada, de acordo com eles a família já havia estado em outro projeto ou pesquisa e já estavam cansados e se sentiam expostos aos mesmos. Perguntei qual era o estudo para que eu pesquisasse ou se sabiam dizer quem era a/o investigadora e a educadora não soube dizer.</p>
--	---

APÊNDICE E: GUIÃO ENTREVISTA PSICÓLOGA

Sou Roberta Oliveira, estudante do segundo ano do mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em Acção Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESEP), e estou, no âmbito desse mestrado, iniciando o desenvolvimento de um projeto de investigação-ação participativa, sob a orientação da Professora Doutora Ana Bertão, na área de acolhimento de refugiados.

Esta entrevista realiza-se no âmbito desse projeto e tem como objetivo conhecer o processo de acolhimento, bem como os seus desafios e dificuldades. Os dados recolhidos e gravados serão analisados através da análise de conteúdo, assegurando o anonimato do entrevistado. Essa análise constará do relatório de projeto, objeto de provas públicas no final do ano, e que ficará disponível no repositório da ESE/IPP.

Tomei conhecimento e aceito participar na investigação.

Assinatura Entrevistado

Objetivos:

- a) Compreender qual o papel e posicionamento da Universidade do Porto, especificamente a FEUP no processo de acolhimento de estudantes internacionais inclusive refugiados
- b) Perceber qual a perceção da profissional sobre o acolhimento dos refugiados em Portugal, e, especificamente, no Porto.
- c) Identificar os maiores desafios e dificuldades para a inclusão desses alunos.
- d) Preparar a segunda fase deste projeto de forma mais consciente e acertada;

Perguntas:

1) No e após o processo de inscrição dos alunos internacionais, como é o feito o acompanhamento dos mesmos?

(Há algum acompanhamento? Há alguma preparação? Antes mesmo da inscrição há alguém que ofereça apoio a esses potenciais estudantes para ingressarem na universidade? Há algum espaço para apoio a jovens que desejam entrar na faculdade a nível de escola, de curso, prazos para inscrição e etc? Que tipo de assistência social e financeira é fornecida a esses estudantes? Há algum apoio a nível da língua para esses alunos?)

2) Como a instituição se preparou para a chegada desses novos alunos?

(Como foi o processo de preparação para o dia que eles chegassem aqui? Como lidaram com a questão da língua? Os professores são informados de que receberão alunos internacionais? Como se prepararam para lidar com as diferenças culturais? Quais as informações prévias tinham sobre a família?)

3) Qual o papel da instituição na integração desses alunos?

(Quais os apoios foram oferecidos pela instituição ao jovem? Para além desses apoios qual o trabalho desenvolvido com eles? Quais as competências trabalhadas? Há algum curso de português? Como funcionam os apoios psicológicos?)

4) Quais os maiores desafios enfrentados durante o processo?

(Quais os desafios enfrentados nesse acolhimento e processo de integração? Quais os principais desafios sentidos pelo profissional? Quais os desafios sentidos no estabelecimento dessa relação? O que ajudou a superar esses desafios? Quais os principais desafios relatados pelos alunos no processo de inclusão? Houve algum caso em que aconteceram desafios a nível da habitação, saúde ou educação?)

5) Como corre esse processo? Qual o impacto no aproveitamento académico?

(O aluno consegue frequentar e finalizar o curso? Se não, qual o motivo da saída? Se o curso é abandonado há algum tipo de acompanhamento contínuo com esse jovem? Já há alguma experiência positiva que a Dra possa relatar de alunos internacionais que tenham conseguido finalizar o curso e haja algum exemplo de boa prática ao nível da integração. Continua a receber respostas sociais das instituições?)

6) Qual a avaliação da família e da instituição/profissional que a acompanhou sobre o processo?

(Qual a percepção do aluno sobre o papel da instituição? Qual a percepção da instituição sobre o trabalho desenvolvido com o jovem?)

7) Quais os outros organismos que podem contribuir para integração desses alunos?

(Você tem conhecimento de algum? Como grupos de apoio podem ajudar?)

APÊNDICE F: INFORMAÇÕES RECOLHIDAS EM ENTREVISTA - PSICÓLOGA

Entrevista Psicóloga que trabalha com o acompanhamento de estudantes estrangeiros	
Descrição	<p>A entrevista decorreu no gabinete da psicóloga, iniciei por explicar quais era os objetivos do encontro. Esclareci ainda que considerava a universidade como espaço de acolhimento de refugiados e imigrantes e por isso o objetivo também era perceber a pertinência deste acolhimento.</p> <p>A psicóloga explicou que a faculdade é si espaço de acolhimento que permite que os jovens sintam parte de algo maior, entretanto os jovens que vem acolhendo e atendendo no serviço de psicologia da faculdade em questão demonstram estar com alguma dificuldade para progredir nos estudos, seja por questões financeiras, seja pela dificuldade em acompanhar a nível de conteúdos. Mas a psicóloga salientou ainda que se apercebeu de alguma dificuldade dos jovens em se sentirem parte do grupo, se conectarem com os jovens.</p>
Reflexão	<p>Há eminentemente dificuldades na integração dos jovens imigrantes e refugiados em Portugal, seja pela língua, pela dificuldade em manter-se financeiramente, ou seja, pela dificuldade em se sentir incluído, parte de uma turma ou grupo, não se sentirem isolados, etc.</p>

APÊNDICE G: QUADRO SÍNTESE DOS PROBLEMAS

Problema	Causas	Necessidades
Isolamento Social (P1).	Possível transtorno do estresse pós-traumático;	Acompanhamento psicológico;
	Dificuldade em compreender a cultura portuguesa e os hábitos locais;	Maior conhecimento sobre a cultura portuguesa, hábitos e costumes;
	Ambientes pouco acolhedores;	
	Muitos desafios enfrentados ao longo da sua integração.	Lidar melhor com as frustrações;
	Língua pouco familiar;	Maior domínio da língua.
	Pouca ou nenhuma disposição para se relacionar com colegas;	Maior abertura para novas relações;
Sentimento de solidão e falta de apoio (P2).	Dificuldade em pedir ajuda;	Encontrar famílias com as mesmas necessidades, gerando assim um sentimento de identificação e empatia;
	Um grupo de voluntários “dispostos a ajudar”, mas que “tem suas próprias vidas” e estão pouco preparados;	
	Nenhum grupo de amigos que partilhem a mesma fase do ciclo vital;	Rede de apoio que auxilie estas famílias;
	Nenhum familiar próximo em Portugal;	

	Rotina pouco adaptada as necessidades da família;	Procurar soluções e ajudas que vão ao encontro dos desejos da família; Adaptar a rotina da família a suas necessidades.
Sentimento de desqualificação pessoal, social, profissional e parental (P3).	Diferentes costumes culturais;	Promover o autoconhecimento de forma a se alinhar com a realidade, congruência (Rogers, 2003);
	Pouco domínio da língua;	Dificuldade em falar com as professoras de seus filhos; Pouca autonomia para resolver problemas.
	Estereótipos que desqualificam as capacidades e conhecimentos pessoais e profissionais;	Identificar e reconhecer aspetos positivos sobre si;
	Pouco respeito por parte dos serviços oferecidos as diferenças e a multiculturalidade.	Dominar melhor a língua, costumes e cultura local;

APÊNDICE H: QUADRO SÍNTESE DOS OBJETIVOS

Objetivo Geral	Objetivo Específico
OG1: Promover novas relações que possibilitem a consolidação de uma rede de suporte.	OE 1.1- Criar um ambiente emocional favorável para o estabelecimento tanto dessa relação como de novas relações;
	OE 1.2- Criar uma rede de suporte que proporcione mais segurança às famílias;
	OE 1.3- Perceber as limitações e as potencialidades no estabelecimento de novas relações;
	OE 1.4- Compreender melhor os hábitos culturais e relacionais locais;
	OE 1.5- Ampliar os laços relacionais para contrariar o isolamento e o fechamento na família;
OG 2: Promover o empoderamento e autovalorização social, parental e profissional.	OE 2.1- Perceber as limitações e potencialidades de toda família não como fraquezas, mas como características pessoais;
	OE 2.2- Promover o empoderamento dos participantes através do acesso a informação;
	OE 2.3- Disponibilizar informações que permitam a essas pessoas traçarem estratégias de ação adequadas a cada necessidade;
	OE 2.4- Aceder aos diferentes serviços públicos de forma eficiente, através de informações sobre o mesmo e apoio;

APÊNDICE I: PRIMEIRO QUADRO SÍNTESE DOS OBJETIVOS

Objetivos gerais	Objetivos específicos
OG1 - Promover novas relações que possibilitem a consolidação de uma rede de suporte.	OE1.1 - Criar um ambiente emocional favorável ao estabelecimento dessa relação;
	OE1.2 - Melhorar as habilidades sociais na família, entre amigos, colegas e no trabalho;
	OE1.3 - Perceber as limitações e as potencialidades no estabelecimento de novas relações;
	OE1.4 - Compreender melhor os hábitos culturais e relacionais locais;
	OE1.5 - Possibilitar a ampliação dos laços e relações de forma a que não se fechem em família;
OG2 - Desenvolver a auto-estima de forma a gerar um sentimento de auto valorização social e parental.	OE2.1 - Reconhecer todo o caminho percorrido até aqui;
	OE2.2 - Valorizar os avanços conquistados em Portugal;
	OE2.3 - Perceber as limitações e potencialidades de cada participante;
	OE2.4 - Reconhecer o crescimento individual de cada participante ao longo de todo o processo de integração;
	OE2.5 - Compreender e aceitar o novo “estilo de vida” em Portugal.

APÊNDICE J: INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Finalidade:	“Facilitar a inclusão de migrantes e refugiados na sua comunidade local de forma a garantir a sua qualidade de vida e bem-estar”		
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Indicadores	
OG1: Promover novas relações que possibilitem a consolidação de uma rede de suporte.	OE 1.1- Criar um ambiente emocional favorável para o estabelecimento tanto dessa relação como de novas relações;	Relacionamento intergrupar e a interajuda	Convívio e interação. Suporte e apoio: interajuda. Partilha entre pares de experiências e informações. Partilha constante e cada vez mais pessoal entre os diferentes elementos do grupo. Envolvimento crescente e ativo na construção da rede.
	OE 1.2- Criar uma rede de suporte que proporcione mais segurança às famílias;		
	OE 1.3- Perceber as limitações e as potencialidades no estabelecimento de novas relações;		
	OE 1.4- Compreender melhor os hábitos culturais e relacionais locais;	Conhecer a realidade local para que haja inclusão.	Criação de novos laços e contactos sociais; Compreensão da realidade portuguesa; Reconhecer hábitos relacionais locais; Identificar e aceitar diferenças culturais.
	OE 1.5- Ampliar os laços relacionais para contrariar o isolamento e o fechamento na família;		

OG 2: Promover o empoderamento e auto valorização social, parental e profissional.	OE 2.1- Perceber as limitações e potencialidades de toda família não como fraquezas, mas como características pessoais;	Ressignificação, empoderamento e valorização pessoal.	Ressignificação da trajetória; Valorização pessoal; Satisfação e confiança pessoal; Identificação e reconhecimento de competências e qualidades pessoais.
	OE 2.2- Promover o empoderamento dos participantes através do acesso a informação;		
	OE 2.3- Disponibilizar informações que permitam a essas pessoas traçarem estratégias de ação adequadas a cada necessidade;	Construção da Rede informativa e empoderadora.	União e trabalho de grupo em prol da criação da rede; Reconhecimento do trabalho e capacidades de cada um; Conhecimento dos direitos sociais; Conhecimento dos recursos comunitários disponíveis.
	OE 2.4- Aceder aos diferentes serviços públicos de forma eficiente, através de informações sobre o mesmo e apoio;		

APÊNDICE K: AÇÃO 2 - QUADRO SÍNTESE DAS SESSÕES

Encontro:		Eixo	Participantes	Discussões
GD 1	Presencial		Ana Luísa, Carolina, Eduarda e Fátima	
GD2	Presencial		Juliana, Pedro, Joana, Maia, Fátima e Ahmad	
Grupo de trabalho - Encontro 1	Presencial		Fátima, Ahamed, Aisha, Hussain, Joana, Filipe.	Como organizar a plataforma, construção do website, convite ao Filipe para colaborar com a construção e manutenção do site.
Grupo de trabalho - Encontro 2	Presencial			Quais as informações importantes para constar na plataforma, principais temáticas.
Grupo de trabalho - Encontro 3	Presencial		Construção dos eixos.	Encontro com ACHA, colaboração com a associação. Definição dos quatro eixos de elaboração do website, ideias sobre a criação de uma aplicação.

Grupo de trabalho - Encontro 4	Virtual			Construção da imagem do website, construção do site.
Grupo de trabalho - Encontro 5	Presencial	Eixo 1		Pesquisas e construção do texto coletivo para temática EDUCAÇÃO, discussão sobre os assuntos mais relevantes que devem estar disponíveis nesta temática.
Grupo de trabalho - Encontro 6	Virtual	Eixo 1		Discussão das informações levantadas e início da inserção desta informação no site.
Grupo de trabalho - Encontro 7	Virtual	Eixo 1		Continuação das pesquisas, agora sobre SAÚDE, esclarecimento das dúvidas que foram surgindo, construção do texto coletivo e colocação da informação online.
Grupo de trabalho - Encontro 8	Virtual	Eixo 1		Discussão das informações levantadas e início da inserção desta informação no site e início das discussões sobre a temática seguridade social.
Grupo de trabalho - Encontro 9	Virtual	Eixo 1		
Grupo de trabalho - Encontro 10	Presencial	Eixo 1		

ANEXOS

ANEXO A: CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Roberta Alves de Oliveira desenvolverá o projeto no âmbito do acolhimento de pessoas e famílias imigrantes e refugiadas acolhidas na zona norte de Portugal. O envolvimento de profissionais e de crianças/jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível on-line, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes. Este documento, que tem o nome do participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Confirmo, ainda, que, atempadamente, fui informado oralmente do conteúdo deste documento e que

aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

(Local, Data)

(Assinatura)

ANEXO B: MAPA DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM PORTUGAL



(SEF, 2019)

ANEXO C: LISTA DE INSTITUIÇÕES ANFITRIÃS PAR FAMÍLIAS

- 1- Casa de Cochêca – Irmãs Reparadoras Missionárias da Santa Face (Acolheu.)
- 2- CECAJUVI – Centro de Convívio e Apoio à Juventude e Idosos de Santa Leocádia de Baião (Acolheu.)
- 3- Centro Social Paroquial do Padrão da Légua (A acolher.)
- 4- Obra do Padre Grilo (A acolher.)
- 5- Lar de Sant’Ana – Matosinhos (A acolher.)
- 6- Fundação Santa Maria Madalena (A acolher.)
- 7- Associação Ermesinde Cidade Aberta (A acolher.)
- 8- Centro Paroquial e Social São Martinho de Campo (Acolheu.)
- 9- Centro Social das Antas – Paróquia de Santo António das Antas (A acolher.)
- 10- Centro Social e Paróquia Senhora da Conceição (A acolher.)
- 11- Escravas do Sagrado Coração de Jesus – Porto (A acolher.)
- 12- Câmara Municipal de Santo Tirso (A acolher.)
- 13- Centro Social de Ermesinde (A acolher.)
- 14- Associação Ermesinde Cidade Aberta (A acolher.)
- 15- Irmãs Doroteias (Acolheu.)
- 16- Fundação Claret – Lar Juvenil dos Carvalhos (A acolher.)
- 17- Sol dos Pequeninos Creche e Jardim Infancia Lda (A acolher.)
- 18- Missionários Redentoristas (Congregação do Santíssimo Redentor) (Acolheu.)
- 19- Associação de Proprietários de Vila d’Este (A acolher.)

(PAR,s.d.)

REFERÊNCIAS

Plataforma de Apoio a Refugiados - PAR (s.d.). Quem Somos. Disponível em:
https://www.refugiados.pt/instituicoes_anfitrias/

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Barcarena, Portugal: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>

NM